

A Nova Rota da Seda e a Expansão Marítima da República Popular da China (2013-2019)

Helder João Marques Pinto Correia de Almeida

**Dissertação de Mestrado
em Ciência Política e Relações Internacionais
Área de Especialização em Relações Internacionais**

(Versão corrigida e melhorada após defesa pública)

Nota: lombada (Helder João Marques Pinto Correia
de Almeida, A Nova Rota da Seda e a Expansão
Marítima da República Popular da China
[2013-2019], 2019)

- encadernação térmica -

Novembro de 2019

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais,
Área de especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação
científica do Professor Doutor Tiago Moreira de Sá e co-orientação científica
da Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto

*À Catarina, porque “sempre chegamos
ao sítio aonde nos esperam”*

AGRADECIMENTOS

A presente dissertação de Mestrado representa para mim a conclusão de uma etapa muito importante do meu percurso académico. Este foi um caminho percorrido com uma grande vontade de aprender sobre novos campos de conhecimento, com gosto e também com alguma dificuldade em virtude da necessidade de conciliação dos estudos com a vida profissional e pessoal. Durante as aulas, uma das Docentes deste Mestrado explicou que a produção de conhecimento é feita em ondas, ou camadas, que se vão sobrepondo, umas maiores do que as outras. No final deste trabalho, e não tendo a ilusão de ter trazido para este campo uma novidade absoluta, espero pelo menos ter contribuído com uma pequena vaga, quanto mais não seja ligando e relacionando alguns pontos e factos que hoje em dia ainda aparecem dispersos na pouca literatura existente em relação ao conhecimento sobre o tema em apreço.

Manifesto um agradecimento muito especial à Professora Doutora Raquel Vaz-Pinto, com quem partilho um interesse profundo pelos assuntos que dizem respeito à China e às Relações Internacionais, a qual se interessou de imediato pelo assunto proposto e que nunca desistiu de me acompanhar, tendo na recta final para a meta sido incansável no apoio prestado e nas sugestões efectuadas. Sem ela, nunca este trabalho teria visto a luz do dia.

Agradeço ainda ao meu grupo de amigos, pelo apoio sempre demonstrado, não só durante esta etapa, como durante muitas outras. Sem dúvida de que com eles é muito mais fácil superar os obstáculos que surgem. Destaco em especial o meu amigo Pedro Galinha, cujas conversas sobre a Macau, a China e as Relações Internacionais me ajudaram a definir o tema final que aqui se apresenta.

À minha família, em especial à minha Irmã, à minha Mãe e à minha Avó, que sofreram especialmente com a minha ausência durante a elaboração desta tese, agradeço todo o carinho e apoio que sempre me têm dado.

Por fim, agradeço à Catarina, pela paciência sem fim durante estes anos de estudo, pelo apoio e compreensão e, acima de tudo, pelo Amor.

A NOVA ROTA DA SEDA E A EXPANSÃO MARÍTIMA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (2013-2019)

HELDER JOÃO MARQUES PINTO CORREIA DE ALMEIDA

RESUMO

A República Popular da China admitiu pela primeira vez, em 2015, no Livro Branco sobre Estratégia Militar, que a Marinha do Exército de Libertação Popular (ELP) iria mudar gradualmente o foco para a combinação de “defesa de águas *offshore*” com “proteção de mar aberto”. Para isso, tem investido na modernização da sua Marinha em particular e das forças armadas em geral, estando a desenvolver toda uma frota de porta-aviões e de submarinos. O Mar da China Meridional foi o primeiro espaço para onde Pequim avançou, construindo um conjunto de ilhas artificiais em zonas de atóis, recifes e bancos de areia e dificultando a livre circulação de navios e aeronaves. Ao mesmo tempo, a sua Marinha começou a ser utilizada em missões anti-pirataria no Corno de África, no Índico, num passo que foi lido como uma forma de treino da Marinha do ELP fora da primeira cadeia de ilhas.

Em 2017, a RPC estabeleceu a primeira base militar fora da China Continental, no Djibouti. Com o lançamento da *Belt and Road Initiative* por Xi Jinping, em 2013, um ambicioso projecto de base comercial e económica, que visou recuperar o espírito das antigas Rotas da Seda, que ligavam o Império do Meio a vários pontos da Ásia e da Europa, e prosseguimento nos anos subsequentes, começou a tornar-se claro que esta iniciativa é mais ampla. É uma parte essencial do grande projecto de política externa de Xi Jinping para aumentar a influência da China na sua vizinhança regional e mais além, incluindo na vertente militar. Através do financiamento, construção e operação de vários projectos de infra-estruturas em países do Indo-Pacífico, Pequim começa a poder usufruir de um conjunto de portos que podem funcionar como pontos de apoio às actividades da Marinha do ELP, de uma forma informal ou formal.

O próximo passo pode ser o Oceano Atlântico. África tem na China, actualmente, o maior parceiro comercial e, neste continente, Pequim tem prosseguido a estratégia de investimento em locais-chave, nomeadamente na costa atlântica africana, usando mais uma vez, como ponta-de-lança, a BRI. A Marinha do ELP poderá, no futuro, beneficiar também das infra-estruturas que aqui têm sido desenvolvidas sendo que o Atlântico africano será instrumental para a China se afirmar como uma potência que projecta poder a nível global e que pode substituir a actual potência dominante do sistema internacional, os EUA. Ao mesmo tempo, mas também mais difícil, afigura-se uma presença no Atlântico norte, em relação ao qual a China também está atenta.

PALAVRAS-CHAVE: China, África, *Belt and Road Initiative*, Política Externa, Marinha do Exército de Libertação Popular

THE NEW SILK ROAD AND THE MARITIME EXPANSION OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA (2013-2019)

HELDER JOÃO MARQUES PINTO CORREIA DE ALMEIDA

ABSTRACT

The People's Republic of China (PRC) admitted for the first time in a 2015 White Paper about military strategy, that The People's Liberation Army Navy (PLAN) would gradually shift its focus to a combination of “offshore waters defense” with “open seas protection”. With that in mind, it has invested in the modernization of its armed forces, particularly Navy, developing an entire fleet of aircraft carriers and submarines. The South China Sea was the first territory where Beijing advanced, building a set of artificial islands in areas of atolls, reefs and shoals hindering the free movement of ships and aircrafts. At the same time, the PLAN began to be a part of anti-piracy missions in the Horn of Africa, in the Indian Ocean, in a step that was read as a form of the PLAN having the possibility of training outside the first island chain.

In 2017, PRC established its first military base outside continental China, in Djibouti. With the launch of the Belt and Road Initiative (BRI), by Xi Jinping, in 2013, an ambitious commercial and economic project, aimed at restoring the spirit of the ancient Silk Roads, connecting the Middle Kingdom to various points in Asia and Europe, and with its development in subsequent years, it has become clear that this initiative is much more comprehensive. It is an essential part of Xi Jinping's large foreign policy project to increase China's influence in its regional neighborhood and beyond, including on the military front. Through the financing, construction and operation of various infrastructure projects in Indo-Pacific countries, Beijing is beginning to be able to take advantage of a number of ports that can function as support points for the PLAN activities, either informally or formally.

The Atlantic Ocean could be the next step. China is the largest trading partner of Africa and in this continent Beijing has pursued the strategy of investing in key locations, particularly on the African Atlantic coast, using once more, as a spearhead, the BRI. The PLAN could, in the future, also benefit from the infrastructures that have been developed in that region. The African Atlantic will be instrumental for China to assert itself as a power that is capable to project power globally and that can replace the current dominant power of the international system, USA. At the same time, it seems more difficult a presence in the North Atlantic, but China will keep an eye on it.

KEYWORDS: China, Africa, *Belt and Road Initiative*, Foreign Policy, People's Liberation Army Navy

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I: Enquadramento e Análise do Tema	
I. 1. Tema e objecto de estudo	8
I. 2. Objectivos, Pergunta Principal e Perguntas Derivadas	11
I. 3. Estado da Arte	13
I. 4. Metodologia, Abrangência Temporal e Estrutura da Tese.....	23
Capítulo II: Política Externa da RPC e Estratégia	
II. 1. Deng Xiaoping, “Reforma e Abertura”	25
II. 2. A “ascensão/desenvolvimento pacífico” do gigante chinês.....	32
II. 3. A “era” de Xi Jinping e o “sonho chinês”	
II. 3.1. A condução da política externa sob a batuta de Xi Jinping .	36
II. 3.2. “Sonho chinês” e “renascimento da China”	43
Capítulo III: Os Desafios do “Sonho Chinês” Além-Fronteiras	
III. 1. Taiwan: a última peça do puzzle	47
III. 2. O Mar da China Meridional e as reivindicações da história.....	51
III. 3. O “rebalanceamento” dos EUA para a Ásia-Pacífico e a estratégia de Trump para o Indo-Pacífico	54
III. 4. A nova Rota da Seda.	60
III. 5. As “instituições-sombra” e o Consenso de Pequim.....	67
III. 6. Os principais desafios da Quinta Geração.	71
Capítulo IV: O Indo-Pacífico e a Capacidade de Influência Chinesa	
IV. 1. As forças armadas chinesas: uma Marinha de Guerra com um papel fundamental	74

IV. 2. As ambições e as concretizações da China.....	77
IV. 3. As infra-estruturas como instrumento de política externa chinesa	92
Capítulo V: O Atlântico e a Expansão Chinesa	
V. 1. O retorno chinês a África.....	102
V. 2. O flanco sul-americano do Atlântico e a China	110
V. 3. O Atlântico Norte: Portugal, a Base das Lajes e Sines	117
V. 4. A rota Ártica e considerações finais.....	125
Conclusão.....	129
Bibliografia	135
Anexo I. Excerto da Constituição da RPC (1982)	153
Anexo II. “O Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era” na Constituição do PCC	154
Anexo III. “Data: Chinese Loans to Africa” (China Africa Research Initiative)	155
Gráfico I. “Assessing the Risks of Chinese Investments in Sub-Saharan African Ports”	156

LISTA DE ACRÓNIMOS

AIIB – Sigla inglesa para Banco de Investimento em Infra-Estruturas da Ásia (Asian Infrastructure Investment Bank)

ASEAN – Sigla inglesa para Associação das Nações do Sudeste Asiático (Association of Southeast Asian Nations)

ATC – Air Transport Command

BRI – Belt and Road Initiative

CMC – Comissão Militar Central

CNP – Congresso Nacional do Povo

CSIS – Center for Strategic and International Studies

ELP – Exército de Libertação Popular

EUA – Estados Unidos da América

EXIM – China Export Import Bank

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOCAC – Sigla inglesa para Fórum para a Cooperação China- África (Forum on China-Africa Cooperation)

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros

NATO – Sigla inglesa para Organização do Tratado do Atlântico Norte (North Atlantic Treaty Organization)

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Partido Comunista da China

PIB – Produto Interno Bruto

RPC – República Popular da China

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USD – United States Dollar

Introdução

Há não muito tempo, uma das questões mais importantes que se debatia em relação à República Popular da China (RPC¹) prendia-se com a benignidade ou não da sua ascensão (“desenvolvimento pacífico” na óptica chinesa) e da inevitabilidade ou não de um confronto armado com a potência dominante do sistema internacional, os Estados Unidos da América (EUA), um pouco como aconteceu com a ascensão da Alemanha antes da I Guerra Mundial.

Actualmente, a discussão complexificou-se. A China é um actor global e um colosso económico. É a segunda maior economia do mundo, segundo o Banco Mundial (2020), logo atrás dos EUA. Segundo outros indicadores, como o que mede o Produto Interno Bruto (PIB) per capita calculado com base na paridade do poder de compra, a China ultrapassou os EUA em 2014 como a maior economia mundial, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (2014) e o Banco Mundial (2019). Os actuais interesses da China são muito diversificados e estão espalhados por todo o globo. Ao mesmo tempo, o país começa a dar cartas em sectores tão fundamentais como o tecnológico, como se comprova pela discussão actual em volta do 5G e do eventual perigo para os EUA e seus aliados da adopção dos sistemas chineses neste campo.

Se a crise financeira de 2008 foi para muitos países uma tragédia, para a China foi uma oportunidade. São muitos os autores, como Rudolf Moritz, Henry Kissinger ou Carlos Gaspar, que apontam esse como o momento em que a China se apercebeu das fraquezas dos países ocidentais, nomeadamente dos EUA, passando a adoptar um padrão mais ofensivo, acreditando que se estava a assistir a uma mudança da estrutura do sistema internacional. Gaspar, por exemplo, fala de “uma nova linha geral, própria de uma potência revisionista” (2016: 382).

Depois da adopção da estratégia *Go Global*², no início do século XXI, e, posteriormente, da fundação de instituições próprias como forma de alcançar os seus próprios interesses económicos sem interferência de nenhum estado (as chamadas “instituições-sombra”), em áreas tão diferentes como a económico-financeira e da segurança, começou a ganhar forma o “Consenso de Pequim”, primeiramente descrito

¹ A partir daqui a República Popular da China será designada apenas como China, seguindo a norma convencionada pela Organização das Nações Unidas, ou pela sigla RPC.

² A estratégia *Go Global*, que pode ser traduzida através de apoios do Estado chinês a empresas nacionais que pretendam alcançar mercados estrangeiros, foi acolhida oficialmente no princípio do século XXI e traz “uma estratégia que tem acoplada uma importante dimensão política” (Cunha, 2012: 182).

por Joshua C. Ramo, ou modelo chinês, por oposição ao modelo representado por Washington. A China já não é só a fábrica do mundo: cresceu, modernizou-se, desenvolveu-se e mostra ter um modelo diferente do ocidental liberal para oferecer.

Se Deng Xiaoping, que assumiu o leme do país depois da morte de Mao Zedong³, foi um dos líderes mais importantes do Partido Comunista da China (PCC), ao fazer avançar a “Reforma e Abertura”, que permitiu a reversão da colectivização da agricultura e a entrada da iniciativa privada na indústria e nos serviços, a criação de Zonas Económicas Especiais, a descentralização do governo, o crescimento baseado nas exportações e o investimento na área da ciência e da tecnologia, assim como do ensino, ou seja, lançando-se as fundações da China actual, com a chegada de Xi Jinping entrou-se num outro plano.

O “Imperador” Xi, como já é apelidado, principalmente depois de o Congresso Nacional do Povo (CNP ou Assembleia Nacional Popular) ter aprovado uma emenda constitucional que estabelece uma presidência indefinida para o actual chefe de Estado, veio tornar a RPC muito mais assertiva no campo das relações internacionais. A visão de Xi para a RPC do século XXI é baseada na retórica do “sonho chinês” e no consequente “renascimento” do país. A China deverá tornar-se uma sociedade moderadamente próspera até 2021, centenário da fundação do PCC, através da duplicação do PIB entre 2010 e 2020, e um “país socialista moderno que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso até 2049”, quando a China Popular celebrar 100 anos.

Porém, para alcançar este objectivo, é colocada a ênfase na constituição de “uma defesa nacional forte e umas forças armadas poderosas” que sejam “uma garantia de segurança para o desenvolvimento pacífico da China” (Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC, 2015). Desde os anos 90 que a RPC tem vindo, paulatinamente, a aumentar o investimento na área da defesa. O dispositivo militar, no entanto, quanto ao número de soldados, não tem crescido, como até tem diminuído, ainda que as forças armadas chinesas sejam as mais numerosas do mundo (mais de 2,3 milhões segundo algumas estatísticas). Esse investimento, mais notado nos anos mais recentes, tem sido dirigido sobretudo para a modernização das forças armadas ao nível de equipamentos, nomeadamente da Marinha de guerra. O investimento em dois porta-

³ Sempre que possível utilizar-se-á o sistema de romanização *pinyin*, excepto quando em português se verifique que determinada palavra é mais usada de acordo com o sistema de transliteração Wade-Giles.

aviões é notável e nas contas do Departamento de Defesa dos EUA, num futuro próximo, a China poderá possuir entre quatro a seis porta-aviões e até 78 submarinos. Estes são meios apenas ao alcance de uma grande potência, sendo indispensáveis para a projecção de poder longe da costa e de uma forma global. O objectivo é tornar a Marinha do Exército de Libertação Popular (ELP) uma moderna marinha de guerra, que consiga projectar poder fora do seu campo de actuação tradicional, as chamadas “águas castanhas” mais próximas da costa, para as “águas azuis” oceânicas mais longe da costa.

A RPC começou por avançar pelo Mar da China Meridional. Não sendo uma questão nova, pois Pequim reivindica a soberania sobre uma larga porção de território marítimo que corresponde à maior parte do denominado Mar da China Meridional desde pelo menos 1947, só mais recentemente é que se assistiu a uma escalada de tensão nestas águas, derivada de pretensões antagónicas por parte de países vizinhos quanto à soberania daquele espaço. Em 2009, Pequim apresentou um mapa à ONU que delimitava uma grande área do Mar da China Meridional através de nove traços, reivindicando a soberania sobre as ilhas e águas adjacentes.

Posteriormente, avançou para a construção de ilhas artificiais, em zonas de atóis, recifes e bancos de areia, tornando a sua presença militar na zona cada vez mais efectiva, gerando ainda mais tensões com países vizinhos e com os EUA, que têm regularmente organizado operações em defesa da “liberdade de navegação”. O receio de que este mar se torne num imenso “lago chinês”, na expressão de Nalanda Roy (2015: 183), é cada vez maior e parece cada vez mais inevitável.

Mais ou menos na mesma altura em que avançou com determinação pelo Mar da China Meridional, em Dezembro de 2008, a China começou a enviar a sua Marinha para o Oceano Índico, com a justificação de combater as actividades de pirataria que então se registavam no Golfo de Áden e Corno de África, sem estar integrada em nenhuma das várias operações quer da União Europeia (UE), Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) ou EUA, que conduziam missões na mesma zona e com o mesmo objectivo. Investigadores como Jérôme Henry defendem que o principal motivo que levou a China novamente ao Índico não foi o objectivo de proteger navios de pavilhão chinês, embora seja importante, mas terá visado primeiramente treinar a Marinha para missões fora da primeira cadeia de ilhas.

O “sonho da china” também é prosseguido através da nova Rota da Seda do século XXI, que compreende rotas terrestres e marítimas, que circundam praticamente todo o globo tendo como ponto de partida a RPC – é a chamada *Belt and Road Initiative*, ou

BRI. Esta foi uma ideia resgatada em Setembro de 2013 por Xi Jinping e que quando foi lançada foi considerada vaga, gerando dificuldades várias de interpretação. Até 2018, a China (e bancos ligados ao regime de Pequim) já tinha investido cerca de 90.000 milhões de United States Dollars (USD⁴) em projectos de infra-estruturas, sem contar com projectos em fase de construção ou de planeamento.

Apesar da falta de pormenores inicial, parece ser agora mais “claro que a BRI envolve muito mais do que apenas garantir as rotas comerciais e o abastecimento de energia à China, assim como a exportação do excedente industrial para projectos de construção distantes”, garante Thomas S. Eder, do The Mercator Institute for China Studies (MERICS). Ou seja, tornou-se evidente que esta “iniciativa é uma parte essencial do grande projecto de política externa de Xi Jinping para aumentar a influência da China na sua vizinhança regional e além”, aponta o mesmo investigador. Ainda assim, ler a BRI apenas através de uma perspectiva geoestratégica não é errado, é apenas incompleto defendem investigadores como Peter Cai, que dá o exemplo do corredor económico China-Paquistão que considera ser guiado primeiramente por considerações geoeconómicas.

Alguns observadores referem-se mesmo à BRI como sendo o mais ambicioso projecto do género alguma vez concebido e posto em prática, um “novo Plano Marshall”, visando “utilizar a recém-adquirida força económica [da China] para benefício diplomático” (Jian, 2015: 15). Para Thorne e Spevack, “a BRI é uma doutrina de política externa que está a impulsionar o investimento chinês em infra-estruturas pelo mundo e que, se completada como previsto irá provavelmente moldar a economia global por muitas décadas” (2017: 65).

A BRI e todas as questões que têm sido levantadas à sua volta, sobre a forma como os projectos de infra-estruturas a ela ligados têm sido financiados, construídos e operados, levaram investigadores a analisar como é que projectos de infra-estruturas podem contribuir para a política externa de um estado. Neste sentido, “a literatura sobre as implicações económicas das infra-estruturas é robusta, mas é relativamente pequena quando se consideram as implicações estratégicas. Há pesquisas sobre questões relacionadas, especialmente ajuda externa e finanças como elementos de política económica. Ninguém aprecia mais a importância estratégica das infra-estruturas do que

⁴ Daqui em diante passar-se-á a usar esta sigla para designar United States Dollar.

os militares responsáveis por logística, para quem as linhas de abastecimento são uma questão de vida ou morte”, aponta Jonathan E. Hillman (2019: 1).

As infra-estruturas ligadas aos sectores dos transportes, energia e das tecnologias da informação e da comunicação são fulcrais quando se cruzam com política externa. E neste ponto, a RPC nem está a inovar pois, conforme relembra Hillman, apenas “está a actualizar e a utilizar tácticas usadas pelas potências ocidentais durante os séculos XIX e XX” (2019: 2).

O que se verifica com a BRI é que a China tem vindo a garantir um conjunto de várias infra-estruturas nos três sectores mencionados, com destaque para o dos transportes, nomeadamente portos. Segundo Thorne e Spevack, “os investimentos portuários da BRI estão no cruzamento da promessa de Pequim de promover o desenvolvimento económico e a crescente presença das forças armadas da China no Indo-Pacífico⁵” (2017: 10). E desde pelo menos 2002 que a China tem investido em portos que se estendem da costa leste africana ao Mar da China Meridional. A primeira base militar que a RPC estabeleceu fora da China foi no Djibouti, em 2017, embora seja designada de instalação logística para reabastecer embarcações chinesas em missões humanitárias e de manutenção da paz pela liderança chinesa. Paquistão, Sri Lanka, Tanzânia e Austrália são apenas alguns exemplos de países no Indo-Pacífico onde Pequim já garantiu infra-estruturas portuárias. Todas podem proporcionar acesso à Marinha do ELP e funcionar como pontos de apoio para abastecimento de combustível, água fresca e mantimentos, mesmo que numa base informal.

Pode a junção da BRI com a aquisição e desenvolvimento de infra-estruturas consideradas estratégicas ser aplicada ao Atlântico, nomeadamente na costa africana, onde a China vai acumulando poder e influência? Muitos dos factores que a China usou no Indo-Pacífico para alavancar a sua presença são encontrados no continente africano com costa Atlântica. Antes de mais, a RPC é desde 2009 o maior parceiro comercial de África. Apesar de não ser o país com o maior contributo em termos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), em número de projectos apoiados, uma vez que EUA e antigas potências coloniais europeias, como França ou Reino Unido, ainda contribuem para mais projectos do que Pequim, a contribuição da RPC neste campo em termos do total de

⁵ Espaço imaginado, alvo de debate nos anos mais recentes e entendido de forma ampla como o espaço interconectado entre os oceanos Índico (desde a costa leste africana) e Pacífico (até à costa oeste dos EUA). Para efeitos deste trabalho, é considerado o espaço que compreende o mar da Arábia, Mar das Laquedivas, Baía de Bengala, Mar de Andamão, Golfo da Tailândia e Mar da China Meridional.

capital investido foi maior do que qualquer outro país no período 2014 – 2018 (72.235 milhões de USD para 259 projectos, contra 30.855 milhões de USD para 463 projectos dos EUA), segundo dados da EY de 2019.

Namíbia, Angola e Nigéria são apenas três dos países africanos com costa atlântica com os quais a China mantém fortes laços económicos e comerciais e nos quais tem vindo a desenvolver projectos de infra-estruturas variados, alguns dos quais a nível portuário. Em cada um destes três países é colocada a possibilidade de aí nascer uma base de carácter mais permanente para a Marinha do EPL. Segundo dados de 2017 do World Port Index, referidos num estudo de Judd Devermont, Amelia Cheatham e Catherine Chiang (2019), o investimento chinês esteve presente em cerca de 17% dos 172 portos da África subsariana, posicionados ao longo de cada costa, “promovendo o acesso chinês às principais rotas marítimas e pontos de estrangulamento”.

Mais recentemente, também Portugal ficou sob mira da RPC: primeiro, com a diminuição do efectivo norte-americano na Base das Lajes, a Ilha Terceira entrou nas contas de Pequim, algo que seria impensável para Washington e muito difícil de concretizar pela China. Também houve notícias do interesse chinês pelo porto de águas profundas da Praia da Vitória. Depois, o porto de água profundas de Sines gerou interesse como porta de entrada de um dos corredores marítimos da Rota da Seda, fechando ao mesmo tempo um corredor terrestre que pode atravessar a Península Ibérica. Através de Sines, a China poderá abrir novas ligações ao continente africano e com a América Latina, fazendo da utilização do novo Canal do Panamá a via mais rápida e mais barata de atingir os mercados atlânticos. Para já, o entendimento entre Lisboa e Pequim ficou firmado numa Parceria Azul datada de Novembro de 2017 que aponta as potencialidades de sinergia económica, científica, comercial e de inovação entre a economia do mar e a Nova Rota da Seda Marítima.

Com a BRI, a China parece alcançar dois objectivos: por um lado, vantagens económicas para a sua economia, extremamente dependente da importação de matérias-primas e da exportação do excedente industrial, e, por outro lado, e ao mesmo tempo, vantagens geopolíticas, garantindo localizações-chave em vários pontos do globo que, sob um manto de aparente benignidade, poderão servir num futuro próximo de pontos de apoio à Marinha e outras unidades do ELP. Desconhece-se qual o interesse que surge primeiro para os líderes chineses, se o económico, se o geopolítico, e sabe-se apenas que a China descreve o carácter inicial da Rota da Seda como sendo de “paz, abertura e inclusão, aprendizagem e benefício mútuos”, entre todos os países pelos quais as rotas

passarão. Ainda assim, através dos dados disponíveis pode aferir-se que Pequim retira não só dividendos a nível económico e como também benefícios a nível geopolítico deste seu projecto pensado à escala global, podendo o Atlântico, depois do Índico e do Pacífico, passar a ser o próximo “oceano quente”.

Capítulo I. Enquadramento e Análise do Tema

I.1. Tema e Objecto de Estudo

O interesse da RPC no Oceano Atlântico, concretamente no Atlântico africano, e a estratégia para o conseguir, nomeadamente com recurso à nova Rota da Seda, é o tema que se pretende desenvolver nesta dissertação. A abordagem será feita de um ponto de vista multidisciplinar, envolvendo principalmente o campo das Relações Internacionais, História, Economia e Estratégia. Não existe ainda literatura muito desenvolvida sobre este tema, embora comecem a surgir alguns estudos específicos que abordam uma eventual presença chinesa no Atlântico, caso do citado estudo de Judd Devermont, Amelia Cheatham e Catherine Chiang (2019), para o Center for Strategic & International Studies (CSIS). Documentos oficiais dos EUA também começam a admitir abertamente o que consideram ser um risco para os seus interesses, mostrando acreditar que a China poderá obter algumas vantagens militares através do investimento em projectos relacionados com a BRI “caso necessitasse de acesso a portos estrangeiros seleccionados para pré-posicionar o apoio logístico necessário para sustentar instalações navais em águas tão distantes quanto o Oceano Índico, Mar Mediterrâneo e Oceano Atlântico para proteger os seus interesses crescentes” (Office of The Secretary of Defense, 2018: 111).

O capitão James E. Fanell, retirado da Marinha dos EUA desde 2015, deu conta perante o Comité Permanente de Inteligência da Câmara dos Representantes dos EUA, em 2018, da sua preocupação em relação ao raio de acção da Marinha do EPL ser cada vez maior. “‘Vale a pena prestar atenção’ à possibilidade de a China poder construir uma instalação naval no Hemisfério Ocidental. Ao passo actual, essa instalação não é uma questão de se, mas de quando” (2019: 18), garantiu. Na sua óptica, a China está claramente a empurrar as forças armadas “para o Pacífico, incluindo Guam e o Havai, e para as ilhas atlânticas dos Açores”, mostrando-se convencido de que em 2025 a Marinha do ELP pode começar a operar submarinos no Atlântico Norte (2019: 32).

Embora Pequim não possua documentos oficiais publicados sobre esta matéria, são importantes neste contexto vários livros brancos, nomeadamente: China’s National Defense in 2010; China’s National Defense in the New Era; China’s Military Strategy; China and the World in the New Era; China’s Peaceful Development; e China’s Arctic Policy. A propósito deste último documento, no qual a RPC se considera

“geograficamente um Estado quase-ártico”, pode ser questionado o que a impede de no futuro se considerar também um estado quase Atlântico?

O objecto de estudo da presente dissertação é a expansão marítima chinesa no contexto da BRI. A forma como a China se tem vindo a expandir militarmente, aparentemente servindo-se da economia como ponta-de-lança, tem consequências para o sistema internacional. Os EUA, a potência hegemónica, começaram por procurar travar a RPC no seu próprio “quintal”, lançando o pivô-asiático. Não só isso não foi conseguido como Pequim tem expandido os seus interesses económicos, geopolíticos e militares muito para além do que alguma vez no passado foi capaz. Pode ser alcançada pela RPC a visão de mundo harmonioso, baseada no conceito de sonho da China, integrado na grande estratégia de desenvolvimento pacífico, enquadrada pelo novo conceito de segurança, pela estratégia militar de defesa activa e pela doutrina militar de guerra limitada sob condições de info-mecanização (Carriço, 2015: 93)? E a que custo e com que consequências?

Sobre o conceito de Indo-Pacífico, cujo precursor foi Shinzo Abe, apenas muito recentemente começou a ser usado de forma corrente para descrever determinada área do globo. Como é referido mais à frente, Trump falou em 2017, na Ásia, da sua visão para o Indo-Pacífico, e o conceito acabou vertido depois para a Estratégia de Segurança Nacional, apresentada no final desse ano. Em nenhum documento desse género, desde pelo menos 2002, esse conceito foi referido, sendo anteriormente referido o conceito de Ásia-Pacífico. Hillary Clinton fê-lo, uma única vez, no seu texto “America's Pacific Century” publicado em 2011 na Foreign Policy.

Independentemente das várias discussões académicas em torno do conceito de Indo-Pacífico, incluindo as versões minimalista e maximalista sobre quais os países que integram este conceito, e da interpretação que as várias escolas das Teorias das Relações Internacionais lhe dão, algo que não se procura explorar com este trabalho, utilizou-se este termo do modo mais amplo possível e com um significado puramente geográfico, como resultado da junção dos oceanos Índico e Pacífico, nos quais a RPC tem vindo a desenvolver projectos ligados à BRI e, ao mesmo tempo, a empregar a sua marinha de guerra de forma cada vez mais activa e explícita. Desta forma, tentou-se aferir se actuação da RPC nesta área geográfica poderá ser replicada no Atlântico⁶.

⁶ Para uma introdução a este tema, que inclui uma exposição das várias leituras do conceito segundo o Realismo, o Construtivismo e o Liberalismo, e o seu significado para os países do Quadrilateral Security

Ao nível do enquadramento teórico, procurou seguir-se um modelo realista. Na óptica da perspectiva clássica do realismo, teorizada por Hans Morgenthau, o estado é o actor principal nas relações internacionais (embora não o único) e este move-se por interesses (ou seja, o “interesse nacional”), tal como uma pessoa, que condicionam o seu comportamento. Neste sentido, a política internacional constitui-se como uma luta pelo poder (o conceito mais importante para explicar e prever a conduta dos estados) num ambiente anárquico, isto é, sem hierarquias, onde os estados dependem dos seus próprios meios para garantirem a sua sobrevivência. Dentro do paradigma realista, habitam outras teorias como o neo-realismo e o realismo neoclássico e que no seu conjunto, partindo da teoria realista clássica, actualizam e enriquecem a teoria realista globalmente entendida. Neste campo, há essencialmente dois grupos de teorias que podem ser identificadas: o realismo de equilíbrio de poderes e o realismo hegemónico. E dentro destes grupos a estrutura internacional pode assumir três formas: unipolar; bipolar ou multipolar (Sá, 2015: 17-26).

Actualmente a estrutura do sistema internacional parece transitar de uma unipolaridade para uma certa multipolaridade, sendo a China o maior dos novos polos que desponta como competidor dos EUA. Assim, o mundo unipolar que tem existido sensivelmente nas últimas duas décadas e meia, e que parecia que estava para durar há apenas alguns anos, está a mudar (Schweller e Xiaoyu, 2011: 41).

É certo que ainda são os EUA que ditam as regras no actual sistema internacional mas não há como esconder a ambição da China e o seu crescimento fulgurante. “Trinta anos consecutivos de crescimento económico impulsionaram a confiança chinesa e despertaram as suas ambições de desempenhar um papel activo no estabelecimento de uma ordem mundial multipolar”, afirma Rudolf Moritz (2016: 83). E segundo Aaron L. Friedberg parece não haver dúvidas de que “apesar de haver o cuidado para não o dizer tão directamente, os governantes da China parecem querer estabelecer o seu país como o poder preponderante na Ásia Oriental e talvez na Ásia em larga escala” (2011).

Ora, a História indica que “mudanças drásticas na estrutura do sistema internacional raramente se manifestam de forma suave ou pacífica”, de acordo com

Dialogue (Quad), isto é, Japão, Austrália, EUA e Índia, que começaram por o usar, poderá ser lido o artigo “Espaço ‘Indo-Pacífico’: o Fator China e Motivações Geopolíticas”, na Nação e Defesa, n.º 151, de 2019, da autoria de Luís Tomé, e disponível em <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4300/1/2019%2C%20LuisTomé%2C%20Indo-Pac%3ADfco%20in%20Nação%20e%20Defesa%20151%2C%20JUN2019.pdf>.

Randall Schweller e Xiaoyu Pu (2011: 42), constituindo uma exceção, por exemplo, o final da Guerra Fria, que pôs um ponto final no sistema bipolar. Na verdade, o confronto entre uma potência hegemónica ou dominante e uma potência em ascensão resultou, a cada momento, em conflitos armados trágicos, também apelidados de guerras hegemónicas. É nas mãos do vencedor destes conflitos que fica a chave do poder do sistema internacional, que é moldado à imagem da potência ganhadora.

Analisando esta questão ao nível das perspectivas realistas hegemónicas, que consideram que a estrutura mais frequente, estável e pacífica é a unipolar (sendo a multipolaridade ou bipolaridade uma fase meramente transitória no sistema internacional) é no momento em que a potência hegemónica e a potência desafiante se aproximam em termos de nível relativo das capacidades de cada uma que ocorre o potencial máximo de conflito, que pode evoluir para uma “guerra quente”. Por outro lado, para as teorias do equilíbrio de poderes, a estrutura unipolar é, pelo contrário, transitória e a mais rara. No entender de Kenneth Waltz, num mundo com várias potências nucleares, as estruturas mais frequentes são as bipolares (Sá, 2015: 26-27) sendo o momento mais propício ao conflito hostil aquele em que dura a unipolaridade, principalmente porque a potência hegemónica teme perder a sua posição dominante no sistema.

Perante esta situação de aparente transição no sistema internacional, tendo em consideração qualquer das teorias referidas, parece colocarem-se à China três possibilidades: (1) seguir uma política de equilíbrio visando a contenção da potência dominante, ou seja, os EUA, e o fim da hegemonia; (2) mostrar insatisfação com a sua posição no *status quo* procurando usar o poder crescente que vai tendo para rever a ordem do sistema internacional mantida pelos EUA para melhorar a sua posição relativa ou até vir a substituir a potência dominante; (3) evitar hostilizar os EUA ou mesmo acomodar-se de forma a garantir-lhe a melhor posição relativa (Sá, 2015: 27-28). Destas três possibilidades, a última parece definitivamente posta de parte, sendo a segunda que mais consenso reúne e para a qual o alcance do Atlântico africano poderá ser instrumental e fundamental.

1.2. Objectivos, Pergunta Principal e Perguntas Derivadas

Como objectivos procurou-se analisar e colocar em evidência a linha condutora da política externa chinesa desde a criação da RPC, começando com Mao Zedong e continuando depois com Deng Xiaoping, Jiang Zemin e Hu Jintao.

Foi mais focado o período iniciado em 2012, que marca o início do mandato do actual Presidente Xi Jinping e com o qual se deu uma mudança, começando a ser mais audível o apelo interno à necessidade de a China desempenhar um papel mais relevante nos assuntos internacionais. Foi Xi Jinping que apresentou a estratégia de “esforço pelo sucesso”, para obtenção da preponderância regional e depois global.

Um outro objectivo foi colocar em evidência a dualidade Estado/Partido e retirar algumas conclusões das consequências desse dualismo na condução da política externa. Muito genericamente, podem ser distinguidos no Partido Comunista da China o Comité Central, e no Estado, o Conselho de Estado e o Congresso Nacional do Povo Chinês. O órgão mais importante de tomada de decisão, incluindo em matéria de política externa, é o Comité Permanente do Politburo, com sete membros, integrado no Politburo do Partido Comunista, com 25 membros.

Nos assuntos externos destaca-se o Departamento Internacional do Partido Comunista e, ao nível do Estado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, mais fraco do que na maioria dos outros países, mas responsável pelas relações com outros governos, e ainda o Gabinete para os Assuntos de Taiwan. Mas há um vasto conjunto de outras entidades com responsabilidades nos Negócios Estrangeiros, tanto do Partido Comunista, como do Estado, pelo que surgem conflitos de interesses.

Ainda assim, Xi Jinping assumiu-se como “o único coordenador de política externa e de segurança da China” (Sun, 2011 *apud* Jakobson e Manuel, 2016: 108), tendo alcançado quase ao mesmo tempo os cargos de Secretário-Geral do Partido Comunista, de Presidente da República e de comandante dos Militares.

Por outro lado, procurou-se identificar pontos de tensão internos, ou aquilo a que David Lampton chama de “pesadelos domésticos” (2014: 141), e que passam por uma população imensa, incidentes em massa, precárias condições de trabalho, conflitos entre trabalhadores de diferentes províncias, problemas ambientais, corrupção, necessidade de um crescimento económico contínuo e da estabilidade dos preços, terrorismo e problemas de segurança associados ao Tibete e a Xinjiang.

Ao nível dos pontos de tensão externos, foram identificados essencialmente a questão de Taiwan, o Mar da China Meridional, e todas as questões que se prendem com os vastos e crescentes investimentos no estrangeiro.

Analisar as possibilidades que se colocam à RPC perante uma possível transição no sistema internacional foi outro dos objetivos, assim como compreender a estratégia chinesa que tem estado a ser seguida no Indo-Pacífico e aferir de que modo essa mesma

estratégia pode ser replicada no Atlântico, nomeadamente na África Atlântica, se é que pode.

A investigação arranca com a pergunta: que papel desempenha a Nova Rota da Seda na Expansão Marítima da RPC, desde 2013? Partindo de uma perspectiva teórica realista, pretende-se adoptar um modelo explicativo e compreensivo e uma abordagem metodológica histórica para tratar o objecto. Para responder a esta questão, elaboraram-se as seguintes perguntas derivadas ligadas a uma dimensão externa, interna, histórica e a um contexto regional: qual a relevância do contexto internacional para a política externa de Pequim? O contexto interno da RPC propiciou o nascimento de uma nova estratégia geopolítica virada para o Atlântico? A mais recente política externa da RPC tem paralelo no passado da governação comunista do país? O contexto regional do Indo-Pacífico pode influenciar o prosseguimento de uma política de expansão para o Atlântico?

I.3. Estado da Arte

O estado da arte tem como objectivo apresentar uma revisão da literatura científica em relação ao tema e abordagem que se pretende desenvolver. O ponto de partida para esta investigação foi a chegada de Xi Jinping aos cargos máximos de poder na RPC e a posterior alteração na condução da política externa do país associada a uma forte protecção dos interesses nacionais, ao mesmo tempo que se expandiu o conceito de interesse nacional, que passou a estar ligado ao fornecimento de recursos, à segurança marítima e ao investimento no estrangeiro.

Ao mesmo tempo, essa mudança na condução da política externa passou a estar associada a uma alteração do conceito de desenvolvimento pacífico, que passou a exigir que outros países também se empenhem neste rumo, e ainda a uma abordagem mais proactiva e coordenada, bem como a um planeamento estratégico de médio-longo prazo, com maior centralização dos diversos e concorrentes corpos de tomada de decisão.

No Capítulo II, para a análise dos vários conceitos teóricos que ajudam a formar a base da política externa de Xi Jinping, definindo o seu modelo de actuação, principalmente os conceitos de “Sonho Chinês” e de “renascimento da China”, em relação aos quais se encontram várias ideias formuladas antes de 2012⁷, e ainda para a análise de como o processo de tomada decisão interno, marcado pela dualidade Partido/Estado,

⁷ Ano da subida ao poder por Xi Jinping.

molda a resposta a eventos externos, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por James Mulvenon (2011), Mark Leonard (2013), Zheng Wang (2013), Alexandre Carriço (2013 e 2015), David Lampton (2014), Elizabeth Economy (2014), Yan Xuetong (2014), Jian Zhang (2015), Linda Jakobson e Ryan Manuel (2016) e ainda os livros brancos publicados pelo Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC, como “China’s Military Strategy (2015), “China’s National Defense in the New Era” (2019), “China and the World in the New Era” e, por fim, “China’s Arctic Policy” (2019).

Antes de Xi Jinping, e começando em Mao Zedong, foram importantes para a descrição e análise da evolução da política externa da RPC autores como David Shambaugh (2001), Yan Xuetong (2001), Jean-Pierre Cabestan (2009), Ezra Vogel (2011) e Henry Kissinger (2012) e os livros brancos “China’s National Defense in 2010 (2011) e “China’s Peaceful Development (2011).

No Capítulo III, procuraram-se identificar os principais desafios externos, de várias ordens, que se colocam à concretização do “Sonho Chinês”. O primeiro a ser explorado foi Taiwan, que é ao mesmo tempo uma questão de política interna e externa, tendo sido essencial a leitura de Susan Shirk (2007), Tiago Vasconcelos (2009) e de John Mearsheimer (2010), assim como do “Annual Report to Congress – Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2015”, do Departamento de Defesa dos EUA.

Em relação às reivindicações de Pequim no Mar da China Meridional, destaca-se o contributo de Tiago Vasconcelos (2009) e Nalanda Roy (2015), tendo sido recolhida informação das Notas Verbais apresentadas pela Missão Permanente da China na ONU (duas em 2009 e uma em 2011), assim como da decisão proferida pelo Tribunal Permanente de Arbitragem (2016), que não reconheceu qualquer direito histórico da China neste mar.

Já para a análise ao “rebalanceamento” dos EUA para a Ásia-Pacífico e a estratégia de Trump para o Indo-Pacífico, contribuíram vários documentos oficiais norte-americanos, tais como os “National Security Strategy” (2010 e 2017), o último dos quais refere pela primeira vez, desde pelo menos 2002, a expressão Indo-Pacífico, e “Re-Balancing The Rebalance: Resourcing U.S. Diplomatic Strategy In The Asia-Pacific Region”, da Comissão de Relações Externas do Senado dos EUA. Foi também relevante o artigo de Hillary Clinton na Foreign Policy, em 2011, chamado “America’s Pacific Century”, assim como os trabalhos de Carlos Gaspar (2016), Niharika Tagotra (2017), Yuki Tatsumi (2017), Patrick M. Cronin (2017) e Tiago Moreira de Sá, que identifica a

“América Primeiro” como uma “estratégia de ‘retraimento radical’, e não tanto isolacionista” (2017).

Quanto à nova Rota da Seda, lançada por Xi Jinping em 2013, essencial para se perceber o que a China pode alcançar a nível geopolítico e geoestratégico, Justyna Szczudlik-Tatar (2013), Rudolf Moritz (2016), Nadine Godehardt (2016), Peter Cai (2017) e Angela Stanzel (2017), assim como um estudo da PwC de 2017 e o plano de acção da RPC para a BRI (2015), ajudaram a delinear os principais objectivos, mas também a identificar alguns dos desafios e problemas que se colocam a este projecto chinês.

O ano de 2008 foi crucial para a liderança chinesa perceber que poderia explorar e propor um caminho alternativo ao modelo ocidental liberal, segundo Rudolf Moritz (2016). As instituições-sombra e o Consenso de Pequim, expressão cunhada por Joshua C. Ramo (2004), já eram uma realidade antes da crise financeira de 2008, mas foi a partir daí que Pequim começou a preencher as lacunas do sistema internacional de uma forma ainda mais activa e assertiva. É esta a linha explorada por outros académicos como Randall Schweller (2015), Carlos Gaspar (2016), Ulrike Esther Franke (2016) e James Reilly (2016). A posição de oposição da União Europeia é focada, tendo em conta o discurso do Estado da União (2017) proferido pelo Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, e a análise de Michael Ivanovitch (2018).

Por fim, são passados em revista os mais importantes pontos de tensão internos, e que constituem os principais desafios da Quinta Geração. Ou seja, aquilo a que David Lampton (2014) chama de “pesadelos domésticos”, que podem afectar a legitimidade do PCC, e que passam por uma população imensa; incidentes em massa; precárias condições de trabalho; conflitos entre trabalhadores de diferentes províncias; problemas ambientais; corrupção; necessidade de um crescimento económico contínuo e da estabilidade dos preços; terrorismo e problemas de segurança associados ao Tibete e a Xinjiang.

No Capítulo IV, é explorado com maior profundidade o espaço do Indo-Pacífico. Primeiro, é efectuada uma radiografia às Forças Armadas da RPC, as mais numerosas do mundo, apesar de nos anos mais recentes haver um investimento mais acentuado na modernização dos meios e na diminuição de efectivos. Não há documentos oficiais chineses sobre números absolutos pelo que foi essencial a informação recolhida por Ian Rinehart (2016), assim como as estimativas do Departamento de Defesa dos EUA (2018) e as conclusões de Ronald O’Rourke (2018) sobre a expansão naval militar da RPC.

Em segundo lugar, são analisadas as ambições e concretizações, ou seja, o que é que a China pretende no Indo-Pacífico e o que é que tem concretizado. O estabelecimento de uma primeira base militar fora do continente chinês, no Djibouti, inaugurada em 2017, constitui um marco na política externa da RPC, apesar de não ser assim designada por Pequim, e marcou o regresso ao Índico após o século XIV, como notou Jérôme Henry (2016). Ao mesmo tempo, Daniel Kostecka (2011) e Monica Wang (2018) interpretam os passos tomados pela RPC no Indo-Pacífico, qual a forma e onde poderão ser concretizadas outras eventuais bases militares. São descritos vários locais em países que mantêm fortes laços comerciais, económicos e políticos com a China, casos de Paquistão, Myanmar, Sri Lanka, Maldivas, Seychelles, Tanzânia, Quênia e África do Sul, na maioria dos quais existem projectos da BRI a decorrer, alguns ligados a infra-estruturas portuárias, e que poderão receber uma segunda base militar da China. Por seu lado, Christopher D. Yung e Ross Rustici (2014) fazem depender o crescimento económico doméstico na China, e a estabilidade do regime, de uma presença contínua no estrangeiro.

Em terceiro lugar, para analisar as infra-estruturas como instrumento de política externa chinesa, ou seja, como é que a China tem, a maior parte das vezes através da BRI, conseguido desenvolver uma maior presença em locais considerados estratégicos através de avultados investimentos em portos, auto-estradas, barragens, caminhos-de-ferro, entre outras infra-estruturas, foi essencial o estudo “Harbored Ambitions” (2017), de Devin Thorne e Ben Spevack. O estudo baseou-se na análise de 15 projectos chineses para portos no estrangeiro (no Bangladesh, Sri Lanka, Camboja, Austrália, Djibouti, Omã, Paquistão, Malásia, Myanmar, Brunei e Indonésia) e dele os investigadores concluíram que “Pequim está a moldar o Indo-Pacífico para assegurar que os seus interesses de segurança nacional são adequadamente protegidos através do desenvolvimento de portos comerciais que podem facilitar patrulhas militares de longo alcance e investimentos que podem gerar boa-vontade política ou, se necessário, poder coercivo” (2017: 11). No mesmo sentido apontam as conclusões de Morgan Clemens (2015), tendo sido relevante para este subtema o estudo já referido de Christopher D. Yung e Ross Rustici (2014), que aponta quais os modelos logísticos que mais se poderiam adequar às necessidades da RPC no Índico, e o estudo “Influence and Infrastructure – The Strategic Stakes of Foreign Projects”, de Jonathan E. Hillman. Em 2018, o Office of The Secretary of Defense dos EUA admitiu que a China poderia obter vantagens militares no Oceano Atlântico, em portos estrangeiros seleccionados, para protecção dos seus interesses.

No Capítulo V, é analisado o interesse chinês no Atlântico, nomeadamente na costa africana, mas também sul-americana e localizações em Portugal (Açores e o porto de águas profundas de Sines), existindo uma nota final para a rota Ártica que pode vir a ser integrada como um outro “braço” da Rota da Seda.

Tal como foi efectuado para o Indo-Pacífico, também para a África do Atlântico procuraram-se estabelecer e apresentar dados da dependência económica e financeira entre um conjunto de países africanos e a China (esta é o maior parceiro comercial de África desde 2009, segundo dados de 2018 da United Nations Comtrade): Namíbia, Angola, São Tomé e Príncipe e Nigéria. Chris Alden (2005 e 2010) explica o sucesso da política de empréstimos chinesa aos países africanos, iniciada pouco depois do início do novo século. Já Judd Devermont, Amelia Cheatham e Catherine Chiang, num estudo de 2019 elaborado para o CSIS, intitulado “Assessing the Risks of Chinese Investments in Sub-Saharan African Ports”, analisaram 46 portos na África subsariana e encontraram em todos eles evidências de que a China tinha estado ou está envolvida em alguma das seguintes etapas: financiamento, construção e/ou operação das infra-estruturas. Ainda de acordo com este estudo, estes 46 portos estão alinhados com objectivos militares, comerciais e políticos chineses mais amplos.

De igual forma, na América do Sul e Central, analisaram-se dados que mostram o grau de dependência económica e financeira de países como Venezuela, Chile, Uruguai, Panamá, Argentina e Brasil. Esta não é tão forte nesta região como em África mas a China tem sabido tirar partido das relações com estes países, tendo em 2008 publicado pela primeira vez um documento de política para a América do Sul e Caraíbas.

No caso de Portugal, é analisado sobretudo o interesse chinês na Base das Lajes, nos Açores, e no porto de águas profundas de Sines, embora já tinha sido aventado o interesse chinês pelo porto de águas profundas da Praia da Vitória, igualmente nos Açores. Para se entender a importância estratégica da Base das Lajes e toda a evolução do seu uso pelos norte-americanos, desde os tempos da II Guerra Mundial até à reorganização das bases militares americanas na Europa em 2015, que levou à saída de uma grande parte dos militares dos EUA daquela base, foi essencial a leitura de Tiago Moreira de Sá (2016). Para se perceber, por outro lado, o interesse chinês foram importantes as entrevistas a órgãos de comunicação social do primeiro-ministro português António Costa (2016), assim como do ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva (2019). Mais uma vez, tiveram-se em conta dados das relações económicas e financeiras entre Portugal

e a China, principalmente porque após a crise de 2008 empresas chinesas efectuaram grandes investimentos em Portugal.

Nos EUA, a percepção do interesse chinês pelos Açores tem sido evidenciada pelas declarações de alguns responsáveis militares e políticos. O congressista Devin Nunes, em Setembro de 2016, foi um dos que alertou para a possibilidade de a China concretizar uma presença nos Açores. “Como muitos no Congresso avisaram no passado, vários altos-representantes chineses visitaram os Açores em anos recentes. Sei agora que a China enviou uma delegação de cerca de 20 representantes, todos fluentes em português, numa viagem de pesquisa que durou semanas e que culmina com a visita do primeiro-ministro, Li Keqiang”, disse numa carta enviada a Ashton Carter em Setembro de 2016, na altura o Secretário da Defesa de Obama. O ministro dos Negócios Estrangeiros português, Augusto Santos Silva, encontrou-se com o primeiro-ministro chinês a 26 de Setembro de 2016 na ilha Terceira, mas disse que o encontro servia para preparar a visita do primeiro-ministro de Portugal, António Costa, à China e que não tinha “agenda escondida”, segundo foi noticiado então pelo DN/Lusa (2018).

Quanto à rota Ártica, esta é analisada como hipótese de constituir mais um caminho para o Atlântico, aumentando assim os pontos de interesse a defender por Pequim. A ideia de uma “Rota da Seda do Gelo” foi reforçada com a publicação em 2018 do Livro Branco sobre o Ártico. O capitão James E. Fanell, retirado da Marinha dos EUA, coloca mesmo a possibilidade de a China poder começar a operar submarinos em 2025 no Atlântico Norte (2019).

Ainda assim, e no termo cunhado por David Shambaugh (2013), a RPC é, e apesar de todo o desenvolvimento que tem promovido em vários campos, um “poder parcial”. Ao nível diplomático, “não é influente em muitas partes do mundo ou em questões internacionais de maior relevo”, “não molda acontecimentos nem contribui activamente para a resolução de problemas”. É antes, “avessa ao risco e auto-interessada”. No campo económico, apesar de ser mais do que um “poder parcial”, principalmente em termos de comércio global, e importação de energia e matérias-primas, “o impacto global do investimento no estrangeiro e corporações multinacionais tem sido mínimo, apesar de crescente”. A nível cultural (turismo, educação, venda e troca de arte, literatura e cinema, moda e design, e desporto), e retirando, talvez, o turismo e a compra de arte, “o impacto global tem sido mínimo”, sendo claro que a “China não é um íman que atraia os outros”. Ou seja: “nenhuma nação procura emular os sistemas político ou social, a cultura é *sui generis* e a experiência económica, apesar de admirável, não é transferível”.

A nível militar, e apesar da rápida modernização promovida, “a China não tem capacidades de projecção de poder convencional a nível global”, sendo definida por Shambaugh como “um poder médio”, ao nível de países como Austrália, Brasil, França, Índia, Japão, Reino Unido e Rússia, capaz de influenciar a Ásia-Pacífico, mas pouco mais (2013: 309-310). A Marinha tem sido um dos ramos das forças armadas mais privilegiados nos últimos anos e “tem feito grandes avanços em termos de projecção de poder” (2013: 288). David Shambaugh identifica cinco estádios de desenvolvimento da marinha chinesa. Um primeiro, uma marinha de *green waters*, ou seja, que opera apenas até 200 milhas da costa. Um segundo – o estádio actual – de uma marinha de *blue waters* limitada, possuidora de navios e submarinos capazes de operar a 700 milhas e mais da costa, que inclui todo o Mar da China Meridional até à Indonésia e Timor-Leste. Um terceiro, uma marinha de *blue waters* capaz de cobrir o Pacífico ocidental, ou seja, de operar para lá da terceira cadeia de ilhas de Guam, Austrália e Nova Zelândia. Um quarto, uma marinha verdadeiramente de *blue waters*, capaz de operar em todo o Pacífico e um quinto estádio final que é a capacidade de operar em qualquer oceano do planeta (2013: 288-289). Shambaugh sublinha que “a dependência crescente da China no comércio marítimo e na importação de energia está a alimentar a reconceptualização das necessidades marítimas, ambições e capacidades da China”, dando nota de que “mais de 90% do comércio marítimo da China e 95% das importações de petróleo e de gás viajam por via marítima” (2013: 289). Nesta sintetização, faltam ainda três etapas para a marinha da RPC poder operar num oceano como o Atlântico, mas os governantes chineses operam numa base de médio/longo-prazo.

Em Agosto de 2018, o chefe de Operações Navais da Marinha dos EUA, Almirante John Richardson, mostrou-se preocupado com as movimentações no Atlântico de russos e chineses e afirmou que, da parte da RPC, está a ser criada “uma nova dinâmica” pelas movimentações militares que vão do Atlântico Norte ao Mediterrâneo. Juntando às movimentações de russos, afirmou que a actividade recente é maior do que “nos passados 25 anos” (Babb, 2018). Criada na sequência da II Guerra Mundial e desactivada em 2011, os EUA voltaram a reactivar em Agosto de 2018 a 2.^a Frota, responsável pela protecção e vigilância da costa leste e do Atlântico Norte, incluindo o Círculo Polar Ártico. “A nossa Estratégia de Defesa Nacional deixa claro que estamos de volta a uma era de grande competição de poderes, à medida que o ambiente de segurança continua a tornar-se mais desafiador e complexo”, afirmou John Richardson. “É por isso

que hoje estamos a reactivar a 2.^a Frota para lidar com essas mudanças, particularmente no Atlântico Norte”, completou, citado no site da Marinha dos EUA (2018).

Antes do Atlântico, a China terá de assegurar uma “posição hegemónica” na Ásia, o que está a ser feito de forma gradual, embora o Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC tenha assegurado em 2011 que o país nunca procuraria a hegemonia, nem adoptaria uma abordagem de expansão militar “agora ou no futuro, seja qual for o desenvolvimento da economia”. Certo é que se tem assistido a uma mudança no conhecido conceito de “ascensão/desenvolvimento pacífico”, com Jian Zhang a apontar que com Xi Jinping se entrou num período de “Ascensão Pacífica 2.0”, e já não se excluindo o conflito por completo. Ao mesmo tempo, observa-se uma China global, com investimentos e interesses em todo o planeta, preocupada em proteger os seus activos – até porque do crescimento interno depende a estabilidade do sistema de partido único – e que considera esses mesmos investimentos como fazendo parte dos seus “interesses nacionais em geral”.

Parte-se do pressuposto de que os EUA opor-se-ão sempre, de forma mais ou menos veemente, a uma presença chinesa no Atlântico, o que a ocorrer seria algo verdadeiramente histórico porque nunca ocorrido. Sendo competidores, os EUA veriam uma presença chinesa no Atlântico como uma aproximação demasiado grande aos EUA e respectivos interesses. Em primeiro lugar, uma presença da China no Atlântico pode ser justificada por uma necessidade geoestratégica. Dominado o mar da China Meridional, oceano Índico e o Pacífico Ocidental, a RPC pode procurar assegurar posições estratégicas no Atlântico. Como aponta Miguel Santos Neves, em concreto sobre o Atlântico Sul, “a projecção de poder da China como actor global, e a sua crescente presença no Atlântico Sul” terá como objectivo “conter a expansão da influência dos EUA e da NATO” (2013: 74). O investigador aponta também que a “inexistência de capacidade militar naval e ausência de cooperação em matéria de segurança entre os estados costeiros” resultou numa região “onde não existem posições consolidadas, antes uma certa fluidez e flexibilidade com uma margem significativa para afirmação de interesses e construção de alianças” (2013: 75). Numa perspectiva realista, uma China insatisfeita com o *seu status quo*, revisionista, precisa do Atlântico para continuar a desafiar a potência hegemónica, os EUA.

Em segundo lugar, o Atlântico é rico em recursos naturais, desde logo petróleo e gás natural, muitos dos quais situados em mar alto, no leito e subsolo oceânicos a grandes profundidades, para além de diverso em recursos piscícolas. A RPC procurará posicionar-

se de forma a garantir a sua quota parte, de que tanto necessita como forma de alimentar o crescente sector industrial e uma imensa população – trata-se da busca incessante por matérias-primas. A redução da dependência do abastecimento de petróleo em relação ao Médio Oriente é um factor de peso a ter em conta. Neste caso, a viragem para o Ártico pode ser um modelo a seguir: um país que se assume claramente como um “Estado quase-ártico”, poderá um dia assumir-se como um “estado quase-atlântico”, uma vez que os pressupostos usados para suportar aquela afirmação, *mutatis mutandis*, podem ser transpostos para sustentar esta.

Por outro lado, uma presença no Atlântico Sul pode ainda ter relevância para posicionar interesses em relação à Antártida, não obstante o tratado de 1959, de acesso e exploração dos recursos deste continente. Miguel Santos Neves recorda que as principais potências já se começaram a posicionar para uma corrida aos recursos ali existentes, tanto energéticos como minerais, sobretudo a água, já que os glaciares da Antártida contêm 90% da água doce do planeta (2013: 73). Ainda no capítulo dos recursos, é Miguel Santos Neves que recorda que “a capacidade de produção agrícola de alimentos dos dois lados do Atlântico Sul é muito significativa já que aí se situam as maiores reservas a nível global de terra arável, com disponibilidade de água e reduzida pressão populacional, ideais para a produção de alimentos, razão porque têm sido objeto de controlo no âmbito do fenómeno do *land grab*” (2013: 73). Em terceiro, o desenvolvimento de inúmeros projectos em vários dos países com costa Atlântica (por exemplo, portos, caminhos-de-ferro ou indústrias), podem obrigar a RPC a querer ter uma localização mais permanente nalgum desses países e a partir de onde possa actuar e projectar poder com menos restrições.

No livro branco sobre a Defesa Nacional da China na Nova Era, de 2019, é sublinhado que a defesa dos interesses nacionais da China incluiu “proteger os interesses no estrangeiro”, pelo que, desta forma, “uma das missões das forças armadas da China é proteger efectivamente a segurança e os direitos e interesses legítimos do povo, organizações e instituições chinesas no exterior”. Ao mesmo tempo, é referido que “para resolver deficiências em operações e apoio no exterior, o EPL desenvolve forças em mares longínquos, constrói instalações logísticas no exterior e aumenta a capacidade de levar a cabo tarefas militares diversificadas”. Ou seja, parece ficar em aberto, num horizonte indefinido, a possibilidade de construção de mais bases no exterior à semelhança daquela que a RPC montou no Djibouti em Agosto de 2017, a primeira de sempre.

Anthony H. Cordesman, do Center for Strategic and International Studies, vê neste documento uma “resposta à enorme mudança na estratégia dos EUA de um foco no contra-terrorismo e extremismo à concorrência e possível conflito com a China e a Rússia”. Na sua opinião, “é um aviso claro da crescente rivalidade estratégica entre uma superpotência existente e emergente que já é mais forte do que a Rússia em praticamente todos os aspectos além do número de armas nucleares. É um aviso que moldará o futuro da China e dos EUA nas próximas décadas”. Ainda assim, Anthony H. Cordesman não acredita que este documento seja o sinalizar, da parte da RPC, de que uma “mistura de cooperação e competição tem de evoluir para um grande conflito”.

A resposta que os EUA podem dar a partir de determinado momento a uma eventual presença chinesa em águas atlânticas será determinante para uma escalada de tensão e eventual conflito armado. Se durante as presidências de Obama os EUA estavam mais rebalanceados para a Ásia como forma de conter a China, com Trump parece ainda não haver uma estratégia delineada. Mas um conflito poderá sempre ocorrer e nem sempre necessariamente no Atlântico.

Porém, a RPC pode também nunca chegar a concretizar uma presença efectiva no Atlântico, seja porque ache ser demasiado arriscado desafiar a potência hegemónica actual, que pode ter como consequência última um conflito armado, ou porque não veja aí um interesse estratégico definitivo. Mas pode a RPC estar “no palco principal do mundo”, como afirmou Xi Jinping na abertura do 19.º Congresso do Partido Comunista Chinês, em 2017, e não concretizar uma presença atlântica? Pode garantir a protecção eficaz de infra-estruturas e cidadãos nacionais nos mais variados pontos do globo sem aí estar de uma forma mais ou menos permanente, como no Djibouti? Afigura-se difícil uma resposta assertiva, mas os sinais que vai dando, seja nos vários documentos oficiais emitidos ao longo do tempo, seja na forma de actuação e postura que vai assumindo, nomeadamente no Mar da China Meridional, e os investimentos que vai fazendo pelo mundo, fazem duvidar de que, existindo essa oportunidade, a concretização de uma presença no Atlântico, a China a deixe escapar.

Mas para além da acção que os EUA podem tomar, e que será necessariamente fundamental para conter ou não a China, não deixa de entrar nesta equação a relação RPC-Rússia e a competição RPC-Índia, no Indo-Pacífico mas também no Atlântico. Em relação à Rússia, o mais recente livro branco da Defesa assinala a “parceria estratégica compreensiva”. Apesar disso, e na falta de uma verdadeira aliança entre estes dois países, nota-se que podem ser muitas as regiões nas quais podem ser concorrentes. Assim, tudo

dependerá se esta relação evolui para além do facto de serem dois países com um rival comum. Sobre a Índia, e como assinalou Miguel Santos Neves em relação ao Atlântico Sul, “tem uma visão mais regional no prolongamento da sua zona de intervenção natural que é o Índico, centrada na competição e tensão com a China e articulando posições com os outros membros da IBSA, Brasil e África do Sul, procurando desta forma compensar a sua maior fragilidade e desvantagens comparativas relativamente à China”. Já sobre a China, explica a visão distinta nesta matéria, pois “aborda o Atlântico Sul como um actor global com uma visão holística, em que a dimensão da competição estratégica com os Estados Unidos e a erosão do *soft power* americano é essencial” (2013: 93).

Nos próximos anos, esta será sem dúvida uma questão cada vez mais preponderante e que irá extravasar do meio académico e militar para o plano político generalizado. A replicação da estratégia seguida no Indo-Pacífico no Atlântico irá condicionar a actuação estratégica dos vários estados com interesses nesta área do mundo, nomeadamente dos EUA e seus aliados, principalmente os membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte, incluindo Portugal.

I.4. Metodologia, Abrangência Temporal e Estrutura da Tese

A seleção, recolha e o processamento de informação na presente dissertação foram feitos através de um leque diversificado de fontes primárias e secundárias. Entre as fontes primárias destacam-se discursos (Hu, 2005; Juncker, 2017; e Vitorino, 2019); livros brancos da RPC, publicados pelo Gabinete de Informação do Conselho de Estado; os “Annual Report to Congress” norte-americanos (2015, 2018 e 2019), sobre a China, publicados pelo Office of The Secretary of Defense; os “National Security Strategy” (2010 e 2017), publicados por The White House; a Constituição da República Popular da China; e dados compilados pelo Banco Mundial, CIA, FMI e Observatory of Economic Complexity.

Em termos de fontes secundárias, destacam-se livros que abrangem a evolução do regime de Pequim e a construção da política externa chinesa (Vogel, 2011; Kissinger, 2012), obras que apresentam e analisam o posicionamento internacional da RPC (Alden, 2010; Brautigam, 2009; Carriço, 2015; Cunha, 2012; Gaspar, 2016; Lampton, 2008 e 2014; Ramo, 2004; Shambaugh, 2013 e 2016; Shirk, 2007; e Vasconcelos, 2009), artigos científicos e estudos que abrangem a dimensão estratégica da RPC (Albert, 2016; Alden, 2005; Baumert e Melchior, 2014; Cabestan, 2009; Cai, 2017; Carriço, 2013; Casaburi,

2018; Cheatham, Chiang e Devermont, 2019; Clemens, 2015; Cordesman, 2019; Economy, 2014; Eder, s/d; Fanell, 2019; Franke, 2016; Friedberg, 2014; Henry, 2016; Hillman, 2019; Hughes, 2010; Jakobson e Manuel, 2016; Jian, 2015; KostECKa, 2011; Leonard, 2012; Manning e Stern, 1994; Mearsheimer, 2010; Miller, 2016; Moritz, 2016; Mulvenon, 2011; Neves, 2013; O'Rourke, 2018; Reilly, 2016; Rinehart, 2016; Roy, 2015; Schweller e Xiaoyu, 2011; Schweller, 2015; Shambaugh, 2001; Stanzel, 2017; Szczudlik-Tatar, 2013; Thorne e Spevack, 2017; Wang, 2017; Yan, 2001 e 2014; Yung, 2014; Zheng B., 2005; e Zheng W., 2014), e ainda artigos de imprensa internacionais e de Portugal.

Foi adoptada uma análise bibliográfica essencialmente qualitativa. O estilo utilizado na bibliografia é a norma APA e o presente texto está redigido com as regras do anterior Acordo Ortográfico.

A presente dissertação tem uma abrangência temporal de seis anos, situados entre 2013 e 2019. A primeira data corresponde ao ano no qual Xi Jinping resgatou o plano de uma nova Rota da Seda, enquanto a segunda data corresponde ao momento de finalização deste trabalho.

Em termos de estrutura, este trabalho foi dividido em cinco capítulos. O Capítulo I corresponde ao enquadramento teórico e conceptual, estando aqui integrados o estado da arte, a metodologia e a abrangência temporal. O capítulo II compreende um enquadramento que começa em 1949 e que visa essencialmente analisar a evolução da política externa chinesa desde o momento da criação da RPC, focando ao mesmo tempo algumas dinâmicas internas consideradas importantes para compreender a componente externa. Foi dada uma maior ênfase ao mandato do actual presidente chinês, Xi Jinping, que corresponde também a uma postura mais assertiva da RPC na política externa. No capítulo III faz-se menção a alguns outros desafios estratégicos que o país enfrenta actualmente e que podem condicionar a sua actuação, como são: a questão de Taiwan; o Mar da China Meridional; o “rebalanceamento” dos EUA para a Ásia-Pacífico e a estratégia de Trump para o Indo-Pacífico; a nova rota da seda; as “instituições-sombra” e o Consenso de Pequim e vários desafios internos. No Capítulo IV olhou-se essencialmente para a região do Indo-Pacífico de modo a compreender a estratégia chinesa para perceber como Pequim está a aliar o investimento em projectos de infra-estruturas, inseridas na nova Rota da Seda, retirando daí dividendos geopolíticos. No Capítulo V pretendeu-se, tendo em conta a experiência chinesa anterior, aferir de que modo pode ser replicado o Indo-Pacífico no Atlântico. Por fim, na Conclusão procurou-se dar resposta à pergunta de investigação e questões derivadas.

Capítulo II. Política Externa da RPC e Estratégia

II.1. Deng Xiaoping, “Reforma e Abertura”

Após anos de uma desgastante guerra civil, a 1 de Outubro de 1949 Mao Zedong proclamou o nascimento da RPC e os nacionalistas que contra ele lutaram nos anos anteriores, liderados por Chiang Kai-shek, acabaram por se refugiar na ilha de Taiwan⁸, onde ainda permanecem, num diferendo sensível com o governo comunista de Pequim.

A primeira visita que o novo líder da RPC efectuou foi à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A RPC e seus líderes ainda não eram reconhecidos como legítimos por vários países, incluindo pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, em Moscovo, a 16 de Dezembro de 1949, Mao Zedong reuniu-se com Josef Estaline para, entre outros assuntos, negociar um Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua com a URSS⁹, que viria a ser assinado pelos dois lados a 14 de Fevereiro de 1950 e duraria oficialmente até 1979.

A década de 1950, já em plena Guerra Fria, foi sobretudo marcada pela relação com a URSS, mas também com os EUA. Com os soviéticos, a relação começou a esmorecer principalmente após a morte de Estaline, em 1953, uma vez que a China pretendia seguir o seu próprio caminho não se submetendo ao jugo da URSS, situação que acabou por desembocar na cisão sino-soviética dos anos sessenta. Por outro lado, como os EUA não correspondiam aos sinais de abertura que a China lançava, a instalação de mísseis nucleares norte-americanos em Taiwan piorou a situação. Isto levou a um distanciamento entre Pequim e Washington, que culminou com a intervenção de ambos os campos na Guerra da Coreia (1950-1953) e, posteriormente, com um embargo económico à RPC, e o envio de uma frota norte-americana para o estreito de Taiwan, o que reforçou o isolamento chinês em relação ao bloco não comunista.

Foi após a assinatura de um acordo de comércio e intercâmbio entre a RPC e a Índia, a 29 de Abril de 1954, que a base da política externa chinesa passou a ter

⁸ A República da China, ou Formosa / Taiwan como é mais conhecida, é um Estado com reconhecimento internacional limitado e que resultou da subida ao poder em Pequim dos comunistas. Com a derrota na guerra civil em 1949, o líder nacionalista Chiang Kai-shek transferiu o governo da então República da China de Pequim para Taipei, na Ilha de Taiwan, criando a situação que ainda hoje se mantém. A China Popular vê Taiwan como parte integrante do seu território.

⁹ Que substituiu o que estava em vigor e que tinha sido ratificado com os russos, em 1945, pelo lado nacionalista chinês.

paulatinamente como quadro normativo os cinco princípios da coexistência pacífica¹⁰: respeito mútuo pela integridade territorial e soberania dos Estados; não agressão mútua; não interferência mútua nos assuntos internos de cada um; igualdade e benefício mútuo; e coexistência pacífica (ONU, 1958; 70). Na Conferência de Bandung, que decorreu entre 18 e 24 de Abril de 1955, na Indonésia, os cinco princípios voltaram a ser usados e acabaram por ser vertidos no preâmbulo da Constituição da RPC (Cf. Anexo I).

A partir de 1960, já com a URSS como antagonista, a China passou a encarar a exportação do seu modelo maoísta como um dos objectivos, numa disputa com a URSS pela liderança do “bloco socialista”, mas também dos países do terceiro mundo, entre os quais a China se incluía¹¹. A nível interno, o país foi passando por várias convulsões, como a que foi provocada pelo Grande Salto em Frente¹², em 1958, e pela Revolução Cultural, iniciada em 1966. Apesar destes falhanços, no campo nuclear a China alcançou bons resultados quando em Outubro de 1964 conseguiu fazer um primeiro ensaio.

O final do isolamento da China a nível internacional, principalmente em relação aos EUA, deu-se com aumento da percepção por parte de Mao de que a maior ameaça ao regime de Pequim vinha da URSS e não dos EUA, o que se foi consumando em vários recontros fronteiriços entre forças dos dois países vizinhos. Da parte da liderança norte-americana, já com o presidente Richard Nixon no poder, que herdou a guerra do Vietname, também houve o interesse de uma aproximação à RPC, vista como “uma oportunidade de redefinir a abordagem norte-americana da política externa e da liderança internacional” (Kissinger, 2012: 241) e também porque uma vitória soviética sobre os chineses poderia ter implicações sérias para os norte-americanos num mundo bipolar.

Tiveram lugar uma série de contactos, primeiro de forma indirecta (mensagens que circularam através de embaixadas, ou entrevistas a Edgar Snow, um jornalista norte-americano considerado próximo de Pequim¹³) e depois de forma mais intensa, que culminaram no convite de Mao e consequente visita de Nixon à China em 21 de Fevereiro de 1972. Para isto, muito contribuiu o primeiro-ministro chinês Zhou Enlai. Na sequência,

¹⁰ Alguns daqueles princípios já tinham sido proclamados por Mao a partir do Portão da Paz Celestial no dia do nascimento da RPC.

¹¹ De acordo com a teoria dos “três mundos”, anunciada em Abril de 1974 na Assembleia Geral da ONU, por Deng Xiaoping, EUA e URSS constituíam o primeiro mundo, a Europa, o Japão e o Canadá o segundo mundo, e Ásia (menos Japão), África e América Latina o terceiro mundo (Cunha, 2012: 33-34).

¹² Que constituiu um apelo ao aumento da produção industrial e redundou num fracasso.

¹³ Kissinger, em “Da China”, relata que “(...) Mao comunicou connosco mas tão subtil e indirectamente que não demos por isso. Em Outubro de 1970, Mao concedeu outra entrevista a Edgar Snow (...). Para demonstrar a importância que atribuía à ocasião, Mao colocou Snow ao seu lado (...). A simples presença de um norte-americano ao lado do líder simbolizava – ou pretendia sinalizar para o povo chinês – que o contacto com os Estados Unidos era não só admissível como uma alta prioridade” (2012: 252).

foi publicado o comunicado (conjunto) de Xangai do qual se destaca uma parte dedicada à hegemonia: “Nenhum [dos lados] deve procurar hegemonia na região da Ásia Pacífico e cada um deles opõem-se aos esforços de qualquer país ou grupo de países para estabelecer tal hegemonia” (Comunicado Conjunto dos EUA e da RPC, 1972).

Com a morte de Zhou Enlai em Janeiro de 1976 e de Mao em Setembro desse ano, emergiu Deng Xiaoping, que superou Hua Guofeng¹⁴, o herdeiro dos cargos de Zhou e Mao, sendo que este considerava Hua o seu legítimo sucessor. A sucessão não foi um processo simples e Deng foi mesmo afastado de todas as funções que tinha a 5 de Abril de 1976, ficando na sombra de Hua até ser reabilitado aos olhos do partido a 17 de Julho de 1977, no 3.º Plenário do 10.º Congresso do PCC, e retomando todas as anteriores funções (Vogel, 2011: 170-191).

Deng Xiaoping assumiu a condução das áreas ligadas à ciência, tecnologia e educação, que o próprio considerava críticas para a modernização do país, e dessa forma dando a entender que não desafiaria a autoridade de Hua. E num conjunto de viagens ao estrangeiro, a liderança chinesa ficou com a noção do grau de atraso que o país sofria nos campos industriais, tecnológicos e científicos.

Com o 3.º Plenário do 11.º Comité Central do PCC, que decorreu entre 18 e 22 de Dezembro de 1978, um conjunto de decisões que já tinham sido tomadas acabaram por ser meramente formalizadas e Deng Xiaoping emergiu como o principal líder político da RPC. Acabou por ser promulgado o lema que caracterizaria toda a política subsequente, mesmo que esta tivesse começado com Hua: reforma e abertura.

A subida de Deng, porém, foi feita sem qualquer reconhecimento público formal da sucessão: passou a “líder principal” mas manteve os cargos de vice-presidente do partido, vice-primeiro-ministro e vice-presidente da Comissão Militar Central (enquanto Hua se manteve como presidente do partido, primeiro-ministro e presidente da CMC). Segundo Ezra Vogel, esta situação pouco usual, e sem paralelo na História, só ocorreu porque os líderes chineses quiseram evitar dar uma imagem para o exterior de que estivesse a ocorrer uma luta interna pelo poder, tendo em conta que Hua Guofeng apenas tinha assumido o controlo do partido, do Governo e da chefia militar em 1976.

Por outro lado, os líderes chineses quiseram também evitar que o poder estivesse concentrado apenas nas mãos de uma única pessoa, e neste caso alguém que havia tido como mentor Mao. Vogel explica que os pares de Deng decidiram então não lhe

¹⁴ Tinha sido trazido para o Politburo em 1973, juntamente com Ji Dengkui e Chen Xilian.

atribuírem todos os títulos formais e equilibrar o seu poder com um igual, neste caso, Chen Yun. Deng apenas aceitou a autoridade sem qualquer reconhecimento formal porque toda a liderança sabia o que se passava e o próprio estava mais interessado no poder real do que em qualquer título (Vogel, 2011: 352).

Com Deng ao leme, avançou-se no sentido da reversão da colectivização agrária, da permissão de entrada da iniciativa privada na indústria e nos serviços, da criação de Zonas Económicas Especiais¹⁵, da descentralização do Governo, do crescimento baseado nas exportações e do investimento na área da ciência e da tecnologia, assim como do ensino.

Na política externa, o principal objectivo passou a ser criação de um ambiente pacífico para o desenvolvimento da China através de uma acumulação discreta de poder. É o período do chamado “socialismo com características chinesas” cunhado por Deng. Se até 1978, se pode falar de uma “China 1.0”, no dizer de Mark Leonard, ou seja, de uma economia planificada, de um sistema político leninista e de uma política externa com o objetivo de espalhar a revolução ao nível global, agora observa-se uma “China 2.0” (2012: 10-12), e que se pode resumir na Estratégia de 28 Caracteres¹⁶ enunciada por Deng em Setembro de 1989¹⁷.

Mudando a política interna de Mao, mas seguindo em parte a política externa deste, principalmente quanto aos EUA, Deng buscou essencialmente uma normalização das relações, solidificando uma oposição à URSS que se tinha aliado ao Vietname¹⁸, gerando receios na China de um plano para a criação de uma Federação Indochinesa, especialmente após a invasão vietnamita do Camboja (que ocorreu em Dezembro de 1978).

A normalização aconteceu formalmente em Janeiro de 1979, durante a presidência de Jimmy Carter, quando os EUA reconheceram o governo de Pequim como o legítimo e único governo da China, deixando de reconhecer o governo de Taipé nessa condição, e iniciando-se relações diplomáticas oficiais com a RPC. Nesse mesmo mês, Deng

¹⁵ De acordo com Ezra Vogel, foi Hua Guofeng quem lançou as Zonas Económicas Especiais na China.

¹⁶ Alexandre Carriço, assim como outros investigadores, fala em 28 caracteres, embora outras fontes refiram apenas 24 caracteres. Para além de muitos media, por exemplo Aaron Friedberg refere no artigo “The Sources of Chinese Conduct: Explaining Beijing’s Assertiveness” a estratégia de 24 Caracteres (2015: 148).

¹⁷ “Observar calmamente as situações; defender a sua posição; fazer face às mudanças com confiança; dissimular as suas capacidades e aguardar pela sua oportunidade; manter um perfil discreto de forma intencional; evitar protagonismos; e ser proactivo” (Carriço, 2013: 24).

¹⁸ Em Novembro de 1978, a União Soviética e o Vietname assinaram um Tratado de Amizade e Cooperação, que continha cláusulas militares.

Xiaoping visitou os EUA mas, ainda assim, o Congresso dos EUA aprovou em Abril desse ano a Lei das Relações com Taiwan, o que desagradou aos líderes da RPC, apesar de os vínculos terem continuado a melhorar.

Aliás, a terceira Guerra do Vietname (Fevereiro-Março de 1979), uma ofensiva da RPC nas zonas fronteiriças daquele país, contou com um certo apoio discreto dos EUA, que se tinham disponibilizado a fornecer informações dos serviços de inteligência. Nas palavras de Deng, tratou-se de uma expedição punitiva em que o objectivo era ensinar ao Vietname uma lição¹⁹.

Numa atitude sem precedentes, Deng passou a uma abordagem diplomática de grande visibilidade, viajando pela Tailândia, Malásia, Singapura e Japão, sempre com o objectivo de “mudar a imagem da China no estrangeiro de rival revolucionária para vítima semelhante dos desígnios geopolíticos soviéticos e vietnamitas” (Kissinger, 2012: 388).

Esta dinâmica só acabou travada, em parte, a 4 de Junho de 1989 quando, após semanas de protestos na Praça da Paz Celestial, ou Tiananmen²⁰, que começaram com a exigência de exéquias fúnebres de estado para Hu Yaobang, um reformista afastado em 1987, e que tinha morrido a 15 de Abril de 1989, tropas confrontaram e dispararam sobre civis desarmados, provocando centenas de mortos, desaparecidos e milhares de feridos²¹. Nesta altura, já Jiang Zemin tinha sido escolhido pela liderança de topo como o sucessor de Deng. A actuação dos militares e chefes políticos da RPC foi vista no mundo ocidental democrático de forma muito crítica e levou a que fossem adoptadas sanções, embora tanto os EUA como o Japão tivessem feito pressão para que não fossem tão pesadas como outros países reivindicavam. O presidente dos EUA George Bush quis evitar uma rotura nas relações, mas estas regressaram quase à casa de partida de 1971/72²².

Três semanas após o ocorrido na Praça de Tiananmen, os membros do Comité Central reuniram-se no 4.º Plenário do 13.º Congresso do PCC, a 23 e 24 de Junho de 1989, tendo sido Jiang oficialmente nomeado secretário-geral do partido, que reforçou o compromisso com a política de reforma e abertura e promoção do desenvolvimento

¹⁹ O Conselheiro de Segurança Nacional Zbigniew Brzezinski citou uma frase de Deng Xiaoping para Jimmy Carter: o objectivo declarado da guerra era “pôr contenção nas ambições ousadas dos vietnamitas e dar-lhes uma adequada lição limitada” (Brzezinski apud Kissinger, 2012: 400).

²⁰ As repercussões internacionais de Tiananmen foram potenciadas pelo facto de na mesma altura estarem em Pequim inúmeros media internacionais para cobrir a Cimeira Sino-Soviética.

²¹ O número ao certo de mortos do “Massacre de Pequim”, ou na versão governamental “Incidente na Praça da Paz Celestial”, ainda hoje é desconhecido e varia consoante as fontes consultadas entre várias centenas e cerca de 2000.

²² Para piorar a situação, um dissidente chinês, Fang Lizhi, refugiou-se na embaixada norte-americana em Pequim, gerando um incidente diplomático.

económico. E, ao contrário do que no passado tinha ocorrido com Deng, a liderança do PCC não teve problemas em dar todos os títulos formais a Jiang Zemin de forma a que este pudesse adquirir a autoridade necessária para se tornar um líder nacional forte (Vogel, 2011: 644).

Mas não eram apenas os acontecimentos internos que obrigavam a que a RPC tivesse um líder forte, com a instabilidade criada pelos recentes acontecimentos de Tiananmen. A nível externo viviam-se momentos conturbados no bloco comunista, com o colapso do comunismo da Europa de Leste, a queda do Muro de Berlim, em 1989, e posterior dissolução da URSS, factos que fizeram pender a balança do poder em favor dos EUA, que emergiram como os vencedores da Guerra Fria. Nasceu então um novo sistema internacional, no qual passaram a ser os EUA a ditar as regras, prevalecendo estas sobre a de todos os outros Estados: é o chamado “momento unipolar”, como foi cunhado por Charles Krauthammer, apesar de não ser um termo consensual²³ (Krauthammer, 1991).

É verdade que, para alcançar o lugar cimeiro no sistema internacional, os EUA beneficiaram das instituições criadas pelo sistema de Bretton Woods²⁴. A própria RPC acabou por se ir integrando neste sistema, e beneficiando dele, entrando no Fundo Monetário Internacional (FMI) em Abril de 1980 e passando a representar o país²⁵, assim como entrou no Banco Mundial na mesma data, para além de ter começado a desempenhar um papel activo na Organização Mundial da Saúde.

Em 1993, já com Jiang Zemin no poder²⁶ a China continuou o incrível desempenho económico começado com Deng. Nesta altura, o Produto Interno Bruto (PIB) do país chegava, segundos dados do Banco Mundial, aos 445.000 milhões de USD, quando em 1978, ano da formalização da subida ao poder de Deng, o PIB era de 145 mil

²³ Samuel Huntington admite a existência de apenas um superpoder – os EUA – mas sem que isso signifique, na verdade, um mundo unipolar.

²⁴ O Acordo Geral de Tarifas e Comércio, mais tarde Organização Mundial do Comércio, a ONU, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e várias outras instituições que foram o baluarte do sistema internacional pós-II Guerra e que acabaram por se tornar mais globais.

²⁵ A China tinha-se juntado ao FMI logo em Dezembro de 1945, como um dos membros originais. Mas, e conforme também acontecia na ONU, era o governo em Taipé que representava o país.

²⁶ Jiang ascendeu a secretário-geral do PCC em Junho de 1989 e a presidente da Comissão Central das Forças Armadas em Novembro do mesmo ano, substituindo assim Deng, e alcançando a Presidência da RPC em Março de 1993.

milhões de USD (e em 2003, ano da saída do poder de Jiang, o PIB tinha já alcançado os 1,3 biliões²⁷).

Mas Jiang era diferente de Deng e não possuía o carisma deste. Ainda assim, e como identifica Shambaugh, apesar de a Jiang faltar uma visão própria, adoptando antes ideias de outros, o estilo conciliatório dissipou diferenças e forjou acordos entre a elite no poder. Por outro lado, o surgimento gradual de uma esfera institucional mais pluralizada, mais inclusiva, levou ao envolvimento de um conjunto diferente de actores institucionais, sendo que no cume do poder várias instituições passaram a ser envolvidas no processo de elaboração de políticas, mas mantendo-se o Comité Permanente do Politburo como a autoridade final na tomada de decisões que envolvem o PCC, e a CMC como responsável última quanto aos assuntos militares. Para Shambaugh, é claro que o processo político se tornou mais racional no topo e as decisões passaram a ser tomadas apenas após estudos de viabilidade e estudos-piloto, procurando-se ouvir opiniões de vários quadrantes, estilo este que está a par do surgimento de uma tecnocracia.

Mais significativo, durante esta fase de Jiang no poder, é que não há verdadeiramente um “líder principal”, nem nenhum conjunto de sábios a manobrar na sombra. Nem o poder concede necessariamente legitimidade por mais tempo, sendo que esta, para a elite, passa a ter em conta um conjunto mais vasto de factores – o chamado índice de legitimidade – ligado às expectativas da população quanto a educação, saúde, transportes, rendimento, qualidade de vida, entre outros, mas sobretudo baseado na força da economia, a chave de tudo. O critério meritocrático também passou a ser uma fonte capaz de legitimar, com as expectativas a crescerem em relação à competência da elite. Por fim, outra grande fonte de legitimidade passou a ser o nacionalismo: ser duro com Taiwan é uma maneira de se usar esse recurso, enfrentar a hegemonia americana percebida é outra e jogar a “carta da guerra” contra o Japão é uma terceira (Shambaugh, 2001).

E foi precisamente com Jiang Zemin no poder – apesar da sua contribuição para um fortalecimento da relação com os EUA – que a RPC e os EUA se abeiraram perigosamente de um conflito armado, entre Julho de 1995 e Março de 1996, por causa de Taiwan. Estava então na Administração norte-americana Bill Clinton. Esta foi a terceira crise no Estreito de Taiwan e embora o conflito tenha sido evitado, Kissinger

²⁷ Conversão feita da escala numérica curta, usada nos dados do Banco Mundial, para a escala numérica longa.

conta que “os EUA responderam com a mais significativa demonstração de força norte-americana dirigida à China desde a reaproximação de 1971, enviando duas frotas de combate de porta-aviões (...) para o estreito de Taiwan sob o pretexto de evitar ‘mau tempo’” (2012: 510). Por detrás deste extremar de posições estiveram as primeiras eleições presidenciais de Taiwan através de sufrágio universal directo, em Março de 1996, e a determinação de Lee Teng-hui, que viria a vencer, em “forçar o princípio da identidade nacional de Taiwan”²⁸ (Kissinger, 2012: 506).

Foi ainda durante a presidência de Jiang que pôde ser consumada a ideia avançada por Deng de “Um País, Dois Sistemas”²⁹, com a passagem da soberania dos territórios de Hong Kong, em 1997, e de Macau, em 1999, para a RPC. Em suma, Jiang continuou a linha internacional de Deng, de paz e desenvolvimento e, no plano externo, promulgou o “Novo Conceito de Segurança”. Quando Jiang Zemin saiu do poder e entrou em cena Hu Jintao³⁰, Kissinger afirma que houve um “ponto de viragem nas relações sino-americanas”, pois “Jiang foi o último presidente com quem o principal tema de diálogo sino-norte-americano era a relação em si mesma. Depois disso, ambos os lados fundiram, se não as suas convicções, a sua prática num modelo de coexistência cooperativa” (2012: 521).

II.2. A “ascensão/desenvolvimento pacífico” do gigante chinês

Após o colapso da URSS e com o crescimento económico da China nos anos 90, começou a falar-se numa ascensão do país. Yan Xuetong aponta que foram os media não chineses os primeiros a falar da China como uma “potencial superpotência” (2001: 33), sendo que a partir daí passou a ser veiculada a teoria da ameaça. De forma reactiva, surgiu

²⁸ Lee Teng-hui solicitou, em 1994, autorização para o avião no qual seguia abastecer no Havai, sendo esta a primeira vez em que um presidente taiwanês aterrava em solo norte-americano, e em 1995 discursou na universidade norte-americana de Cornell, onde obteve o doutoramento, o que enfureceu Pequim.

²⁹ A política “Um País, Dois Sistemas” foi a solução encontrada nos anos 80 para as questões de Hong Kong e de Macau, então sob administração britânica e portuguesa. Foi esta política que permitiu uma transição de administrações pacífica nos dois territórios, atribuindo um alto grau de autonomia tanto a Hong Kong como a Macau durante 50 anos, com excepção das Relações Externas e da Defesa. Segundo o previsto, Hong Kong terminará o período de autonomia previsto em 2047 e Macau em 2049.

³⁰ Presidente da China de Março de 2003 a Março de 2013.

então o conceito de “ascensão pacífica”, depois designado “desenvolvimento pacífico”, associado a uma eventual grande estratégia por parte da RPC.

Alexandre Carriço identifica o “desenvolvimento pacífico”, assim como o “sonho chinês”, desenvolvido mais adiante, como sendo dois dos mais importantes elementos daquilo a que chama o actual “edifício estratégico” da China, constituído por, de cima para baixo: uma visão do mundo harmonioso; o conceito/desígnio/ambição de sonho chinês/da China; a grande estratégia de desenvolvimento pacífico; a estratégia de segurança nacional assente no Novo Conceito de Segurança; a estratégia militar de defesa activa; e, por fim, a doutrina militar de Guerra Limitada sob Condições de Informatização (2015: 93).

Mas há visões discordantes sobre se o conceito de desenvolvimento pacífico pode ou não ser integrado numa grande estratégia³¹, não existindo uma referência oficial e explícita a uma grande estratégia da RPC e havendo uma multiplicidade de perspectivas antagónicas da parte de entidades oficiais, académicos, militares ou *think tanks*. Alexandre Carriço identifica a “existência de dois grandes campos argumentativos, e que são denominados por David Lampton como ‘internacionalistas cooperativos’ e ‘novos nacionalistas’”.

Os primeiros esboços da criação da estratégia de ascensão/desenvolvimento pacífico, explica Carriço, “ter-se-ão iniciado aquando do terceiro Plenário do 11.º Comité Central do PCC em Dezembro de 1978 com a aprovação de conceitos como os de ‘reforma interna’, ‘abertura ao exterior’ e desenvolvimento da economia como tarefa central; reforçados pela visão estratégica de Deng Xiaoping, formulada em 1982, de que a tendência mundial era e seria cada vez mais a ‘paz e o desenvolvimento’”. Esta era a altura em que a China dissimulava o seu poder, negando-o.

Em 1989, Deng propôs a implementação de uma política externa de paz e desenvolvimento que levou, no campo interno, a partir de 1992, ao desenvolvimento de um “leninismo de mercado” na expressão de Richard McGregor, ou capitalismo com características chinesas. Posteriormente, Yan Xuetong publicou em 1998 um corpo teórico enformador da grande estratégia de desenvolvimento pacífico, sob a denominação

³¹ Alexandre Carriço explica que “a grande estratégia de um estado pode ser definida como a ‘visão geral dos seus objectivos de segurança e a determinação dos meios mais adequados para os atingir, o que depende da avaliação da distribuição de poder, da localização geográfica e das capacidades militares próprias e dos outros’”. Explicita ainda uma metodologia de aferição da grande estratégia em três passos: “determinar os interesses vitais relativos à segurança de um Estado; identificar as ameaças a esses interesses; e decidir sobre qual a melhor forma de aplicar os recursos políticos, militares e económicos para proteger esses interesses” (2015: 112).

de “ascensão da China”, conceito recuperado mais tarde por Zheng Bijian como “ascensão pacífica” da China (Carriço, 2015: 115). Essa teoria foi depois debatida entre 2002 e 2004 e culminou na publicação por Zheng de um artigo na *Foreign Affairs*³².

No fundo, o texto acabou por ser uma das primeiras formas de resposta da China à questão de “como uma grande potência moderna podia erguer-se sem recurso ao conflito militar com os protagonistas dominantes no sistema internacional”³³ (Kissinger, 2012: 532). Mais ou menos na mesma altura, a 15 de Setembro de 2005, o presidente chinês Hu Jintao discursou na Assembleia Geral da ONU (“Construir a Caminho de Um Mundo Harmonioso de Paz Duradoura e Prosperidade Comum”), onde defendeu o multilateralismo para “tornar real a segurança comum” no mundo, sendo a paz uma premissa fundamental para o desenvolvimento da humanidade.

Kissinger interpreta as teorias da “ascensão pacífica” (e do “mundo harmonioso”) como evocativas dos “princípios da era clássica que garantiram a grandeza da China: gradualista; harmonizando-se com as tendências e evitando o conflito aberto” sendo que, porém, a própria expressão de “ascensão pacífica” acabou por ser alterada para “desenvolvimento pacífico”, “supostamente com base em que a noção de uma ‘ascensão’ era demasiado ameaçadora e triunfalista” (2012: 534).

Na perspectiva de Yan Xuetong, o perfil discreto da China nas relações internacionais foi mantido desde 1990-1991, com Deng Xiaoping, até Xi Jinping apresentar formalmente em 24 de Outubro de 2013, na conferência do PCC sobre Negócios Estrangeiros, a estratégia de “esforço pelo sucesso” (2014: 154). Na mesma linha, Alexandre Carriço acredita que a China pretende recuperar o seu estatuto de potência preponderante na Ásia, “com uma configuração actualizada e mais informal do ‘sistema tributário’ (uma versão 2.0), potenciando a criação de uma ‘esfera de deferência regional’ (...) sendo tal configuração o ‘trampolim para uma subsequente preponderância global’ (...)” (2015: 130).

Mas esse caminho não é fácil, até porque se o fim da Guerra Fria não trouxe “a paz kantiana” à Ásia, como nota Carlos Gaspar, nas últimas duas décadas, com excepção

³² “A China não seguirá o caminho da Alemanha que levou à I Guerra Mundial, nem os da Alemanha e do Japão que levaram à II Guerra Mundial, quando esses dois países saquearam violentamente recursos e procuraram a hegemonia. A China também não seguirá o caminho das grandes potências que competiam pelo domínio global durante a Guerra Fria. Em vez disso, a China transcenderá as diferenças ideológicas para lutar pela paz, desenvolvimento e cooperação com todos os países do mundo” (Zheng, 2005).

³³ Kissinger cita David Shambaugh para sublinhar este momento único da história: “Poucas, se é que alguma, das outras grandes ou aspirantes a grandes potências se empenham num discurso autorreflectivo como este”.

de conflitos entre a Índia e o Paquistão, não voltou a haver guerras entre as principais potências da região. Porém, “persistem numerosos tipos de conflitos que não só implicam um certo nível de instabilidade regional, como podem vir a representar riscos sérios de escalada nas relações entre as principais potências regionais”, tais como “conflitos étnicos e religiosos, problemas de acesso a recursos naturais, disputas territoriais, movimentos separatistas, redes terroristas e proliferação de armamentos, num quadro de competição estratégica entre as principais potências regionais” (2013: 16).

No Livro Branco sobre a Defesa Nacional da China em 2010, as autoridades chinesas asseguravam que a RPC estava num “novo ponto histórico” e que “face a oportunidades partilhadas e desafios comuns, o país mantinha o seu compromisso com os novos conceitos de segurança de confiança mútua, benefício, equidade e coordenação mútuos”. A tónica era, pois, colocada no “desenvolvimento pacífico, na concretização de uma política externa independente, de paz, e uma política nacional de defesa defensiva na sua natureza” e atestava-se a irreversibilidade de um caminho que leva à globalização económica e a um mundo multipolar (Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC, 2011).

No final dos mandatos de Jiang Zemin e de Hu Jintao, Jean-Pierre Cabestan nota que, não tendo existido diferenças substanciais quanto aos processos de tomada de decisão ao nível da política externa e de segurança, o papel dos militares na liderança do país diminuiu e que, inversamente, o papel de diplomatas, especialistas em política externa e segurança aumentou, assim como foi acentuado o foco nas relações económicas internacionais, energia, propaganda e educação. Ao mesmo tempo, as províncias e as cidades maiores deixaram de depender exclusivamente do Estado central para desenvolverem ligações com o exterior, sendo que globalmente os processos de tomada de decisão ao nível da política externa e de segurança se foram tornando menos secretos (Cabestan, 2009: 64), ainda que, no geral, se tenham mantido opacos.

Com Hu, a política externa e de segurança continuou a ser formalmente decidida por um centro de poder colectivo, nomeadamente o Comité Permanente do Politburo do PCC e o Politburo, que tem em consideração um conjunto de recomendações emitidas por entidades como o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), o Ministério do Comércio ou o Departamento de Ligação Internacional do Comité Central do PCC,

embora na prática a figura do Secretário-Geral – Presidente – Comandante-Chefe³⁴, ao convidar membros da CMC e outros especialistas para participar em reuniões do Comité Permanente do Politburo do PCC e do Politburo, consiga deter espaço de manobra suficiente para orientar o debate interno e preparar de forma cuidadosa as decisões a serem tomadas ao nível da política externa e de segurança conseguindo impor desta forma as suas escolhas (Cabestan, 2009: 66-67).

II.3. A “era” de Xi Jinping e o “Sonho Chinês”

II.3.1. A condução da política externa sob a batuta de Xi Jinping

Com Xi Jinping³⁵, que chegou ao poder em 2012, substituindo Hu Jintao, entrou-se num período de “ascensão pacífica 2.0”, na visão de Jian Zhang. Ou seja, “Pequim continua a aderir à declarada política de ‘desenvolvimento pacífico’ com o objectivo de manter um ambiente externo estável que é crítico para o desenvolvimento da economia da China” sendo que a diferença em relação às décadas anteriores é a maneira como o procura fazer. Também com Xi, “decisores políticos, funcionários dos negócios estrangeiros e académicos tornaram-se mais ‘audíveis’ do que antes quanto à necessidade de a China desempenhar um papel mais importante nos assuntos internacionais” (Jian, 2015: 6).

Este académico descreve a “ascensão pacífica 2.0” como tendo três atributos principais. O primeiro tem que ver com a forte protecção dos interesses nacionais da China, algo que Xi vai referindo nos seus discursos. Na sequência, vários académicos procuraram reinterpretar o conceito de “ascensão/desenvolvimento pacífico” dizendo que este não significa necessariamente a ausência de conflito por completo e que mesmo que ocorram certos choques em relação a determinados assuntos, tal não mudará a natureza pacífica global da ascensão da China (2015: 9).

³⁴ Desde 1989 que o Secretário-Geral do PCC assegura a presidência da CMC e desde 1993 a presidência da RPC, uma fórmula tripartida que procura coordenar da melhor forma os processos de tomada de decisão a nível da política externa e de segurança, permitindo ao líder n.º 1 do Estado ser o Comandante-Chefe do Exército de Libertação do Povo Chinês e, enquanto presidente (na prática, um cargo honorífico, ser recebido no estrangeiro com o protocolo reservado aos chefes de Estado (Cabestan, 2009: 69).

³⁵ Esta é a “Quinta Geração” de líderes, que ascendeu após o 18.º Congresso do PCC.

Por outro lado, com o novo presidente da RPC também se deu uma expansão do que são considerados os interesses nacionais do país, tendo passado do enfoque em segurança (internos e externos) para passar a incluir o desenvolvimento. Desta forma, assuntos como aqueles que possam influenciar seriamente o desenvolvimento económico da China, como o fornecimento de recursos ou a segurança marítima, podem ser considerados “um interesse nacional central, exigindo uma resposta contundente” (2015: 10).

Um problema prende-se com a presença económica exponencial da China no estrangeiro, principalmente após a estratégia *Go Global*: com um investimento tão forte fora das suas fronteiras, o ministro dos Negócios Estrangeiros Wang Yi disse que salvaguardar estes investimentos fazia parte dos interesses nacionais em geral pelo que uma definição tão ampla apenas acrescenta complexidade às relações externas da China (2015: 10).

O segundo atributo prende-se com uma mudança operada por Xi Jinping quanto ao conceito de “desenvolvimento pacífico”, que se tornou condicional e baseado na reciprocidade, isto é, se no início visava acalmar os outros países relativamente ao crescimento da China, agora, segundo Xi, esse desenvolvimento pacífico exige que os outros países se empenhem igualmente na “estrada” desse desenvolvimento, o que de certa forma acaba por redefinir a natureza e propósito desta política. Jian Zhang relembra, por exemplo, um discurso do primeiro-ministro Li Keqiang, no Fórum Boao de 2014, em que este falou na construção de uma “comunidade asiática de responsabilidades partilhadas”, reclamando que todos os países asiáticos precisam de cumprir as suas responsabilidades como forma de manutenção da paz e estabilidade regionais (2015: 11).

O terceiro atributo prende-se com a forma de condução da própria política externa, sendo que com Xi no poder passou a haver uma abordagem mais proactiva e coordenada e um planeamento estratégico de médio-longo prazo. Também se passou a denotar uma concepção de planeamento da política externa baseada em decisões tomadas pelo topo do poder, ou seja, de âmbito nacional. Conforme referiu o Conselheiro de Estado para os Negócios Estrangeiros Yang Jiechi, desde o 18.º Congresso Nacional do PCC, em Novembro de 2012, a liderança chinesa tem procurado assegurar uma “abordagem holística” da gestão das relações diplomáticas. Tais esforços incluíram um processo mais centralizado de planeamento e de implementação de políticas mais eficiente baseado numa maior coordenação entre governo central e governos locais, entre instituições

estatais e não estatais, e entre todos os outros actores envolvidos nas relações externas da China.

A um nível institucional, e tendo em conta a necessidade de tomada de decisões pelo topo do poder, foi criada a Comissão de Segurança Nacional, para melhorar os sistemas e estratégias nacionais de segurança, e liderada pelo próprio Xi Jinping³⁶. Entre as principais funções deste órgão inclui-se a tomada de decisões e a coordenação da segurança a nível nacional, representando um “passo crítico” na tomada de decisões pelo topo. E também uma reforma do sistema chinês de elaboração de políticas externa e de segurança, que durante muito tempo foi marcada pela fragmentação da autoridade e falta de coordenação (2015: 11-12).

Um outro ponto a destacar na nova abordagem de Xi Jinping às relações externas da China, com o objectivo de moldar o ambiente externo em favor do país, prende-se com o conceito de “novo tipo de relação entre grandes poderes”, que foi pensado essencialmente para gerir a ligação com os EUA, e que é definido por: não-conflito e não-confrontação, respeito mútuo por sistemas políticos e interesses principais diferentes e cooperação *win-win*. Esta é uma iniciativa chinesa que visa definir a natureza da relação numa base mais igualitária.

Já o conceito de “comunidade de destino comum”, que começou por ser falado por Hu Jintao para caracterizar a relação entre a China e Taiwan, e que Xi Jinping continuou a usar com bastante frequência em vários discursos, foi desenvolvido com o objectivo de fortalecer os laços com um conjunto de países, especialmente os vizinhos, e que “reflecte as intenções de Pequim de moldar a ordem regional com a China no centro” (2015: 15). Com Xi, este conceito saiu da retórica diplomática para passar para iniciativas concretas. A iniciativa BRI, ou o Banco de Investimento em Infra-estruturas da Ásia (AIIB, na sigla inglesa) são alguns dos exemplos. Alguns observadores chamam mesmo ao ambicioso projecto de comércio, investimento e iniciativas financeiras da China de “novo Plano Marshall”, visando “utilizar sua recém-adquirida força económica para benefício diplomático” (2015: 15).

Apesar do processo de tomada de decisão na China ser muito reservado, sabe-se que a chegada de Xi Jinping aos comandos da RPC trouxe uma mudança na forma de condução da política externa do país, no sentido de uma maior centralização dos diversos e, muitas vezes, corpos concorrentes de tomada de decisão. Com Xi, a China tornou-se

³⁶ Enquanto o primeiro-ministro Li Keqiang e o presidente do CNP Zhang Dejiang são os vice-presidentes, sinal da importância dada a este órgão.

mais proactiva e assertiva nos assuntos internacionais, sendo uma manifestação da nova fase da política externa do país.

Na opinião de Jakobson e Manuel, actualmente, as respostas da RPC a eventos de cariz internacional são moldadas pelo sistema de tomada de decisão (interno) e por considerações políticas domésticas (2016: 101-102). Em primeiro lugar, o poder do PCC é primordial e vem antes de tudo o resto. Isto significa que as elites do partido estão num patamar mais elevado do que as elites do estado, que o partido ultrapassa todos os sectores do estado, incluindo departamentos governamentais, e que é o partido que controla o uso da força através do ELP, que se torna num braço armado do partido (em vez de um exército do estado), e os mecanismos consultivos do estado (2016: 102), ou seja, é o “partido-estado”.

Depois, as decisões podem ser tomadas por dois corpos distintos, embora com pesos diferentes: por um lado, o PCC, e por outro lado, o governo da RPC, possuindo ambos estruturas de decisão separadas ainda que algumas entidades se possam sobrepor em termos de função, autoridade e pessoal. Ao nível do funcionamento do sistema político, podem ser diferenciados claramente três corpos decisórios, um do PCC e dois do estado. O primeiro de todos, e o mais importante, é o Comité Central do PCC, com cerca de 200 membros, e de onde saem as figuras para as posições mais importantes do governo chinês. O segundo órgão coordenador mais importante é o Conselho de Estado³⁷, ao qual está entregue a administração do dia-a-dia do país. O terceiro é o CNP, formado por cerca de 3000 delegados, e que é uma espécie de parlamento que supervisiona (pelo menos na teoria e do ponto de vista formal) o Conselho de Estado. De acordo com a Constituição da RPC, aquele órgão é o mais importante do sistema político chinês³⁸ (2016: 102-103). Normalmente, estes órgãos, com excepção do CNP³⁹, reúnem anualmente, razão pela qual o processo decisório é delegado noutros sub-comités, que se reúnem com mais frequência.

De todos estes, o órgão mais importante de tomada de decisão, incluindo em matéria de política externa, é o Comité Permanente do Politburo do PCC, na prática o comité executivo do Comité Central, constituído por sete membros (eram nove antes de

³⁷ É composto pelo primeiro-ministro, vice-primeiros-ministros, conselheiros de Estado, ministros encarregados dos ministérios e comissões, o auditor-geral e o secretário-geral.

³⁸ Logo no Artigo 2 do Capítulo 1 é afirmado: “O Congresso Nacional do Povo e os congressos locais populares a vários níveis são os órgãos através dos quais o Povo exerce o poder do Estado”.

³⁹ Reúne de cinco em cinco anos.

haver uma redução), “eleitos” entre os 25 membros do Politburo do PCC (que inclui secretários do partido que representam grandes municípios como Pequim e Xangai e também secretários de províncias como Cantão), e que detêm o poder real, dividindo os cargos mais importantes do partido e do governo. É ao Comité Permanente que compete, por exemplo, supervisionar as decisões mais importantes que afectem a China em termos internacionais, nomeadamente com os EUA, Rússia e Coreia do Norte, para além de crises ou incidentes. Por outro lado, é no Politburo, onde são levadas a cabo “sessões de estudo”, que são decididas mudanças de política e decisões de longo prazo (2016: 103). Para além destes órgãos, existe ainda um conjunto de comités de aconselhamento, dos quais os mais importantes são os que estão ligados ao Comité Permanente.

Nos assuntos externos, há três organismos que Jakobson e Manuel destacam, e que ao longo do tempo têm sido reformados: o Departamento Internacional do PCC, “instrumental nas relações da China com a Coreia do Norte, Camboja e Vietname”, e, ao nível do estado, o MNE (mais fraco do que na maioria dos países mas responsável pelas relações com outros governos) e o Gabinete para os Assuntos de Taiwan. Porém, outros organismos podem ser criados, pois “à medida que as actividades a nível internacional da China cresceram, quase todos os ministérios no sistema chinês desenvolveram um interesse nos negócios estrangeiros, de certa forma” (2016: 105). Por exemplo, o conjunto de entidades com interesses nos assuntos marítimos é bastante alargado, existindo pelo menos dez, sob alçada de diferentes ministérios.

Por outro lado, a estrutura militar completamente diferente de outras áreas do estado chinês dá uma grande autonomia ao ELP e “pode influenciar a política externa”. Jakobson e Manuel recordam o teste de um míssil anti-satélite feito em 2007 e que o MNE só uma semana depois é que conseguiu comentar o que quer que fosse. Ainda assim, isto não significa que os militares “se esforcem necessariamente para influenciar o processo de tomada de decisão em política externa” (2016: 104).

É através deste vasto conjunto de entidades que a China gere na actualidade a política externa, sendo que todos esses actores, que podem incluir oficiais seniores do PCC sem posição governamental, oficiais seniores em ministérios, agências e províncias governamentais, oficiais seniores em unidades do ELP e CEO de grandes companhias estatais, “reclamam trabalhar no interesse nacional da China” pelo que surgem naturalmente conflitos de interesse.

As regras criadas por determinado ministério, como o MNE, apenas são cumpridas pelos funcionários desse mesmo ministério pelo que em caso de alguma

discordância apenas um órgão superior, muitas vezes o próprio secretário-geral do PCC, poderá alterar uma determinada decisão. E há ainda a questão da dualidade partido/estado: os cinco membros provinciais pertencentes ao Politburo possuem um nível superior a todos os oficiais seniores chineses que trabalham no governo ligados aos Negócios Estrangeiros. O próprio conselheiro de Estado para a Política Externa, ou seja, o mais alto profissional para a política externa dentro do governo, é ultrapassado no *status* do partido por pelo menos 30 pessoas, estando ao mesmo nível de pelo menos outras 20 pessoas, o que é demonstrativo da falta de *status* da figura deste conselheiro (2016: 106).

De facto, não há linhas orientadoras na Constituição chinesa sobre como as diferentes entidades ligadas à política externa devem interagir ou sobre quais são os objectivos a atingir neste campo, não havendo também quase nenhuma legislação que ligue as acções de quem toma as decisões ligadas à segurança nacional. O processo de tomada de decisão em política externa é descrito como “pouco claro, não institucionalizado e não regulamentado” (Sun, 2011 *apud* Jakobson e Manuel, 2016: 108).

Xi Jinping não só acumulou mais poder formal do que os seus dois antecessores, como parece “ter um interesse pessoal muito forte em matéria de política externa” sendo que “esta personificação da política tem sido rara no sistema chinês” após Deng Xiaoping e que faz de Xi⁴⁰, na prática, “o único coordenador de política externa e de segurança da China” (2016: 108). Já em Março de 2008, Xi havia sido “eleito” vice-presidente e sexto na liderança do PCC, estando envolvido nas actividades de política externa, como sublinha Cabestan (2009: 71).

É claro que assumir um papel central na política externa pode trazer adversidades (ao ter de assumir os sucessos mas também os falhanços), mas Xi parece seguir a pisada dos seus antecessores, na formulação de directrizes com recurso a uma linguagem suficientemente vaga que lhe permita ter suficiente espaço de manobra consoante a situação. À semelhança de Jiang Zemin e de Hu Jintao, Xi Jinping também é secretário-geral-presidente-comandante dos militares mas, ao contrário dos seus antecessores, alcançou estes três cargos de uma forma quase imediata.

James Mulvenon aponta que Jiang parece ter-se inspirado em Deng Xiaoping, que no 13.º Congresso do Partido renunciou a todas as posições excepto à que detinha na CMC, tendo prolongado a presidência deste organismo do PCC durante dois anos, até

⁴⁰ Quando Xi subiu a secretário-geral do PCC passou a liderar os mais influentes comités de aconselhamento à liderança, incluindo os relacionados com Taiwan, os negócios estrangeiros e a segurança nacional.

1989 (já Jiang era secretário-geral do PCC), e a presidência da CMC do estado até Março de 1990. Jiang Zemin, por sua vez, prolongou-se no cargo de presidente da CMC durante dois anos, até 2004, após ter deixado de ser presidente da RPC e secretário-geral do PCC alegando questões de ordem internacional e interna, nomeadamente de defesa. Mas, Xi foi nomeado secretário-geral do PCC e presidente da CMC do PCC na mesma altura, em Novembro de 2012, aquando do 18.º Congresso Nacional do PCC e, em Março de 2013, assumiu a presidência do país e o comando da CMC da RPC.

David Lampton, a propósito da evolução da liderança na RPC, aponta que “apenas no caso de Xi Jinping a elevação de um líder à posição principal foi o produto de um processo político colectivo menos sujeito à influência decisiva do seu predecessor, apesar das normas ligadas à idade e rotatividade se terem desenvolvido anteriormente nas sucessões de Jiang Zemin e de Hu Jintao”. Ainda assim, tal não significa que a China tenha adoptado completamente um sistema legal-racional, mas é verdade que “Xi Jinping alcançou o poder tendo em conta uma base de legitimidade muito diferente dos predecessores” (2014: 62-63).

Elizabeth Economy destaca que Xi assumiu o poder numa altura em que a China estava a viver um sucesso económico (com alguns sinais de tensão e de incerteza a surgirem no horizonte), mas estava politicamente à deriva, com um PCC corroído pela corrupção, sem uma ideologia convincente, a perder credibilidade perante o público e com uma crescente inquietação social. “Xi reagiu a essa sensação de mal-estar agarrando o poder para ele próprio, para o Partido Comunista e para a China. Rejeitou a tradição comunista de liderança coletiva, e, ao invés, estabeleceu-se ele próprio como o líder principal dentro de um sistema político bem centralizado”, nota Economy num texto no qual apropriadamente apelida Xi de “Presidente Imperial” (2014).

Se, por exemplo, já com Xi no poder, cresceu a tensão com países vizinhos quanto a disputas fronteiriças marítimas, o secretário-geral do PCC defendeu uma resposta que não colocasse em perigo a estabilidade mas sem, porém, explorar como deveria ser essa resposta ou sobre o que se deveria fazer para não ameaçar essa estabilidade. Já os discursos de Xi sobre a construção de uma comunidade de “destino comum”, com a retórica à volta do projecto da BRI, são tão pouco específicos que permitem aos diversos actores internos justificar diferentes tipos de acção (Jakobson e Manuel, 2016: 109).

Por outro lado, a subida ao poder de Xi, alcançando quase ao mesmo tempo o cargo de secretário-geral do PCC e líder da CMC, veio acabar, pelo menos para já, com aquilo que David Lampton nomeou de “problema dos dois centros”, e que consiste, em

momentos de transição de poder, desconhecer-se ao certo onde se situa o centro autoritário do partido. Foi isso mesmo que aconteceu quando em 2002 Jiang Zemin reteve por mais tempo a liderança da CMC, enquanto Hu Jintao liderava já o Comité Permanente do Politburo. Assim, quando Hu saiu por completo do poder, sucedendo-se Xi, na transição de 2012-13, esse facto pode ser lido como um passo modesto na direcção de uma maior institucionalização e unificação do controlo dos militares pelos civis/partido, num estado no qual as forças armadas devem obediência acima de tudo ao PCC, e não à constituição, à lei ou ao próprio estado (Lampton, 2014: 173-175).

II.3.2. “Sonho chinês” e “renascimento da China”

Foi em Novembro de 2012, ainda antes de se tornar presidente da China, que Xi Jinping declarou que “alcançar o renascimento⁴¹ é o maior sonho para a nação chinesa na história moderna” (Huang, 2013): tinha nascido a retórica do sonho chinês⁴².

A ideia de renascimento da nação chinesa, contudo, não é nova, pelo que não nasceu da cabeça de Xi Jinping. Zheng Wang explica que o conceito tem sido usado por muitos líderes chineses, desde Sun Yat-sen, Chiang Kai-shek, até mais recentemente Jiang Zemin e Hu Jintao. Apenas Mao Zedong não o usou. Ainda assim, esta ideia de sonho chinês enquanto conceito não foi ainda claramente definida pela liderança (Zheng, 2014).

No Livro Branco sobre a Estratégia Militar da China (Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC, 2015) refere-se que o país “está a passar por mudanças sem precedentes” e “está num estágio crítico de reforma e desenvolvimento”, pelo que o objectivo é alcançar o tão desejado e falado “sonho chinês do grande renascimento nacional”.

⁴¹ O termo “renascimento” é aqui utilizado no mesmo contexto discursivo de “rejuvenescimento”. Alexandre Carriço nota que o termo “rejuvenescimento” foi beber à expressão “renascimento da China” feita na comunicação de Jiang Zemin ao 15.º Congresso do PCC, sendo que ambos os termos têm sido utilizados no mesmo contexto discursivo. Carriço refere que Yan Xuetong tem utilizado o termo rejuvenescimento “como o poder psicológico incorporado no conceito de ascensão da China com vista à recuperação do estatuto de grande potência que deteve até 1820” (2015: 106).

⁴² O jornalista Cary Huang, do South China Morning Post, de Hong Kong, conta que a expressão Sonho Chinês foi também o título de uma peça de teatro de 1987 sobre um casal de chineses que sonhava com o sucesso nos EUA. Por outro lado, é necessário destacar uma obra do coronel Liu Mingfu, chamada “China Dream: The Great Power Thinking and Strategic Positioning of China in the Post-American Age”, de 2010, que especulava como poderia a China substituir a liderança dos EUA após a crise financeira global de 2007/08.

É destacada no documento a natureza benigna deste desejo e enfatiza-se que será a própria RPC a beneficiar de um mundo próspero e estável. Ainda assim, não deixa de ser referido que “constituir uma defesa nacional forte e umas forças armadas poderosas é um objectivo estratégico na direcção da modernização da China e uma garantia de segurança para o desenvolvimento pacífico da China”. Em última análise, o que está em causa é o “alcance do objectivo estratégico nacional dos ‘dois centenários’ e a concretização do sonho de alcançar o grande renascimento da nação chinesa”, entre outros.

Estas referências às forças armadas vão beber às palavras de Xi Jinping que em Dezembro de 2012⁴³ declarou, segundo nota Carriço, que “o sonho da China é o sonho de uma nação forte, e para o ELP é o sonho de ser forte. Para alcançarmos o grande renascimento da nação chinesa deveremos garantir a simbiose entre um país próspero e umas forças armadas fortes” (2013: 29).

A expressão “dois centenários” diz respeito a duas datas: 2021 e 2049. A China deverá tornar-se uma sociedade moderadamente próspera até 2021, centenário da fundação do PCC, através da duplicação do PIB entre 2010 e 2020, e um “país socialista moderno que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso até 2049”. Esta data é duplamente simbólica pois, por um lado, é o ano em que a China Popular celebra 100 anos e, por outro lado, é a data em que termina o período de transição de 50 anos do modelo encontrado para estabelecer a Região Administrativa Especial de Macau, sob a política “Um País, Dois Sistemas”.

Nessa altura, o período de transição para a Região Administrativa Especial de Hong Kong deverá ter terminado há dois anos e, se a questão não ficar resolvida até então, apenas ficará por resolver a situação de Taiwan. Este “é o sonho chinês de alcançar o grande renascimento da nação chinesa”, para a liderança da RPC (Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC, 2015). Para Yang Jiechi, a descrição do sonho chinês de Xi Jinping constitui uma continuação e desenvolvimento do pensamento de desenvolvimento pacífico da China numa nova era (2013).

Na interpretação de Alexandre Carriço, atrás referida, o sonho da China/chinês é um conceito/ambição/desígnio e é o penúltimo patamar do actual “edifício estratégico” da RPC (no topo estará a visão de “mundo harmonioso”). É também uma “evolução na continuidade” não só do pensamento de desenvolvimento pacífico e da visão de mundo

⁴³ Aquando da visita a várias unidades do Exército.

harmonioso, mas primordialmente da “mantra de 28 caracteres” de Deng Xiaoping (2013: 24), o que para Carriço apenas demonstra “o carácter adaptativo da liderança do PCC face aos novos desafios que se lhe colocam na envolvente interna e externa” (2013: 29).

O início desta ideia vai beber à crise financeira de 2008 que afectou sobretudo a Europa Ocidental e os EUA e que coincidiu com uma mudança na auto-percepção do poder chinês. Afinal, a RPC parece ter percebido que estava na altura de se assumir como a grande potência re-emergente. Foi então que uma grande quantidade de capital chinês chegou a vários países europeus, através de empresas estatais que investiram fortemente na compra de empresas da UE, nos mais diversos sectores, incluindo banca, transportes e energia.

Aliada à crise financeira, a RPC percepcionou um desgaste moral e político provocado pelas guerras no Iraque e no Afeganistão, pelo que, nesta sequência, “a China poderá estar agora numa posição mais benéfica para consolidar o seu desenvolvimento pacífico num mundo harmonioso e tendencialmente multipolar”. Foi recentemente que o conceito de sonho da China começou “a ser consolidado e interligado discursivamente com a visão de mundo harmonioso” e pode vir a ser “promovido ao ‘altar das teorias’” (2015:104).

Neste contexto, começou a falar-se de Xi Jinping como “líder principal”⁴⁴, em 2016, pela liderança de topo do PCC. Como explica o The New York Times, o título, que apenas foi usado anteriormente por Mao Zedong, Deng Xiaoping⁴⁵ e Jiang Zemin, é importante, mas não traz grandes poderes, sendo, porém, um sinal de que o líder “não deverá ser traído”. É aventado ainda, de acordo com notícias avançadas por media estatais, que perante grandes desafios internos, nomeadamente económicos, e desafios externos, o país precisa de um líder extraordinariamente forte para dirigir o país.

No 19.º Congresso do PCC, que ocorreu em Outubro de 2017, foi decidido de forma unânime pelos 2287 delegados ao congresso do partido inscrever “o Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas para uma Nova Era” na Constituição do PCC (Cf. Anexo II). Estas ideias, com um enfoque muito grande na área militar, a par do marxismo-leninismo, do pensamento de Mao Zedong, da Teoria de Deng

⁴⁴ “The Core Leader”, em inglês. Numa notícia no The New York Times é referido que foi o próprio Xi que se auto-intitulou de “líder principal”, recebendo o aval da restante liderança, o que aconteceu pela primeira vez.

⁴⁵ O título foi na verdade uma criação de Deng Xiaoping de forma a legitimar a liderança de Jiang Zemin como secretário-geral do PCC.

Xiaoping, da Teoria das Três Representações e da Perspectiva Científica do Desenvolvimento, passam a constituir o guia de acção do PCC.

Mark Leonard descreve a RPC que se está ainda a anunciar como “3.0”⁴⁶, apontando que “desde a crise financeira global de 2008, a China tem vindo a enfrentar uma crise de sucesso uma vez que cada um dos objectivos da era de Deng – riqueza, estabilidade e poder – é visto como fonte de novos problemas” (2012: 10). Na sua visão, esta China “irá ser definida por uma procura de soluções para aquelas três crises”, para além de que hoje em dia “não é apenas o Consenso de Pequim que está quebrado; os modelos do Ocidente estão desacreditados” pelo que “os intelectuais da China 3.0 se encontram em território desconhecido” (2012: 10-11).

⁴⁶ Wang Shaoguang afirma que o socialismo chinês 3.0 começou em 2002, quando o PIB per capita ultrapassou os 4000 dólares em 2004, chegando-se a um estado de “prosperidade moderada” (Leonard, 2012: 63).

Capítulo III. Os Desafios do “Sonho Chinês” Além-Fronteiras

III.1. Taiwan: a última peça do puzzle

A ilha de Taiwan, e o diferendo mantido com a República da China desde 1949, é a questão de política interna, mas também de política externa, mais importante para a RPC. Basta ver a reacção imediata da RPC à chamada que Donald Trump aceitou receber de Tsai Ing-wen, em 2 de Dezembro de 2016, naquele que foi o primeiro contacto directo entre os líderes máximos dos EUA e da ilha desde 1979, quando os norte-americanos cortaram laços diplomáticos oficiais com o governo de Taipé. O porta-voz do MNE da RPC, Geng Shuang, sublinhou que “a política de uma só China é a fundação política das relações EUA-China”, aconselhando Trump “a tratar apropriadamente a questão de Taiwan de forma a evitar uma desnecessária disrupção no mais vasto relacionamento” entre os dois países (Tiezzi, 2016). Tenha sido ou não uma acção deliberada da nova Administração americana para pressionar a China⁴⁷, a verdade é que qualquer alteração ao *status quo* actual tem repercussões imediatas. Susan Shirk, citando oficiais militares reformados, aponta, sem dúvidas, que “Taiwan é uma questão de sobrevivência do regime” de Pequim e que “nenhum regime poderá sobreviver à perda de Taiwan” (2007: 182).

Com a passagem da Lei das Relações com Taiwan, em 1979, pelo Congresso norte-americano, os EUA não são legalmente obrigados a ir em socorro da ilha no caso de uma ofensiva da RPC, mas, como explica Susan Shirk, aquela lei “exige que o presidente [dos EUA] veja qualquer uso da força por parte da China contra Taiwan como uma ‘ameaça à paz e segurança’ da região e consulte o Congresso sobre como reagir”. Assim, na prática, “Taiwan está muito perto de ser um aliado formal dos Estados Unidos” (2007: 3).

Já houve três períodos de grande tensão no Estreito de Taiwan, com o envolvimento dos EUA: 1954-1955; 1958 e 1995-1996. Do ponto de vista de Taiwan, os EUA são a garantia de que qualquer tentativa da RPC de invasão será rebatida. Os EUA são ainda fornecedores do armamento necessário às forças armadas taiwanesas para a sua

⁴⁷ Algumas fontes contaram ao The Washington Post que a acção tinha sido planeada cuidadosamente durante meses de forma a sinalizar uma nova e mais robusta abordagem à relação com a China (The Washington Post, 2016).

defesa⁴⁸. Shirk aponta que os norte-americanos sentem uma natural afinidade com Taiwan devido ao sistema democrático e à economia de mercado, à qual não será alheia o facto de Taiwan ter do seu lado, nos EUA, os lobistas mais bem financiados. “Aos nossos olhos, Taiwan é um corajoso pequeno David que enfrenta o Golias da China comunista” (2007: 184). Ainda assim, e se bem que Taiwan se comporta como se fosse de facto um Estado independente, como na prática é, são muitas as vezes em que os norte-americanos acabam por suavizar os impulsos dos líderes da ilha, servindo de travão⁴⁹, em nome das boas relações EUA-RPC, e da estabilidade do próprio sistema internacional.

No lado oposto, se por um lado os EUA são o maior opositor da RPC num conflito por causa de Taiwan, há a noção do lado de Pequim de que sem os mesmos EUA não se chegará à solução ideal para resolver o problema: serem os norte-americanos a concordar com a reunificação ou, pelo menos, a impedir a ilha de seguir o rumo da independência legal assim mantendo a situação actual (Shirk, 2007: 184). Apesar de a China ter ao longo do Estreito uma série de mísseis apontados a Taiwan, e de continuar a apostar na modernização das suas forças armadas – um relatório do Departamento da Defesa dos EUA de 2015 sublinhava que “preparar-se para um potencial conflito no Estreito de Taiwan continua a ser o foco e o principal motor do investimento militar da China” (Office of The Secretary of Defense, 2015) –, e apesar da Lei Anti-Secessão em 2005⁵⁰, a RPC parece antes apostada em trazer Taiwan para a sua órbita num âmbito económico e social. De facto, o relacionamento entre as duas partes começou logo após o início das reformas de Deng Xiaoping. E, em 2014, o comércio bilateral alcançou os 198.310 milhões de USD (mais 8000 milhões do que em 1991), fazendo da China o maior parceiro comercial de Taiwan (o Continente chinês, Macau e Hong Kong absorvem cerca de 30% do comércio total da ilha). Por seu lado, Taiwan posicionou-se em sétimo lugar entre os dez maiores parceiros comerciais da China em 2015. Quando a China entrou em 2001 na OMC, cerca de um mês depois entrou Taiwan, sob a designação de Taipé chinês, sendo que a ilha está presente em mais de 40 organizações internacionais com o estatuto de membro, observador, ou outro (como no Banco Asiático de Desenvolvimento, Fórum de Cooperação Ásia-Pacífico, Comités da OCDE, Organização da Aviação Civil

⁴⁸ Entre 1979 e 2014, os EUA foram os fornecedores de mais de três quartos das armas importadas por Taiwan (Albert, 2016).

⁴⁹ Não foram poucas as vezes que a Administração norte-americana criticou o governo de Taipé por tomar atitudes provocativas para com a RPC em relação à independência da ilha.

⁵⁰ Que refere que no caso de algum episódio secessionista na ilha, Pequim usará meios não pacíficos para proteger a sua soberania nacional.

Internacional, entre outros), tendo a RPC admitido em Novembro de 2015 que Taiwan seria bem-vinda na sua iniciativa do AIIB, desde que, claro, “sob o nome apropriado” (Albert, 2016). Na perspectiva de Shirk, este envolvimento dá a esperança de que algum dia se seguirá a integração política (2007: 197).

A questão de Taiwan, para a China, não é, contudo, essencialmente sobre território, até porque esta ilha durante muitos períodos da História não esteve sob administração chinesa⁵¹. Mesmo Mao Zedong não via inicialmente a ilha como um dos territórios pertencentes à China, logo a ter que ser recuperado, tendo por isso admitido na década de 40 do século passado que após a derrota dos japoneses a ilha poderia tornar-se independente⁵². Assim, conclui Shirk, a questão de Taiwan é sobretudo sobre “honra nacional” (2007: 186), sendo a ilha um interesse vital para a RPC. Na verdade, o interesse é mais da classe dirigente do país, que ao longo dos anos têm acicatado a população e os media relativamente a esta questão. Por exemplo, na última crise não foi apenas o ELP que pressionou uma reacção militar, foram também os próprios ideólogos do PCC (civis), que pretendiam usar o nacionalismo como fonte de legitimidade do partido, e outros oficiais, que esperavam que a crise viesse justificar um maior controlo sobre o governo das províncias (Shirk, 2007: 189).

Teme-se que a perda de Taiwan possa ter consequências internas consideradas trágicas para a legitimidade da liderança, podendo ser mais difícil controlar as regiões do Tibete e de Xinjiang, sem contar com outros eventuais tumultos noutras regiões, como forma de contestação ao poder central de Pequim. Um outro exemplo de como os líderes chineses têm relutância em abandonar ou mudar a sua posição em relação a Taiwan é precisamente por temerem ser criticados a nível interno e serem vistos como fracos, “porque todos os oficiais sabem que é mais seguro defenderem as máximas estabelecidas pelos pais fundadores do que propor uma ideia nova” (Shirk, 2007: 198).

Daí que a política “Um País, Dois Sistemas” se mantenha praticamente inalterada desde que foi avançada por Deng Xiaoping. Para Shirk faria sentido uma política como “Um País, Três Sistemas”, pois os taiwaneses nunca apoiarão a reunificação a menos que lhes seja feita uma oferta que lhes permita estar melhor do que estão actualmente (2007:

⁵¹ Shirk relembra que, mais recentemente, foi durante a dinastia Qing no século XVII os territórios de Taiwan, Xinjiang, Tibete, Mongólia e Manchúria passaram a ser controlados pelo Império do Meio, tendo a ilha sido perdida após a derrota da China na guerra Sino-Japonesa de 1894-95 (2007: 185) e foi uma colónia nipónica até 1945.

⁵² É Susan Shirk que relata este aspecto histórico, referindo um relato de Mao ao jornalista Edgar Snow (2007: 185).

198). Aliás, ao longo do tempo, tem-se visto que, e ao contrário do que acontece em Macau, considerado um “bom aluno”, em Hong Kong têm existido vários atritos entre o que certa parte da população pretende e o que Pequim impõe⁵³, nomeadamente quanto ao sistema eleitoral. Susan Shirk resume, neste campo, a atitude chinesa: “Em qualquer outra questão de política externa, o pragmatismo chinês prevaleceria. Mas a fórmula de Deng Xiaoping é sacrossanta” (2007: 198). Mais ainda, ao contrário de Hong Kong e Macau, que são considerados parcialmente livres, Taiwan é uma democracia liberal plena⁵⁴.

Mesmo não sendo uma questão territorial, tal não significa que Taiwan não tenha uma dimensão geoestratégica importante, tanto para a RPC como para os EUA. Como realça Tiago Vasconcelos, a ilha fecha o “‘geobloqueamento’ da China desde o norte do Japão até às Filipinas e à Indonésia”, sendo ainda um importante “nó das linhas de comunicação marítimas no Pacífico Ocidental e como plataforma a partir da qual se podem afectar adversamente as linhas vitais de abastecimento do Japão e uma grande parte do Oceano Pacífico”. É ainda pelo Estreito que passam os petroleiros que são essenciais para o abastecimento da RPC, sendo um ponto de passagem obrigatório para o transporte de matérias-primas e mercadorias. Desta forma, o controlo da ilha pela RPC permitiria à Marinha chinesa “deslocar o seu perímetro defensivo e aumentar a capacidade de Pequim de influenciar as linhas marítimas de comunicação regionais e globais”. Já para os EUA, a ilha pode ser uma importante plataforma para “projectarem o seu poder militar para o interior do continente asiático” e assim “conterem qualquer poder militar que se queira expandir para o Pacífico a partir de plataformas continentais” (2009: 251).

Na perspectiva realista ofensiva de John Mearsheimer, é esperado que a China venha a actuar como actuaram os EUA ao longo da sua história, impondo a sua própria Doutrina Monroe (2010: 389). “A China vai procurar ter a certeza de que é tão poderosa

⁵³ Mais recentemente, entre Setembro e Dezembro de 2014, uma série de protestos (que ficaram conhecidos como Movimento Guarda-Chuva) levados a cabo por milhares de pessoas em Hong Kong desafiaram as autoridades do território, e de Pequim, exigindo que as eleições de 2017 para Chefe do Executivo fossem por sufrágio universal, algo que tinha sido prometido quando a China retomou o território. Já a partir de Março de 2019, e ao longo deste ano, assistiu-se violentos confrontos entre a polícia de Hong Kong e manifestantes devido à intenção do governo do território de avançar com uma lei de extradição que permitiria extraditar cidadãos para o Continente chinês. É natural que os líderes de Taiwan fiquem cépticos quanto à real influência da RPC nos territórios de Macau e de Hong Kong e duvidem da benevolência da política “Um País, Dois Sistemas”.

⁵⁴ O relatório de 2018 da Freedom House atesta isso mesmo: Taiwan obteve uma pontuação agregada (que conjuga elementos como a classificação da liberdade, direitos políticos e liberdades civis) de 93/100 e Hong Kong de apenas 59/100 (em que 0 significa menos livre e 100 totalmente livre).

que nenhum Estado na Ásia tem os meios para a ameaçar”, sendo que a única maneira de conseguir recuperar Taiwan é conquistando a hegemonia regional (2010: 389).

III.2. O Mar da China Meridional e as reivindicações da história

Desde pelo menos 1947⁵⁵ que as autoridades de Pequim reivindicam a soberania sobre uma larga parte de território marítimo que corresponde à maior fatia do denominado Mar da China Meridional⁵⁶, muito rico em recursos naturais e por onde passam actualmente muitas das rotas marítimas de comunicação e comerciais, responsáveis por 32% do comércio líquido de petróleo e 27% do comércio líquido de gás (Roy, 2015).

Foi, em Maio de 2009, que o Governo chinês entregou duas Notas Verbais ao secretário-geral das Nações Unidas que contestavam a apresentação conjunta do Vietname e Malásia e a apresentação individual feita pelo Vietname, à Comissão de Limites da Plataforma Continental da ONU, de informações referentes aos limites da plataforma continental para além das 200 milhas náuticas⁵⁷. Nestas Notas, a China não só se opunha com veemência às informações prestadas pelos Estados vizinhos como declarava que tinha a “soberania indisputável sobre as ilhas do Mar do Sul da China e águas adjacentes (...)” (Missão Permanente da China, 2009). Ao mesmo tempo, apresentou um mapa que delimitava uma grande área do Mar da China Meridional através de nove traços. Em 2011, Pequim apresentou outra Nota Verbal que não só reiterava as duas anteriores como acrescentava que “a soberania da China e direitos e jurisdição relacionados no Mar do Sul da China são fundamentados em abundantes provas históricas e legais” (Missão Permanente da China, 2011).

A área reivindicada – que inclui 13 quilómetros quadrados de terra, divididos pelas ilhas Paracel (Xisha Qundao para a China); ilhas Spratly (Nansha Qundao), o recife de Scarborough (Huangyan Dao) e ainda as Ilhas Pratas, actualmente sob administração de

⁵⁵ Um dos primeiros mapas a representar a área marítima reclamada, chamado de mapa dos “11 traços”, por estabelecer os limites territoriais da área precisamente com aquele número de traços, foi elaborado ainda durante o governo dos Nacionalistas (Kuomintang) na China. Mas esse mapa teve origem num outro de 1935, intitulado “Mapa do Mar do Sul da China e Ilhas”.

⁵⁶ Segundo a Organização Hidrográfica Internacional (IHO, na sigla em inglês), este Mar inclui o Estreito de Taiwan, o Golfo de Tonkin e o que às vezes é referido como o Mar de Natuna (IHO, 1953) e tem aproximadamente dois milhões de quilómetros quadrados de espaço marítimo, equivalente a cerca de 22% do espaço terrestre que a China ocupa (Baumert e Melchior, 2014).

⁵⁷ Apresentadas de acordo com o n.º 8, do Artigo 76.º 2 da Convenção da ONU sobre o Direito do Mar.

Taiwan, mas que são também reclamadas pela RPC – choca, porém, com as reivindicações territoriais de outros países na região do sudeste asiático, como Taiwan, Filipinas, Malásia, Brunei, Vietname e Indonésia⁵⁸. Pequim tem estado a construir ilhas artificiais no Mar da China Meridional, em zonas de atóis, recifes e bancos de areia, tornando a sua presença militar na zona cada vez mais efectiva. Existem vários relatos nos meios de comunicação social de entraves colocados pelos militares chineses à livre circulação, na zona, de embarcações e aeronaves, através de ameaças a quem se aventura a passar sem a sua autorização.

A 2 de Janeiro de 2016, a China abriu um aeroporto em Yongshu Jiao⁵⁹, o que motivou protestos da parte do Reino Unido: o responsável pelos Negócios Estrangeiros britânico, Philip Hammond avisou, durante uma visita às Filipinas, que qualquer tentativa de limitar a circulação aérea e marítima no Mar da China Meridional seria vista como “sinal de alerta” (Expresso, 2016). O receio é que Pequim possa tentar impor um qualquer controlo militar na zona, e que esta tentativa de expansão territorial torne toda a zona num imenso “lago chinês” (Roy, 2015: 183).

A RPC continua a responder que não tem qualquer intenção de militarizar as ilhas ocupadas, usando-as apenas para fins civis. No entanto, o que tem sido relatado por vários meios de comunicação social difere muito dessa versão. A Reuters, por exemplo, noticiou em 2016, citando um *think tank*⁶⁰ norte-americano, que a China instalou armas, incluindo sistemas antiaéreos e antimísseis, em todas as sete ilhas artificiais que construiu no Mar da China Meridional, evidências aparentemente encontradas em fotos tiradas a partir de satélite⁶¹. O porta-voz do MNE, referindo-se às ilhas em questão (as Spratly, ou Nansha, para os chineses) como território chinês, disse apenas que se tratava de construção de instalações normais e de implantação das necessárias instalações de defesa territorial (Reuters, 2016).

⁵⁸ As ilhas Paracel são também disputadas pelo Vietname e Taiwan; o Recife de Scarborough é disputado pelas Filipinas e Taiwan; e as Spratly são reclamadas pelo Vietname, Filipinas, Malásia, Brunei e Taiwan.

⁵⁹ Recife situado nas ilhas Spratly, um arquipélago desabitado e cuja soberania é disputada também pelo Vietname, Filipinas, Malásia, Brunei e Taiwan.

⁶⁰ The Asia Maritime Transparency Initiative (AMTI) at the Center for Strategic and International Studies.

⁶¹ O Balanço Militar de 2016 (de Fevereiro desse ano), da autoria do *think tank* britânico Instituto Internacional para os Estudos Estratégicos, já dava nota de que no Recife Cross Reef, nas Ilhas Spratly, a China tinha construído uma pista de três quilómetros capaz de suportar operações militares, assim como também no Recife Johnson South uma outra pista tinha sido construída havendo suspeitas de que no Recife de Subi, ambos nas Spratly, estava a ser construída igualmente uma pista. Daí o relatório falar de uma escalada de tensão significativa na região em 2015. Mais informação em: <http://www.iiss.org/en/publications/military%20balance/issues/the-military-balance-2016-d6c9/mb2016-06-asia-1-e4f8> [3 de Janeiro de 2017].

Os diferendos provocados pelas disputas territoriais no Mar da China Meridional levaram a as Filipinas a submeter ao Tribunal Permanente de Arbitragem, em Haia, um processo contra a RPC no qual estavam em causa os fundamentos jurídicos dos direitos marítimos no Mar da China Meridional, assim como o estatuto de certas características geográficas e a legalidade de certas acções tomadas pela China. A questão foi dirimida tendo em conta a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar⁶² e a 12 de Julho de 2016 foi dada razão às Filipinas. O tribunal declarou que as reclamações da China a quaisquer “direitos históricos”, ou a outros direitos de soberania ou de jurisdição, referentes às áreas do Mar da China Meridional abrangidas pela “linha dos nove traços” são contrários à convenção e sem qualquer efeito legal na medida em que excedem os limites geográficos e substantivos dos direitos marítimos da China à luz da Convenção. O Tribunal declarou ainda que a Convenção não reconhece quaisquer direitos históricos que possam ser reclamados (Tribunal Permanente de Arbitragem, 2016: 473). A China, porém, nunca aceitou esta arbitragem, nunca tendo participado em qualquer acto a ela referente. Ainda assim, Pequim vinco sempre uma posição, quer através de comunicados oficiais⁶³, quer através de declarações aos media, assegurando que àquele Tribunal faltava jurisdição para tratar a questão do Mar da China Meridional, algo refutado pelo próprio Tribunal.

As razões para a China querer dominar os mares nas suas imediações são estratégicas, e de vária ordem, principalmente militar e económica. Toda a zona possui uma vasta riqueza natural e é um ponto por onde passam as principais rotas comerciais. Ao nível militar, e tendo em conta a geografia, a China é um país “geobloqueado”, pelo que “provavelmente, para a China partir decisivamente para uma política de projecção de poder à escala global, dificilmente o poderia fazer sem o estabelecimento de uma zona de segurança que abrangesse, pelo menos, a chamada ‘primeira cadeia de ilhas’” (Vasconcelos, 2009: 323).

Assim, se parece certo que “os actuais programas de modernização militar convencional da China são concebidos fundamentalmente para servir necessidades prementes, a curto e médio prazo”, não se vislumbrando que eventuais objectivos futuros do país a ascender a uma posição de grande potência não influenciem na actualidade a

⁶² Tanto as Filipinas como a RPC são Estados que ratificaram a Convenção: o primeiro a 8 de Maio de 1984 e o segundo a 7 de Junho de 1996.

⁶³ Em Dezembro de 2014, a China emitiu um Documento de Posição sobre esta matéria.

compras de armamento (Vasconcelos, 2009: 182), não deixa de haver a consciência de que, por exemplo ao nível da Marinha, a área de operações “se estenda progressivamente até às ‘cadeias de ilhas’ que circundam a China” (Vasconcelos, 2009:188). Os estrategos navais chineses têm a consciência de que “o acesso às *blue waters* [do Pacífico] é estrategicamente bloqueável pelo cordão insular que se estende do Japão à Indonésia”.

Por outro lado, “a China não dispõe, e previsivelmente terá dificuldade em dispor, de bases no estrangeiro na Ásia Oriental banhada pelo Pacífico, onde não tem nenhum aliado” pelo que “esta mudança no foco da estratégia naval, das *brown waters* para as *blue waters*, tem levado a uma redução das forças costeiras e a um esforço de construção e modernização naval sem precedentes” (Vasconcelos, 2009:188). Só controlando os mares nas suas imediações a China poderá tentar, primeiro, alcançar a hegemonia regional e, depois, tentar ombrear com a superpotência EUA.

III.3. O “rebalanceamento” dos EUA para a Ásia-Pacífico e a estratégia de Trump para o Indo-Pacífico

Menos de um mês depois de o presidente norte-americano Barack Obama ter tomado posse, em Janeiro de 2009, a Secretária de Estado Hillary Clinton foi em visita à Ásia: começou pelo Japão, passou pela Indonésia e pela República da Coreia e acabou na China. Os EUA vinham de quase uma década de combate ao terrorismo, que levou à intervenção no Afeganistão e à invasão do Iraque. Em 2010, com a publicação da National Security Strategy, ficou desde logo patente que a Ásia, no geral, e a China, em particular, assumiriam uma importância estratégica para os EUA. Sobre a China foi desde logo referido que ia “continuar a prosseguir com uma relação positiva, construtiva e compreensiva” (The White House, 2010: 43). Porém, era admitido que os EUA iam “monitorizar o programa de modernização da China e prepararem-se adequadamente para assegurar que os interesses dos EUA e aliados, regional e globalmente, não seriam negativamente afectados” (The White House, 2010: 43).

Mais assertiva foi Hillary Clinton em 2011, quando publicou o artigo “America’s Pacific Century”, na revista Foreign Policy, e que marcou claramente uma viragem na política externa norte-americana, em contraste com o que tinha sido a marca do presidente anterior. Hillary sublinhou que os EUA são tanto um poder do Atlântico como do Pacífico, enumerando seis linhas-chave de actuação: reforço das alianças bilaterais de segurança;

aprofundamento das relações de trabalho com as potências emergentes, incluindo a China; envolvimento com instituições regionais multilaterais; expansão do comércio e do investimento; promoção de uma presença militar de base ampla; e progressão da democracia e dos direitos humanos (Clinton, 2011).

Sem rodeios, atestou-se que a China passava a ser o centro das atenções: “representa uma das relações bilaterais mais desafiantes e consequentes que os EUA já tiveram de gerir”, existindo a certeza de que ambos os países têm muito mais a ganhar com a cooperação do que com o conflito (Clinton, 2011). Era o anúncio do “século americano do Pacífico”, o título do artigo de Clinton. A região da Ásia-Pacífico sempre foi uma área prioritária para os EUA, em termos da sua própria segurança, no quadro da Grande Estratégia de *Off Shore Balancing*. A grande questão é, sem dúvida a “ascensão” da China, como polo económico e militar, o que, aliado a outros factores, nomeadamente internos, levou os EUA a adoptarem uma estratégia de reequilíbrio⁶⁴ das suas forças militares pelo mundo. Retraindo de algumas zonas, como da Europa⁶⁵, ou do Médio Oriente (cada vez mais entendido como a zona do Golfo, em vez do Grande Médio Oriente como pensado pela Administração de George W. Bush), os meios militares foram redistribuídos, tendo em conta os interesses estratégicos dos EUA. Como a Ásia-Pacífico é actualmente uma zona estratégica e fundamental para os EUA, foi com naturalidade que parte das forças redistribuídas tenham sido para aí alocadas, como forma de influenciar a balança de poder na região.

Para os EUA, “o reequilíbrio reflecte a necessidade de a Administração se aproximar da região da Ásia-Pacífico, com uma abordagem bem coordenada” (Comissão de Relações Externas do Senado dos EUA, 2014: 21). Ainda assim, entende-se que o reequilíbrio não deve ser visto como uma reacção à mudança do papel da China na região, embora a “ascensão” desta e as incertezas ligadas à sua trajectória futura sejam importantes elementos contextuais para entender a estratégia (Comissão de Relações Externas do Senado dos EUA, 2014: 21). Foi neste sentido que se aconselharam “os decisores políticos a estar conscientes que a exclusão da China das conversações em torno do reequilíbrio irá comprometer objetivos da política e do estado do relacionamento bilateral” (Comissão de Relações Externas do Senado dos EUA, 2014: 21).

⁶⁴ *Rebalancing*, no conceito original em inglês.

⁶⁵ A Base das Lajes na Ilha Terceira, Açores, foi afectada por uma redução do efectivo militar dos EUA havendo algumas desconfianças de que a China tem um interesse em ter uma presença no lugar, ainda que nunca isto tenha sido confirmado oficial ou oficiosamente por responsáveis chineses.

O reconhecimento da China como desafiadora dos EUA, o que justificou a tomada de atitude norte-americana, ficou patente nas palavras de Carlos Gaspar, quando lembrou que “no domínio militar, a presença naval norte-americana é maior no Pacífico do que no Atlântico desde 2006, no domínio multilateral, o G20 substitui o G7 como centro de resposta à crise financeira global em 2008, e no domínio diplomático, o presidente Obama, depois da sua inauguração, recebe o primeiro-ministro Taro Aso antes de Gordon Brown” (2016: 379).

Eleito em 2016, a primeira grande medida tomada por Donald Trump foi a retirada da Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês), logo a 23 de Janeiro de 2017, um acordo de comércio livre entre 12 países⁶⁶ com um foco na Ásia e que havia sido gizado pela Administração Obama. Entre 3 e 14 de Novembro de 2017, Trump viajou para o Japão, Coreia do Sul, China, Vietname e Filipinas, na mais longa viagem ao estrangeiro até ao momento. Foi nesta altura que introduziu a sua visão para a zona do Indo-Pacífico, que foi desenvolvida um pouco mais na Estratégia de Segurança Nacional apresentada logo a seguir, em Dezembro desse ano. Durante a viagem à Ásia, membros da comitiva de Trump mantiveram nas Filipinas, entre os encontros da Associação de Nações do Sudeste Asiático, conversações com homólogos do Japão, Austrália e Índia, tendo como principal preocupação a “ascensão” da China. De facto, no que à política externa diz respeito, a região do Indo-Pacífico, compreendida entre a costa leste de África e a costa oeste dos EUA, parece ganhar uma importância redobrada com Trump. Na Estratégia de Segurança Nacional, publicada em 2017, aquela região do mundo é a primeira a ser identificada no capítulo referente à estratégia dos EUA num contexto regional, à frente da Europa e do Médio Oriente. Por outro lado, é também a primeira vez que, desde pelo menos a primeira Estratégia de Segurança Nacional de George W. Bush, de 2002, que é usado neste tipo de documento a expressão Indo-Pacífico. “Vamos expandir a nossa cooperação ao nível da defesa e segurança com a Índia, um dos principais parceiros de defesa dos Estados Unidos, e apoiar as crescentes relações da Índia em toda a região”, é referido (2017: 47). Ainda assim, Hillary Clinton utilizou uma vez a expressão no seu texto “America's Pacific Century”, sendo que a Índia é mencionada várias vezes.

Embora o enfoque do tempo de Obama tenha mudado para a região da Ásia-Pacífico, compreendida entre o subcontinente indiano e a costa ocidental dos EUA, tal como descrito no artigo de Hillary, à primeira vista, o papel da Índia parece ganhar uma

⁶⁶ Os 12 países integrantes do TPP eram: Singapura, Brunei, Nova Zelândia, Chile, EUA, Austrália, Peru, Vietname, Malásia, México, Canadá e Japão. O TPP continua a existir mas sem os EUA.

importância renovada para os EUA de Trump, no contexto de contrabalançar o poder da China na região. A relação entre os dois países já tinha dado um salto qualitativo, em Julho de 2005, quando George W. Bush e o primeiro-ministro Manmohan Singh estabeleceram uma parceria global, resultado da iniciativa diplomática de Janeiro de 2004 chamada “Next Steps in Strategic Partnership”⁶⁷. Desta iniciativa destacou-se sobretudo a abertura dos EUA para cooperarem com a Índia, um Estado não signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, na energia nuclear civil, o que acabou aprovado pelo Congresso norte-americano em Outubro de 2008. O acordo levantou uma moratória de três décadas nos EUA sobre o comércio nuclear com a Índia.

Numa análise à Estratégia de Segurança Nacional de Trump, Niharika Tagotra também tem a mesma leitura, afirmando: “pela primeira vez, em termos muito claros, os Estados Unidos identificaram a Índia como seu principal aliado estratégico e de defesa em três das regiões mais importantes do mundo: Ásia Central, Sul da Ásia e Indo-Pacífico”. Considera, desta forma, que este é um passo em frente na institucionalização de uma relação quadrilateral enquanto mecanismo de cooperação entre Índia, EUA, Japão e Austrália (2017). Na Estratégia de Segurança Nacional 2017 é claramente dito que “mudanças na balança de poder regional podem ter consequências globais e ameaçar os interesses dos EUA” e que “a China e a Rússia aspiram a projectar poder em todo mundo”. Logo a seguir, como consequência directa, é defendido que “os Estados Unidos devem dirigir a vontade e as capacidades para competir e impedir mudanças desfavoráveis no Indo-Pacífico, na Europa e no Médio Oriente. A manutenção de equilíbrios de poder favoráveis exigirá um forte compromisso e estreita cooperação com aliados e parceiros, porque estes ampliam o poder e aumentam a influência dos EUA” (2017: 45).

No documento, a China é directamente visada e criticada em tons menos amigáveis, ao contrário do que se poderia pensar na sequência do que resultou do encontro entre Trump e Xi Jinping uns meses antes, em Abril, naquele que foi o primeiro encontro entre os dois líderes (neste caso, nos EUA). “Embora os Estados Unidos procurem continuar a cooperar com a China, a China está a usar incentivos económicos e sanções, operações de influência e ameaças militares implícitas para persuadir outros estados a seguir a sua agenda política e de segurança. Os investimentos em infra-estruturas e as estratégias comerciais da China reforçam suas aspirações geopolíticas”, reprova-se.

⁶⁷ Iniciativa projetada para aumentar a cooperação em atividades nucleares civis, programas espaciais civis, comércio de alta tecnologia e defesa antimísseis.

Abordando ainda a “ameaça ao fluxo livre de comércio” e a “ameaça à soberania de outras nações”, tendo como pano de fundo o Mar da China Meridional, o documento aponta que “a China montou uma rápida campanha de modernização militar projetada para limitar o acesso dos EUA à região e fornecer à China uma mão mais livre” (2017: 46).

Aborda-se ainda Taiwan – quando na última Estratégia de Segurança Nacional de Obama nem sequer era mencionado – para se sublinhar que os “fortes laços” entre a ilha e os EUA se vão manter, ainda que de acordo com a política de “Uma China” e incluindo os compromissos assumidos aquando da Lei das Relações com Taiwan. “O documento de Estratégia de Segurança Nacional definiu claramente o tom da abordagem da Administração [Trump] em relação à China”, considera Yuki Tatsumi (2017), preconizando que os EUA de Trump “não se esquivarão de serem duros num amplo conjunto de questões que incluem a Coreia do Norte, disputas marítimas na região e comércio bilateral”. Patrick M. Cronin classificou o *tour* asiático como “estratégia pós-pivot da América” e fala num “sonho do Indo-Pacífico” de Trump como sendo o oposto ao sonho chinês de Xi Jinping e à BRI. Mas esse sonho apenas seria concretizável através de uma zona Indo-Pacífica livre e aberta, não dominada pelos EUA, mas antes através de um conjunto de parcerias com estados fortes e independentes, capazes de jogar segundo as regras (2017).

Parece um contra-senso este tipo de ideias, tendo os EUA saído da TPP, precisamente o tipo de projecto que poderia (a par do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, ou TTIP na sigla em inglês), de alguma forma, competir com a BRI. O próprio Trump, aquando da digressão pela Ásia, criticou a 10 de Novembro de 2017 no Fórum para a Cooperação Económica Ásia-Pacífico a iniciativa chinesa: “Nunca nos esqueçamos de que o mundo tem muitos lugares. Muitos sonhos e muitas estradas”. Cronin refere que se antes as administrações republicanas costumavam pregar o multilateralismo no comércio e o bilateralismo na segurança, com a Administração Trump a maior divergência em relação ao passado prende-se com o afastamento do apoio bipartidário de décadas em relação a acordos de comércio multilaterais em favor de parcerias bilaterais. Ainda assim, considera não existir um corte profundo com a política seguida no passado, acentuando, porém, três pontos divergentes em relação a: “aliados e parceiros; comércio e crescimento económico; e centro estratégico de gravidade da política”.

Quanto ao primeiro ponto, esclarece Cronin que “a administração Trump vê claramente as alianças como meios para alcançar fins comuns”, enquanto que com Obama

alguns membros da sua Administração tendiam a tratar as alianças como fins em si mesmos. No contexto do espaço Indo-Pacífico que se pretende “livre e aberto” tal significará que não será “livre e aberto” a menos que os aliados e parceiros partilhem responsabilidades, a começar pela sua própria defesa. Isto não será sequer – sublinha Cronin – um problema para a Coreia do Sul e Japão que ambicionam assumir mais responsabilidades na sua própria defesa (o que não agrada à China).

A cimeira de Singapura de 12 de Junho de 2018, entre Trump e o líder da Coreia do Norte Kim Jong Un não veio, aparentemente, alterar esta linha, até porque o que resultou do encontro foi um curto comunicado com quatro pontos, nos quais se fala no estabelecimento de novas relações entre os dois países, na construção de uma paz duradoura e estável na península coreana, no comprometimento da Coreia do Norte em empenhar-se na completa desnuclearização da península coreana e na recuperação dos restos mortais de prisioneiros de guerra. Ainda assim, e numa análise de Carlos Gaspar para o Público, “o Japão teme que os acordos entre Washington e Pyongyang se limitem a travar o desenvolvimento das capacidades militares norte-coreanas, sem inverter o seu estatuto como potência nuclear” e a “Coreia do Sul não sabe o que fazer se perder a garantia nuclear norte-americana, nem está preparada para suportar os custos económicos da “normalização” da Coreia do Norte”. Por outro lado, a “China, pela primeira vez, sentiu-se marginalizada”.

Ainda quanto ao primeiro ponto anteriormente abordado, Cronin acredita que Trump está a tentar reforçar laços com alguns parceiros, tentando elevar as relações com a Índia a um outro nível, e gerindo da melhor forma possível as por vezes difíceis relações com as Filipinas e Tailândia, enquanto espera alargar as relações com o Vietname, Indonésia e Malásia, mantendo-se vitais as relações com Singapura e Austrália.

Em relação ao segundo ponto, a preferência vai para os acordos de comércio bilaterais, ao invés de multilaterais, tendo sido anunciado que mesmo com a saída dos EUA da TPP serão firmados acordos bilaterais com cada um dos membros. E quanto ao terceiro ponto, Cronin enfatiza que Trump, para além de procurar conter a expansão das armas nucleares na Coreia do Norte, tem como objectivo “preparar a América para uma competição económica de longo-termo com a Ásia”, estando mais disposto a aceitar o risco do que os seus antecessores, como parecem provar os seus, por vezes, discursos com palavras mais fortes do que aquilo que seria de esperar. Em relação à China, Cronin é da opinião que Trump procura o máximo de cooperação possível, ou não fosse a China o maior parceiro comercial dos EUA na região, mas “não está disposto a perder os interesses

de longa data apenas porque Xi Jinping acha que a China deverá estar no centro o palco do mundo em meados deste século” (2017).

Por seu lado, Tiago Moreira de Sá chama a atenção para o facto de Trump não ter alterado a orientação estratégica “de ‘duplo R’ – *Retrenchment* e *Rebalancing* – que, ao mesmo tempo, reduziu substancialmente o envolvimento externo dos EUA e deslocou a sua prioridade do mundo euro-atlântico para a Ásia-Pacífico de forma a conter a ascensão da China”. Desta forma, conclui que a “América Primeiro” é “sobretudo uma estratégia de ‘retraimento radical’, e não tanto isolacionista, ao mesmo tempo que permaneceu a prioridade asiática e chinesa, chegando mesmo a afirmar no seu manifesto eleitoral (correctamente) que ‘lidar com a China, juntamente com a Rússia, continuará a ser o maior desafio a longo prazo’” (2017).

III.4. A nova Rota da Seda

A ideia de uma nova rota da seda⁶⁸ não é recente e terá sido tomada em consideração pelos líderes chineses após o colapso da URSS. Em Setembro de 2013, o presidente Xi Jinping resgatou o plano de uma nova rota da seda no Século XXI: a Faixa Económica da Rota da Seda (*Silk Road Economic Belt*, em inglês) e a Rota da Seda Marítima do Século XXI (*21st century Maritime Silk Road*), que é uma iniciativa complementar, conhecidas em conjunto por “Uma Faixa, Uma Rota” (OBOR – *One Belt, One Road*), projecto rebaptizado de Iniciativa Faixa e Rota (ou *Belt and Road Initiative* – a BRI)⁶⁹.

Esta ideia acabou por avançar depois da crise económica e financeira mundial de 2008, porque a China pressentiu a sua economia em perigo, admitindo a necessidade de explorar novos mercados ou de preservar os existentes, assim como diminuir as lacunas de desenvolvimento entre as áreas costeiras mais industrializadas e as menos desenvolvidas do interior, preservando a estabilidade não só no interior do país como com os vizinhos (Szcudlik-Tatar, 2013: 2). É também uma forma de reforçar a política *Go Out* lançada nos anos 90.

⁶⁸ Alusão às antigas rotas comerciais que ligavam a China e a Ásia Central e do Sul à Europa e Médio Oriente, criadas durante a Dinastia Han, cerca de 200 A.C., e por onde circulava não só a seda, mas também muitos outros produtos (numa dimensão mais cultural também favorecia a circulação de ideias).

⁶⁹ Projecto apresentado primordialmente durante uma visita ao Cazaquistão.

A *Belt* pretende ligar por terra a China à Europa através da Ásia Central e Ocidental e a *Road* visa a ligação por mar da China, através do Estreito de Malaca, à Índia, Médio Oriente, África Oriental e Mediterrâneo. De modo genérico, pode-se falar de três grandes corredores terrestres que ligam a China (1) à Europa Ocidental através da Rússia, (2), à Ásia Central e Ocidental, com *terminus* na Península da Anatólia e (3) à Ásia do Sul, com passagem pela Índia e final no Myanmar; e de dois grandes corredores marítimos que ligam a China (1) ao Mar Mediterrâneo através do Mar da China Meridional, Oceano Índico, Mar Vermelho e Golfo de Suez, e (2) ao Oceano Pacífico Sul, na zona do Mar de Coral, entre a Austrália e a Papua-Nova Guiné⁷⁰. A interligação de vários países poderá mudar a vida de cerca de dois terços da população mundial: é, possivelmente, o maior programa transcontinental de infra-estruturas que o mundo já conheceu.

Em 2014, foi constituído o Fundo Rota da Seda com 40.000 milhões de USD, valor ao qual foram acrescentados outros 15.000 milhões de USD, de acordo com o anúncio de Xi Jinping em 15 de Maio de 2017, para além de linhas de crédito que dois bancos chineses responsáveis por financiar projectos com uma componente política – o China Development Bank e o Export-Import Bank of China – disponibilizaram no valor de cerca de 60.000 milhões de USD e de um pacote de ajuda ao desenvolvimento de cerca de 9000 milhões de USD. A PwC estimou em 2017 que a BRI precisaria de um investimento em infra-estruturas, até 2025, de cerca de dez biliões de USD⁷¹.

Em 28 de Março de 2015 foi publicado o plano de acção da BRI pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma, MNE e Ministério do Comércio, com o aval do Conselho de Estado da RPC. Mais uma vez, a RPC sublinha o espírito benigno do projecto, sinalizando o carácter inicial da Rota da Seda, de “paz e inclusão, abertura e inclusão, aprendizagem e benefício mútuos”, entre todos os países pelos quais as rotas passarão. Nas rotas terrestres, o plano prevê o desenvolvimento de corredores económicos tirando partido de rotas internacionais de transportes já constituídas, que passam por cidades que tenham polos industriais e económicos chave e que, dessa forma, possam funcionar, por sua vez, como plataformas de cooperação. Nas rotas marítimas, o foco está

⁷⁰ A 18 de Janeiro de 2017 chegou a Londres o primeiro comboio de mercadorias proveniente da China, uma viagem que demorou 15 dias. Os media deram nota de que quando saiu de Yiwu, na parte oriental da China, a locomotiva puxava 44 contentores, com material destinado à Europa ocidental, sendo que destes dez foram descarregados na Alemanha, e os restantes 34 seguiram para o destino final, Londres.

⁷¹ Conversão feita da escala numérica curta para a escala numérica longa. Documento da PwC, que usa a escala curta, aponta para a necessidade de dez mil biliões de dólares.

na constituição de rotas de transporte seguras e eficientes que conectem os maiores portos de mar ao longo da BRI.

É claro que para a viabilidade do projecto, são necessários fortes investimentos da RPC mas também dos vários países envolvidos, como não deixa de ser sublinhado no Plano de Acção da BRI, de forma a que as infra-estruturas das regiões sejam melhoradas e passe a haver uma rede eficiente e segura de passagens terrestres, marítimas e aéreas. Outros pontos importantes que merecem referência são: coordenação política intergovernamental; conexão entre instalações; comércio sem impedimentos, nomeadamente alfandegários, com reconhecimento mútuo de regulações e assistência na aplicação da lei, troca de informação, melhoramento da relação bilateral e multilateral, nos campos da inspecção e quarentena, certificação e acreditação, sistema de medidas padrão e informação estatística, assegurando-se de que o Acordo para a Facilitação do Comércio da OMC é efectivamente implementado e consequente; integração financeira, nomeadamente através da criação do AIIB, do Novo Banco de Desenvolvimento para os BRICS e do Fundo da Rota da Seda; e promoção de laços pessoa-a-pessoa, com o intuito de se alcançar apoio das populações ao projecto, principalmente através de intercâmbios académicos, cooperação entre os media e programas de turismo.

A China garante que toda esta iniciativa “é plural e um processo aberto de cooperação que pode ser altamente flexível, não se procurando a conformidade”, perpassando a ideia de que se pode esperar uma cada vez maior integração da China na economia global (Governo da RPC, 2015). Rudolf Moritz interpreta esta iniciativa como uma forma de a China “tentar estabelecer uma rede de infra-estruturas euro-asiáticas abrangente e multicamadas” e que, enquanto principal investidor e arquitecto, Pequim está a criar novas redes de gasodutos, caminhos-de-ferro e redes de transportes centrados na China, sem descurar uma expansão dos portos de águas profundas, especialmente no Oceano Índico (2016: 86). Para Nadine Godehardt, o conceito BRI “é de longe a mais abrangente e visível iniciativa chinesa” dos últimos anos, uma vez que “não só substitui o conceito de sociedade/mundo harmoniosos mas também representa o instrumento central de Xi Jinping para na verdade levar a cabo o sonho chinês e voltar a tornar a China numa grande potência” (2016: 5).

Em 15 de Maio de 2017, 30 países⁷², incluindo a China, assinaram um comunicado conjunto no final da mesa redonda de líderes do Fórum da BRI, no qual se comprometeram a cooperar no sentido de tornar viável o projecto, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional. Ainda que pareça pouco significativo, Angela Stanzel (2017) lembra que para este Fórum foram convidados mais de 100 países, incluindo europeus e EUA, para além do evento ter contado com a participação do secretário-geral das Nações Unidas, do presidente do Banco Mundial e da directora do FMI.

A dimensão geopolítica da BRI, principalmente o desejo chinês de usar os vastos recursos económicos para tentar manter uma estabilidade regional, assim como afirmar a liderança chinesa na região, numa altura em que a política externa da RPC se tornou mais assertiva, não é escamoteada por Peter Cai, que, porém, insiste que colocar o foco unicamente na geopolítica obscurece os principais impulsionadores geoeconómicos, concretamente a ligação a mudanças na política industrial doméstica da China, que são merecedores de atenção (2017: 3). Ou seja, neste sentido, ler a BRI de uma perspectiva geoestratégica não é errado, é apenas incompleto, e ainda que os líderes chineses apenas pretendam passar a ideia de uma iniciativa de *soft power*.

O corredor económico China-Paquistão é um exemplo que Peter Cai dá de como certos elementos do projecto são guiados primeiramente por considerações geoeconómicas. Este corredor deverá ligar a cidade chinesa de Kashgar, na província de Xinjiang, ao porto paquistanês de Gwadar, na província do Baluchistão, e poderá ser usado como um ponto de transbordo de fornecimento de energia da China, evitando a necessidade de se atravessar o Estreito de Malaca no Sudeste Asiático. Não deixa de se sublinhar, porém, o interesse igualmente militar que a China tem no porto de águas profundas de Gwadar, capaz de receber submarinos e porta-aviões, principalmente à medida que a RPC se vai envolvendo em missões internacionais anti-pirataria no mar da Arábia ou no resgate de cidadãos chineses que são surpreendidos por conflitos armados em países estrangeiros, como aconteceu com os trabalhadores na Líbia que tiveram de ser resgatados em Agosto de 2014 (2017: 5).

Outro aspecto geoeconómico a ter em conta, muito relevante para o Governo da RPC, é a ligação das várias províncias chinesas, principalmente as do interior ocidental,

⁷² China, Argentina, Bielorrússia, Chile, República Checa, Indonésia, Cazaquistão, Quénia, Quirguistão, Laos, Filipinas, Rússia, Suíça, Turquia, Usbequistão, Vietname, Camboja, Etiópia, Fiji, Grécia, Hungria, Itália, Malásia, Mongólia, Myanmar, Paquistão, Polónia, Sérvia, Espanha e Sri Lanka.

menos desenvolvidas em relação às suas congéneres costeiras orientais (Peter Cai exemplifica com Xangai, que é cinco vezes mais rica do que Gansu, que fazia parte da antiga Rota da Seda). Desta forma, é natural que a BRI comece com projectos internos, regionais, que depois se deverão ligar a projectos internacionais. Peter Cai acredita mesmo que se o Governo chinês não conseguir ligar os seus projetos internos com projectos no exterior, a BRI será pouco diferente de outros programas domésticos de infra-estruturas, diminuindo muito o potencial valor económico e estratégico do projecto (2017: 6).

Ao mesmo tempo, a RPC tem de modernizar a indústria nacional, objectivo que se reflectiu na estratégia “Made In China 2025”, inspirada no plano alemão “Indústria 4.0”. A modernização tem em vista transformar a indústria através da inovação, dando mais ênfase à qualidade que à quantidade. Desta forma, a BRI poderia ajudar a facilitar a exportação de bens manufacturados mais sofisticados, de valor acrescentado, assim como poderia ajudar as empresas chinesas a tornarem-se mais competitivas a nível internacional. Um exemplo disto, é a tecnologia chinesa de comboios de alta velocidade. Sendo responsável pela construção de mais de 50% dos caminhos-de-ferro de alta velocidade do mundo, esta é uma área na qual a China pretende marcar pontos, principalmente, e para começar, na Ásia, razão pela qual o primeiro-ministro Le Keqiang liderou pessoalmente a comercialização desta tecnologia à Tailândia, Índia, Indonésia e Malásia. Na Indonésia, e de forma a ganhar o concurso da construção de um troço de alta velocidade de 142 quilómetros aos japoneses, a China ofereceu-se para financiar na totalidade o projecto. Na perspectiva chinesa, se vários países da região aceitarem esta tecnologia como padrão, então os equipamentos e tecnologia chineses ligados aos comboios de alta velocidade tornar-se-ão o padrão de facto numa vasta área geográfica. Mas a China tem a ambição de alcançar este objectivo não só neste sector, como também na energia e nas telecomunicações (nos quais a Huawei e a ZTE são pontas de lança) (Cai, 2017: 9-11).

Um último factor geoeconómico a sinalizar prende-se com o objectivo de se solucionar o excesso de produção industrial nalguns sectores, como o do cimento ou do aço, depois de em 2008 o governo chinês ter estimulado a economia nacional de forma a evitar a recessão. Este excesso de produção, associado à desaceleração da economia mundial, quebra de lucros, endividamento das empresas, muitas das quais estatais, colocaram sob grande pressão e vulnerabilidade o sistema financeiro chinês. O governo foi obrigado a tomar medidas, como recorrer ao *layoff* de 1,8 milhões de trabalhadores

dos sectores do aço e mineiro do carvão, e fechar siderurgias poluentes. Peter Cai sinaliza que Li Keqiang, numa reunião da ASEAN em 2014, anunciou que Pequim pretendia usar a BRI para migrar instalações de produções inteiras. A ideia parece simples: transformar “passivos económicos domésticos em ativos económicos e diplomáticos estrangeiros” (2017: 12-13).

A verdade é que apesar “da tentativa de Pequim de criar uma narrativa inclusiva à volta da BRI, falha em convencer os cépticos”, afirma Stanzel (2017). Ou seja, é notório que da Ásia, à Europa, passando por África, os estados estão divididos em relação ao que fazer em relação ao projecto de Pequim. Se, por um lado, alguns esperam poder beneficiar do desenvolvimento de infra-estruturas ligadas ao projecto, tais como telecomunicações, caminhos-de-ferro, oleodutos e portos, outros estão preocupados com os motivos estratégicos da RPC, assim como riscos financeiros e de segurança, nota ainda Stanzel (2017). Para tentar dissipar as desconfianças, a China começou por fazer aquilo que já é usual, alterando o nome do projecto, de forma a que pareça mais inclusivo do que uma estratégia, tentando reforçar intenções pacíficas. Mas a falta de confiança política entre a China e vários países integrantes do projecto parecem evidentes, tal como salta à vista a ausência de países considerados potências regionais como a Índia e o Japão, ambos muito preocupados com as implicações estratégicas da expansão económica da China (Stanzel, 2017). Por outro lado, aspectos considerados importantes na iniciativa, como o corredor económico China-Paquistão, podem gerar atritos, neste caso com a Índia, que não vê com bons olhos aquela ligação. Quanto a países europeus, a falta de confiança política pode ser lida na recusa de assinatura do comunicado conjunto do Fórum da BRI, de 2017, por parte da Alemanha, França e Reino Unido, preocupados com a sustentabilidade social e ambiental, bem como a transparência do projecto e garantias sobre comércio livre e concorrência leal (Stanzel, 2017).

Um segundo problema a ter em conta, e que Peter Cai destaca, prende-se com o facto de cerca de dois terços dos países aderentes à BRI terem um *rating* do crédito soberano classificado abaixo do aconselhável em investir. Por outro lado, vários países são muito instáveis, como o Paquistão, o que coloca problemas de segurança significativos, assim como vários riscos às empresas e trabalhadores chineses (2017:15). Um terceiro problema está relacionado com o risco considerável de investimento em “elefantes-brancos” face ao ímpeto político de implementar projectos fora da China, o que tem tardado, para impaciência de Xi Jinping. O sector bancário e financeiro da China mostra-se preocupado com a viabilidade económica de projectos ligados à BRI, que

exigem empréstimos internacionais e estão sujeitos a instabilidade política nos países de execução, e por isso relutante em conceder as verbas necessárias. Nalguns casos, suspeita-se que alguns países pretendam retirar vantagens dos benefícios associados aos projectos da BRI, sem terem qualquer intenção de pagar os empréstimos iniciais (Cai, 2017: 15 - 16). No limite, e se muitos destes projectos correrem mal, pode ser o sistema financeiro chinês a ficar em risco.

A PwC chama a atenção precisamente para este tipo de riscos, mas não só. Na análise de 2017, faz referência a outros perigos como inconsistências no regime regulatório de vários países; o longo período de gestação dos projectos, uma vez que infra-estruturas de grande envergadura demoram vários anos a serem concluídas, sujeitando-se a eventuais mudanças de contexto político; envolvimento transterritorial; diferentes quadros jurídicos; volatilidade das taxas de câmbio; potencial incompatibilidade ao nível de especificações técnicas; entre outros. É feita uma menção a um estudo de caso que, mesmo não estando relacionado com um projecto BRI, é demonstrativo do tipo de dificuldades que se podem levantar: em 2013 foi inaugurado o Aeroporto Internacional de Mattala Rajapaksa, no Sri Lanka, construído com recurso a fundos provenientes em 90% de um empréstimo chinês. Situado em Hambantota, cidade em desenvolvimento no sul do país, tinha como desígnio receber um milhão de passageiros por ano e aliviar o congestionado tráfego aéreo do Sri Lanka. A falta de actividades comerciais e de uma população que suportasse a existência de um aeroporto internacional, aliadas à inexistência de infra-estruturas de suporte, como uma rede de auto-estradas, levaram o governo do país, que, entretanto, tinha mudado, a rever o projecto. Este, ao invés de reforçar a economia do Sri Lanka contribuiu para o seu declínio e para um resgate do FMI e a China teve de concordar em administrar um aeroporto cheio de dívidas numa tentativa de dar a volta por cima (Wijeratne, 2017: 46).

Para os projectos inseridos na BRI poderem ter sucesso, a PwC deixa um conjunto de conselhos: elaborar avaliações exaustivas de viabilidade comercial; analisar a maturidade do ecossistema de infra-estruturas (para não acontecer como o falhado projecto do aeroporto do Sri Lanka, pois, muitas vezes, para haver sucesso tem de haver uma rede de infra-estruturas interligadas); a optimização do portfólio de projectos; adopção de estratégias de contingência; disposição de investir em boa vontade e endereçar pontos de pressão política; capacidade de proteger parceiros de projetos locais confiáveis; adoptar uma abordagem de partilha de riscos; e alavancar as plataformas

internacionais existentes para alcançar o sucesso, neste caso Hong Kong e Singapura (Wijeratne, 2017: 44-71).

III.5. As “instituições-sombra” e o Consenso de Pequim

Rudolf Moritz defende que “a crise financeira de 2008 convenceu a liderança chinesa de que o seu caminho de desenvolvimento pode ser uma alternativa praticável ao modelo ocidental liberal” (2016: 83). É a partir deste momento que se marca o início de um padrão ofensivo na estratégia chinesa configurando “uma nova linha geral, própria de uma potência revisionista” (Gaspar, 2016: 382). Segundo Kissinger gerou-se “uma nova vaga de opinião na China (...) de que estava a dar-se uma mudança fundamental da estrutura do sistema internacional” (2012: 535). Por outro lado, as demoradas reformas de instituições como a OMC, o FMI ou o Banco Mundial “criaram um incentivo para a China desenvolver as suas próprias instituições como forma de prosseguir com os seus próprios interesses económicos sem interferência dos EUA. Pequim identifica lacunas na ordem internacional e preenche-as com as suas próprias iniciativas” (Moritz, 2016: 86).

O autor identifica quatro áreas onde a China tem apostado na criação de “instituições-sombra”, isto é, organizações que possam competir com outras já existentes ou preencher uma lacuna: área financeira e política monetária; comércio e investimento; projectos de infra-estruturas transregionais e política de segurança. A nível financeiro e de política monetária, empresas como a Union Pay ou a United Credit Rating Agency concorrem com as empresas norte-americanas da área. “Já o estabelecimento do AIIB em 2015 mostrou como a China é capaz de reunir um conjunto alargado de Estados para se juntarem a uma instituição centrada na China – 57 países de cinco continentes”. O Governo chinês está a esforçar-se ainda por internacionalizar a sua moeda, através “duma expansão passo-a-passo” como forma de limitar o uso do dólar americano (2016: 85). Um outro aspecto a ter em consideração é o nível de frustração da China e de outros países em relação a instituições financeiras internacionais dominadas pelos poderes ocidentais.

Noutra latitude, a Organização de Cooperação de Xangai pode desenvolver-se no sentido de se tornar uma instituição para a segurança e a cooperação económica sob liderança chinesa, permitindo à China reivindicar a sua agenda na Ásia Central (estabilidade e acesso a recursos naturais) sem aparentar ser um poder hegemónico, aponta Rudolf Moritz (2016: 89). “De um modo geral, a China não pretende dismantelar

ou sair de actuais organizações internacionais e regimes multilaterais. As instituições-sombra da China operam em conformidade com o direito internacional e Pequim não está, no presente, a questionar abertamente os fundamentos do sistema”, acrescenta o académico, para concluir: “como a ascensão da China continua, Pequim está a exigir desempenhar um papel ativo na reformulação da ordem mundial. Se os EUA retiram da Eurásia, a China provavelmente preenche esse vazio, e poderia desenvolver a Eurásia como região central para as suas instituições-sombra” (2016: 89).

Ulrike Esther Franke dá uma outra perspectiva ao afirmar que as constituições das instituições-sombra apontadas por Rudolf Moritz são também motivadas pelo medo de países emergentes, como classifica a China, em tornarem-se alvos das sanções ocidentais (2016: 181). Em sentido oposto, os países emergentes também se socorrem das sanções económicas e financeiras: a China restringe o acesso ao seu vasto mercado interno e impõe sanções sobre os minerais de terras raras, usados em aparelhos electrónicos. Neste sentido, “A China coloca como alvo principalmente os Estados que discordam das suas políticas ligadas ao Tibete, Taiwan ou fronteiras marítimas” (Ulrike, 2016: 181). Esta ideia é corroborada por James Reilly (2016), que explora a forma como o Governo chinês utiliza os recursos financeiros que tem disponíveis para investir noutros países de forma a retirar daí benefícios políticos e diplomáticos. Dá o exemplo de como as autoridades chinesas reagiram quando, em Novembro de 2008, o presidente francês Sarkozy anunciou um encontro com o Dalai Lama: a China recusou-se a ir ao 11.º Encontro Anual EU-China em Paris e cancelou uma ordem de compra de 150 aviões Airbus franceses⁷³.

Os recursos económicos que as autoridades de Pequim possuem são, de facto, vastos. Os quatro maiores bancos do mundo são chineses e estatais. O Banco de Desenvolvimento da China tem mais activos do que o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento da Ásia juntos e, ao longo da última década, os empréstimos do Export-Import Bank of China para países da África subsariana ultrapassaram vastamente os do Banco Mundial. Em 2018, três empresas chinesas estatais (bancos) estavam no top dez da Forbes: o ICBC (1.º), o China Construction Bank (2.º), o Agricultural Bank of China (5.º) e o Bank of China (9.º). De registar ainda a presença neste top dez da Ping An Insurance Group (10.º), não sendo clara a sua estrutura accionista, mas havendo registo da participação de entidades estatais na propriedade da empresa. É de nota que nestas dez maiores empresas mundiais, cinco são da China e cinco dos EUA, e que no global deste

⁷³ Depois de Paris emitir uma declaração a reconhecer o Tibete como parte integrante da China rapidamente uma delegação comercial chinesa aterrou em Paris.

ranking, a China é a casa de 291 empresas do Global 2000, enquanto os EUA estão no topo com 560. “Compreensivelmente, a tentação de empregar estes formidáveis activos económicos para promover a política externa da China provou-se irresistível”, atesta James Reilly (2016).

Um outro exemplo significativo de como a China usa os seus recursos financeiros como forma de obter dividendos ocorreu em Outubro de 2010, quando Wen Jiabao⁷⁴ “prometeu comprar títulos do governo grego, encorajar o turismo e o investimento e estabelecer um fundo de 5000 milhões de dólares para ajudar as companhias gregas de transporte marítimo a comprar navios chineses. Em troca, Wen explicou: ‘Esperamos que a UE reconheça tão cedo quanto possível o estatuto de economia de mercado à China e relaxe as restrições de exportação de tecnologia de ponta para a China, opondo-se ao proteccionismo comercial’” (Reilly, 2016: 194).

Mas a China não detém todo o poder nestas matérias. A UE está empenhada em abrir relações comerciais com a China mas garantindo que esta negoceia com justiça, respeite os direitos de propriedade intelectual e cumpra as obrigações como membro da OMC, o que inclui aumentar a transparência; abolir políticas industriais e medidas não-tarifárias que discriminam empresas estrangeiras; e diminuir a intervenção do governo na economia (a forte intervenção resulta numa posição dominante de empresas estatais, acesso desigual a subsídios e financiamento barato). Em 2016, foi adoptada uma nova estratégia a cinco anos para a China, que promove a reciprocidade, igualdade de condições e concorrência leal em todas as áreas de cooperação. A estratégia também inclui uma agenda comercial com um forte foco na melhoria das oportunidades de acesso ao mercado, incluindo negociações sobre um Acordo Abrangente sobre Investimento (Comissão Europeia, 2018).

E dentro da UE, a Alemanha está particularmente activa na defesa de uma resposta em bloco à China. Em Agosto de 2017, o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, de visita a Paris, afirmou que “se não queremos desenvolver uma política [europeia] face à China, então a China vai ter sucesso em dividir a UE”, adiantando ainda que “a RPC deve ser instada a colocar em prática a política de uma só UE”, muito à semelhança da política que a RPC exige de “Uma China”, com referência a Taiwan. Por outro lado, preocupa a Alemanha a influência chinesa nalguns Estados europeus, como a Grécia, ou a Hungria, países que têm recebido investimento chinês e que recentemente se opuseram a

⁷⁴ Ex-primeiro-ministro entre 2003 e 2013.

declarações da UE que criticavam as políticas repressivas de direitos humanos na RPC (no caso grego), e a disputa territorial no mar da China Meridional (no caso húngaro). A cooperação entre países da Europa Central e de Leste com a China também deixa os alemães insatisfeitos, tal como o interesse da China nas relações com as antigas colónias africanas da Alemanha (Ivanovitch, 2018).

As reclamações de alguns líderes de países membros parecem ter sido ouvidas, e em 13 de Setembro de 2017, o presidente da Comissão Europeia Jean-Claude Juncker, no Discurso sobre o Estado da União 2017, afirmou que “a Europa deve defender sempre os seus interesses estratégicos”. E, visando claramente a China, clarificou: “É por esta razão que propomos hoje um novo quadro da UE para o escrutínio dos investimentos” (Comissão Europeia, 2017a). A Comissária com o pelouro do Comércio, Cecilia Malmström, foi ainda mais directa nos exemplos, sem nunca, porém, referir a China ou qualquer outro país: “(...) em alguns casos, investidores estrangeiros podem tentar adquirir activos estratégicos que lhes permitam controlar ou influenciar as empresas europeias cujas actividades são fundamentais para a nossa segurança e ordem pública” (Comissão Europeia, 2017b).

Em todo o caso, a capacidade de Pequim organizar o uso de empresas chinesas em busca de interesses de política externa “também requer a coordenação através de uma vasta e complexa ordem de empresas estatais e burocracias governamentais com posições não sincronizadas. Muitas vezes, é difícil, se não impossível, para diplomatas chineses ordenar a poderosas empresas estatais que tomem medidas que possam comprometer os seus interesses comerciais” (Reilly, 2016: 195). Para Aaron L. Friedberg, à medida que a China emerge, “está-se a tornar uma fonte de inspiração e apoio material para os [governos] autoritários em dificuldades no Médio Oriente, África e América Latina, bem como Ásia”, pelo que entende que “se se trata de ser visto como oferecendo um modelo alternativo de desenvolvimento (...)” (2011).

Assim se chega ao conceito de Consenso de Pequim, avançado por Joshua C. Ramo, ou modelo chinês, por oposição ao modelo representado por Washington, caracterizado por ser “uma marca da arrogância de fim de história que deixou um rasto de economias destruídas e maus sentimentos por todo o globo” (2004: 4). Já o Consenso de Pequim é caracterizado como uma “nova abordagem de desenvolvimento da China que é impulsionada por um desejo de ter um crescimento equitativo, de alta qualidade e pacífico (...) que não acredita em soluções uniformes para todas as situações. É definido por uma vontade implacável de inovar e experimentar” (2004: 4). Para Randall Schweller

não é claro “se a China está a promover um Consenso de Pequim como forma de contrabalançar a influência do chamado Consenso de Washington. O que é claro, contudo, é que o modelo chinês de desenvolvimento tem conquistado popularidade em muitas partes do mundo em desenvolvimento” (2015: 61).

III.6. Os principais desafios da Quinta Geração

Os desafios que se colocam hoje à China e aos seus líderes são imensos, a começar pelos internos. David Lampton afirma que “o mundo exterior surge no topo da agenda [dos líderes chineses] apenas quando actores externos indisciplinados ou circunstâncias que ameaçam ligar-se a forças internas instáveis e agressivas, e assim perturbam o frágil equilíbrio doméstico” (2014: 141). Os “pesadelos domésticos”, como apelida Lampton os problemas da RPC, começam numa população imensa, constituída por cerca de 1440 milhões de pessoas, na maior parte urbana, cada vez mais envelhecida (o que coloca muitos problemas em termos da construção de um modelo de segurança social pelos potenciais custos envolvidos), e que tem de ser alimentada.

Por outro lado, assiste-se periodicamente a incidentes em massa com trabalhadores, fruto de descontentamento, expresso em suicídios e outros actos violentos, que incluem *layoffs*, condições de trabalho precárias nas fábricas, questões ligadas à remuneração e horas extraordinárias, e conflitos de interesses entre trabalhadores “permanentes” ou “regulares” (com residência legal) e trabalhadores migrantes de outras províncias e sem residência legal. Estas são questões que preocupam, mas que, por enquanto, a liderança da RPC tem conseguido gerir.

Os problemas ligados ao ambiente, à industrialização e urbanização do país, que levam a um forte aumento da poluição, têm provocado recentemente muita apreensão, não só pela natureza intrínseca dos problemas existentes, mas também pelas reacções negativas que geram da parte dos cidadãos. Não têm sido raras as manifestações, que terminam em violência, contra determinadas decisões de implementar indústrias em certos locais e mesmo contra responsáveis provinciais por essas mesmas decisões. A qualidade do ar também preocupa e já é normal em algumas cidades, como Pequim, haver avisos à população para não sair de casa em determinados períodos. Os desastres, tanto naturais como aqueles provocados pelo Homem, são outro tipo de problemas que deixam sobremaneira preocupados os governantes chineses. “A cada dia que se levantam da

cama, os líderes chineses têm na cabeça deles o conhecimento de que forças naturais ou subordinados incompetentes (e talvez malévolos) no sistema podem criar uma circunstância catastrófica com a qual terão lidar e que pode mesmo desferir um golpe na legitimidade do regime”, resume Lampton (2014: 153).

A corrupção é outro problema grave que a liderança do país tem de combater. Há a noção clara, expressa em relatórios, de que se se falhar nesse combate é o PCC e o próprio estado que podem cair. Não surpreende, por isso, que Xi Jinping tenha elegido o combate à corrupção como uma bandeira dos seus mandatos. Há ainda perigos que a liderança civil teme em relação aos militares da RPC. Lampton destaca quatro: é provável que o complexo industrial-militar na China se torne progressivamente “mais central à economia chinesa, e por isso mais influente”; os militares podem tornar-se um forte símbolo das aspirações nacionalistas da China na mente dos cidadãos; os militares podem simplesmente expandir a sua influência no sistema; as personalidades ligadas aos militares e os interesses relacionados podem tornar-se tão fortes que o controlo civil dos militares pode tornar-se difícil ou impossível (2014: 227-228).

O surgimento de uma classe média com algum poder de compra e informada, potenciada por meios de comunicação social e de informação (como redes sociais) cada vez mais disseminados e difíceis de travar, também coloca desafios. Lampton aponta que o surgimento de uma classe média “oferece a longo-prazo a esperança de uma administração mais humana, aberta à participação e previsível, embora também transporte em si as sementes da instabilidade, extremismo e a tirania da assertividade nacionalista”. Por isso, defende que a existência de uma constituição efectiva, que a China não possui, que possa ser interiorizada pelos cidadãos, é necessária (2014: 225-226).

Mas a principal preocupação dos líderes chineses é mesmo o crescimento económico e a estabilidade de preços (inflação baixa), pré-condições para a estabilidade política, pois, como afirma Lampton, “o PCC mantém o poder e obtém a sua legitimidade com base na performance”, que é definida essencialmente como melhores e mais seguras condições materiais (2014: 150-151). No que se refere à economia, este académico afirma que “a santíssima trindade para a liderança nacional chinesa é: alcançar um elevado crescimento, evitar grandes volatilidades (tanto nos preços, como no emprego) e evitar perder o controlo sobre a política e performance económica doméstica” (2014: 151).

Externamente, e apesar de ser considerado um assunto interno por Pequim, Taiwan surge à cabeça das preocupações da liderança chinesa. Ao longo dos anos houve, como já foi referido, várias tensões entre os dois lados do Estreito, sempre com os EUA

na equação. Para Miguel Monjardino, “as alterações em curso na política interna chinesa, a importância da posição geopolítica de Taiwan e a possível convergência dos interesses de Taipé com Washington no Pacífico e no Índico levarão Pequim a prestar ainda mais atenção a esta ilha”, podendo ali estar “uma importante linha vermelha da China” e também “a tentação de Xi Jinping” (2018: 31).

Como aponta David Lampton, “um aspecto principal de qualquer legitimidade da liderança chinesa é a protecção da soberania nacional e da dignidade”, pelo que a China tem receio de voltar a ser alvo de *bullying*. Este é um discurso impregnado na narrativa nacional do país, e que remete para o tempo, durante os séculos XIX e XX, em que partes do território chinês foram ocupadas por várias potências estrangeiras. Claro que, ao certo, não se sabe o que pode ser considerado de *bullying* para os chineses, pois é uma categoria bastante lata. Por outro lado, e ironicamente, este receio da China, e à medida que esta se vai tornando cada vez mais poderosa, principalmente a nível militar, provoca o mesmo efeito nos países vizinhos, que temem passar a ser alvo de *bullying* por parte da RPC. Ao mesmo tempo, e à medida que os interesses chineses se expandem globalmente, os cidadãos chineses esperam dos líderes que os consigam proteger, num mundo perigoso no qual pontuam estados falhados, terrorismo, pirataria e catástrofes naturais e provocadas pelo Homem (Lampton, 2014: 160-164).

No entanto, e tendo em conta a sua história recente, como nota Lampton, “a China vê-se a si própria como um actor forte e independente num mundo de Estados soberanos nominalmente iguais”. Fica patente que a RPC aceita as estruturas económicas e sociais do actual sistema internacional, mas rejeita em absoluto o sistema de alianças dominado pelos EUA (2014: 231). Assim, será sempre essencial, a cada momento, analisar o pulsar do relacionamento RPC-EUA, para se poder aferir a viabilidade dos objectivos estratégicos da China.

Capítulo IV. O Indo-Pacífico e a Capacidade de Influência Chinesa

IV.1. As forças armadas chinesas: uma Marinha de guerra com um papel fundamental

Desde meados da década passada que a RPC se lançou numa nova estratégia naval de operações em alto mar. No Livro Branco sobre a Estratégia Militar da China, de 2015, pela primeira vez foi referido que “a Marinha do ELP mudará gradualmente seu foco de ‘defesa de águas *offshore*’ para a combinação de ‘defesa de águas *offshore*’ com ‘proteção de mar aberto’”, para além de “construir uma estrutura de força de combate marítima combinada, multifuncional e eficiente”.

Mas para se poder afirmar na zona do Indo-Pacífico e possivelmente mais além, a China tem de ter os meios disponíveis para tal. Ao longo dos últimos anos, são muitas as fontes, chinesas e norte-americanas principalmente, que confirmam o investimento da RPC nas forças armadas, nomeadamente na Marinha, e que começou em meados dos anos 90 do século XX. Esse investimento, contudo, não tem ocorrido tanto com o objectivo de aumentar em número o dispositivo militar (seja em termos de pessoal, seja em termos de equipamento), mas antes com um propósito claro de aumentar a qualidade tanto dos militares que servem nas suas fileiras, como dos equipamentos ao serviço dos quatro ramos das forças armadas, nomeadamente Marinha, Força Aérea, Forças Terrestres, Força de Mísseis Balísticos e ainda a Força de Apoio Estratégico (ao que tudo indica, responsável pela logística, capacidades espacial e cibernética e desenvolvimento de tecnologias da informação). É um investimento, assim, mais na qualidade do que na quantidade.

Em Setembro de 2015, numa parada militar que celebrou o final da II Guerra Mundial, Xi Jinping anunciou uma redução de cerca de 300.000 soldados, tendo sido aventado que poderia ainda ser alterada a estrutura da força e o rácio de liderança em favor das forças navais e aéreas. E, no entanto, vários relatórios (que não são documentos oficiais chineses, pois a RPC não presta informações oficiais deste tipo⁷⁵ dão conta de que as FA chinesas são as mais numerosas do mundo em termos de pessoal: cerca de

⁷⁵ No mais recente livro branco do Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC, de Julho de 2019, intitulado *China's National Defense in the New Era*, apenas foi referido genericamente que a RPC desde o início da Reforma e Abertura diminuiu já em cerca de quatro milhões o número das suas tropas.

2.333.000 forças activas (1.600.000 de Forças Terrestres; 235.000 da Marinha; 398.000 da Força Aérea; e 100.000 da Força de Mísseis Balísticos), 510.000 forças de reserva e 660.000 da Polícia Armada Popular (Rinehart, 2016: 2). Apenas para servir como termo de comparação, note-se que as forças armadas norte-americanas possuem cerca de 1.289.000 de militares, dos quais cerca de 328.000 são da Marinha e 183.500 dos *Marine Corps*, para operações anfíbias (Office of the Under Secretary for Personnel and Readiness, 2016).

Em termos de equipamento militar, especialmente da Marinha, o que mais interessa para a análise em questão, a China terá cerca de 750 embarcações. Mas este número inclui um conjunto muito vasto de navios (de tipo variado, e incluindo submarinos) ultrapassados tecnologicamente. Interessa antes reter que a RPC é possuidora de quatro submarinos balísticos movidos a energia nuclear; cinco submarinos de ataque movidos a energia nuclear; e 47 submarinos de ataque a diesel.

O Departamento de Defesa dos EUA estima ainda que, em 2020, a RPC possa ter entre 69 a 78 submarinos. Para a superfície, conta com sete contratorpedeiros (*destroyers* nos termos usados pelos EUA), 24 fragatas, dois porta-aviões (um dos quais começou a ser testado no mar em 2018) e 41 corvetas. Nas contas do Departamento de Defesa dos EUA, num futuro próximo a China poderá possuir entre quatro a seis porta-aviões, essenciais para um conjunto de tarefas de âmbito militar, entre as quais a projecção de poder longe da costa. É de destacar a existência de cerca de 50.000 minas navais e a construção de veículos submarinos autónomos e da aplicação de inteligência artificial em vários equipamentos da Marinha.

Quanto aos EUA, neste campo, como termo de comparação, e adstritos à Marinha, contam com 286 navios e submarinos totalmente operacionais e prontos a entrar em batalha, e mais de 3.700 aeronaves, de acordo com o site da Marinha norte-americana (2018). Na frota, é de realçar os dez porta-aviões (e dois em construção), nove navios anfíbios de assalto (muito semelhantes a porta-aviões mas mais pequenos e de características diferentes), quatro navios anfíbios de comando, 11 navios anfíbios de transporte, 12 navios de aterragem, 22 cruzadores, oito navios de combate litoral, 66 contra-torpedeiros (estando 14 em construção e contratados para construção), 54 submarinos de ataque (estando dez em construção e contratados para construção), 14 submarinos de mísseis balísticos e quatro submarinos de mísseis guiados. Tão importante quanto estes números e esta tecnologia de ponta, são os portos nos quais estas embarcações se encontram, não apenas nos EUA, mas em várias bases norte-americanas

espalhadas pelo globo, como Guam (Micronésia), Pearl Harbor (Havai, território dos EUA) Yokosuka (Japão) ou Rota (Espanha). Esta força encontra-se ainda dividida em várias frotas que cobrem todo o planeta.

Relativamente ao orçamento dedicado à Defesa, a RPC atribuiu em 2018 um total de 175.000 milhões de USD, um aumento de 8,1% em relação a 2017 (quando nesse ano o orçamento já tinha subido 7%), segundo noticiou a CNN (Lendon, 2018). Muitos analistas, contudo, são da opinião que esses números (adiantados aos media pelos responsáveis chineses) pecam por defeito e que o investimento na área militar deverá ser muito superior àquele que é publicamente assumido.

Já os EUA dedicaram à Defesa em 2019 cerca de 716.000 milhões de USD, um aumento de 82.000 milhões em relação a 2017, de acordo com o The Washington Post. No total, os militares recebem 17% da receita federal dos EUA. Dados do Banco Mundial referentes a 2017 apontam que os EUA gastam 3,1% do PIB em despesas militares enquanto a China apenas gasta 1,9% oficialmente.

Para além destes investimentos na Defesa por parte da RPC, em meios humanos e equipamento, há ainda que ter em conta o esforço que tem sido efectuado no Mar da China Meridional quanto à transformação de bancos de areia em ilhas nas quais podem ser instalados portos e pistas de aviões, tal como relatado anteriormente, e ainda a construção, no mesmo mar, de, como os observadores norte-americanos designam, “estruturas flutuantes muito grandes” e que podem ter uso civil ou militar, para atracagem de navios e aterragem de aviões.

Os EUA reconhecem a expansão marítima da RPC: “a Marinha do ELP continua a transformar-se numa força global, estendendo gradualmente seu alcance operacional além do leste da Ásia e do Indo-Pacífico para uma capacidade sustentada de operar cada vez mais a longas distâncias” (Office of The Secretary of Defense, 2018: 65). Noutro documento, é reconhecido que “a marinha chinesa tornou-se uma força militar formidável dentro da região costeira da China, e está a levar a cabo um número crescente de operações em águas mais distantes, incluindo as águas mais amplas do Pacífico Ocidental, do Oceano Índico e das águas em redor da Europa” (O'Rourke, 2018).

Para já, esta expansão naval de âmbito militar da RPC assenta em seis objectivos, políticos e económicos: lidar militarmente com Taiwan, em caso de necessidade; afirmar e defender as reclamações territoriais da RPC no Mar da China Meridional e Mar da China Oriental; impor a visão da RPC, minoritária entre as várias nações do mundo, de que tem o direito legal de regular as actividades militares estrangeiras dentro das 200 milhas da

sua Zona Económica Exclusiva; defender as linhas marítimas comerciais e de comunicação, principalmente as que ligam a China ao Golfo Pérsico; substituir a influência dos EUA no Pacífico Ocidental; e afirmar o estatuto da China como um poder regional dominante e um grande poder mundial (O'Rourke, 2018: 6).

IV.2. As ambições e as concretizações da China

Devido a uma política auto-imposta, afirma Daniel J. Kostecka⁷⁶, a China não baseava forças militares em países estrangeiros o que era “usado pelos responsáveis governamentais como uma prova do desenvolvimento pacífico da China”. Porém, “o crescimento económico global assim como interesses políticos estão a levar Pequim a tomar uma abordagem com mais nuances quanto ao uso e emprego da sua força militar. Especialmente, o uso actual de navios da Marinha do ELP no Golfo de Áden” nas operações anti-pirataria no Corno de África. Estas acções “vieram sublinhar a necessidade de uma base logística perto da costa de apoio às forças operacionais da Marinha a operar no Oceano Índico” (2011: 59), o que se concretizou no Djibouti.

Com o crescimento dos interesses da China no estrangeiro, nomeadamente económicos, que muitas vezes podem ser colocados em perigo, assim como cidadãos nacionais que são ameaçados e mesmo mortos, apesar desta política vincada de não-interferência, a China soube adaptar-se, ajustando a sua definição de não-interferência de forma a adequar-se à dinâmica de segurança internacional. São referidos por Kostecka os exemplos das operações de manutenção de paz da ONU: a China chegou a criticá-las, mas desde 1992 que Pequim tem enviado militares para servir no estrangeiro em operações daquele tipo (como engenheiros militares, por exemplo) mantendo ao mesmo tempo a sua concepção de não-interferência. O envio de vasos de guerra, em Dezembro de 2008, para o Golfo de Adén, levou Pang Zhongying, professor de Relações Internacionais da Universidade de Renmin, a afirmar que a China estava “a tentar equilibrar os seus velhos princípios com a nova realidade” (2011: 62).

A presença da Marinha de guerra chinesa no Índico começou por se justificar com as actividades de combate à pirataria no Golfo de Áden e Corno de África, actividades essas que juntaram vários países, incluindo todos os cinco com assento no Conselho de

⁷⁶ Analista sénior da Marinha norte-americana.

Segurança da ONU. As acções da Marinha chinesa (que não estiveram integradas em nenhuma das várias operações da UE, NATO e EUA⁷⁷) começaram em Dezembro de 2008 e, como notou Jérôme Henry, marcaram um regresso ao Índico da China 600 anos após o navegador Zheng He (2016: 6). Uma análise deste investigador subscreve uma corrente de opinião que aponta que o interesse da RPC em empenhar a sua Marinha de guerra no Golfo de Áden e no Corno de África não teve como principal razão a protecção dos navios mercantes chineses⁷⁸ que por ali passavam, embora tenha sido importante, mas antes visou preparar as tropas, a Marinha especialmente, para missões fora da primeira cadeia de ilhas, num primeiro momento, e depois missões mais longínquas nas águas azuis oceânicas.

Uma Marinha de guerra forte e preparada pode ajudar a proteger os interesses económicos da RPC no mundo, incluindo a manutenção do acesso às principais linhas de navegação, essenciais para a China poder, por um lado, escoar a maior parte da sua produção (Henry, 2016: 3), e por outro lado, continuar a ser abastecida de matérias-primas, nomeadamente petróleo. Como sublinham Christopher D. Yung e Ross Rustici⁷⁹, a presença económica da China no estrangeiro cresceu muito, o que fez o seu crescimento doméstico, e assim a sua estabilidade, dependente da capacidade para aceder aos mercados globais e às matérias-primas. Em 2011, mais de 60% do comércio chinês foi feito por mar e, em 2013, passou a maior importador mundial de petróleo e gás natural, combustíveis que chegam ao continente chinês também maioritariamente por mar (2014: 5). Em 2016, segundo dados do CSIS, quase 80% do petróleo importado pela China passou pelo Oceano Índico e Estreito de Malaca em direcção ao Mar da China Meridional. “Para um país faminto por petróleo como a China, um fechamento a longo prazo [destas vias de navegação] apresentaria um cenário económico e político preocupante”, é destacado (2017).

No livro branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China, de 2011, Pequim considerou que a defesa das condições básicas para garantir o desenvolvimento económico e social sustentável fazia parte dos “interesses principais” do país, que importava defender com firmeza. Estes incluem a soberania do estado, a segurança nacional, a integridade territorial e a reunificação nacional, o sistema político da China

77 Operações Atalanta, Ocean Shield e Task Force 151, respectivamente. Índia, Japão e Coreia do Sul participaram, tal como a China, de forma independente.

78 A primeira missão chinesa na zona apenas escoltou navios mercantes de pavilhão chinês, embora nas seguintes missões tenha sido alargada a navios de pavilhão estrangeiro.

79 Com Scott Devary e Jenny Lin.

estabelecido pela Constituição e a estabilidade social geral. Desta forma, fez depender fortemente a preservação da segurança nacional e desenvolvimento económico das rotas de comércio marítimo (CSIS, 2017). A ameaça de um bloqueio estrangeiro no Estreito de Malaca (o “dilema de Malaca”) é destacada com frequência na retórica de Pequim, lembram Devin Thorne e Ben Spevack (2017), razão pela qual o PCC estabeleceu como prioridade o desenvolvimento das capacidades marítimas ao declarar como objectivo nacional tornar-se “um poder marítimo forte”, responsabilidade que recai sobre a Marinha chinesa.

De acordo com Kostecka, começou a tomar forma uma rede de suporte regional no Índico embora nada pareça indicar que as autoridades chinesas estejam a considerar financiar bases militares ao estilo norte-americano. Esta rede foi apelidada de estratégia do “colar de pérolas”⁸⁰, uma ideia aceite em vários círculos oficiais e não oficiais (2011: 60), embora não haja “provas substanciais em fontes chinesas, ou noutro lugar, para apoiar as afirmações de comentadores, académicos e dirigentes que utilizam a expressão como base para explicar as intenções de Pequim no Oceano Índico” (2011: 61).

Kostecka é da opinião que para a China o foco estará mais na ideia norte-americana de “lugares como oposição a bases”, um tipo de estratégia que pode ser concretizada através de “acordos diplomáticos que permitam o acesso às instalações dessas nações a fim de obter abastecimentos essenciais, como combustível, alimentos e água doce, para forças destacadas” no estrangeiro. Um exemplo desta estratégia é o memorando de entendimento entre os EUA e Singapura que permite à Marinha dos EUA usar a Base Naval de Changi. Para a China, o debate está em saber “se as forças destacadas da Marinha do ELP precisam de lugares para os quais o acesso regular é garantido por acordos diplomáticos formais, ou se o actual sistema *ad hoc* de aportar em portos amigáveis, quando necessário, é suficiente para o cumprimento das actuais e futuras missões” (2011:61). O coronel sénior Dai Xu, da Força Aérea, um estrategista militar, afirmou na altura de forma contundente que estabelecer bases no estrangeiro era uma extensão lógica da missão da Marinha do ELP para o Golfo de Adén e uma necessidade se a China quisesse proteger os seus interesses no estrangeiro e participar em operações de manutenção de paz, humanitárias e operações de socorro (2011: 63). O desenvolvimento dos tais “lugares” onde as forças armadas da China possam ter um porto seguro onde se possam abastecer de combustível, água fresca e mantimentos, numa base

⁸⁰ Esta ideia surgiu pela primeira vez num estudo de um contratante do Departamento de Defesa norte-americano, em 2004 (intitulado “Energy Futures in Asia”), de acordo com Kostecka.

informal, parece estar, assim, em desenvolvimento no Índico. Os navios em serviço no Golfo de Áden têm usado o porto de Salalah, em Omã, de Adén, no Iémen, de Carachi, no Paquistão (mais do que o porto de Gwadar), Colombo (porto de Hambantota), no Sri Lanka, Singapura⁸¹, e Djibouti.

O Djibouti, situado estrategicamente na rota do Canal do Suez, à boca do Mar Vermelho, cedeu terreno para instalações militares à RPC num local próximo da base norte-americana. Assim, a poucos quilómetros de Camp Lemonnier, uma das maiores e mais importantes instalações militares dos EUA no estrangeiro, e a única no continente africano, montada após os ataques terroristas de 2001, na qual se preparam missões anti-terroristas no norte de África e península arábica, fica agora situada uma base militar chinesa. Mais uma vez, sucedem-se as desconfianças em relação aos muitos empréstimos que o governo chinês tem concedido ao Djibouti, e que chegarão a 60% do PIB, pois teme-se que esta seja uma forma de controlo das várias autoridades nacionais. A China, contudo, reafirma uma intenção benigna, olhando para aquele país africano como um local estratégico no Índico, a partir de onde pode proteger os investimentos no estrangeiro, mas também projectar poder no norte de África.

Este é o primeiro “lugar”, na acepção usada anteriormente por Kostecka, que importa destacar no Índico. O Djibouti é a primeira base militar da RPC fora do continente, apesar de não ser assim considerada pela liderança militar e política, sendo antes designada de instalação logística para reabastecer embarcações chinesas em missões humanitárias e de manutenção da paz. Segundo vários meios de comunicação social deram nota⁸², a 11 de Julho de 2017 a China enviou oficialmente, e pela primeira vez, pessoal militar para a base do Djibouti, inaugurada em Agosto desse ano, através de uma cerimónia do içar da bandeira no mesmo dia em que o ELP celebrou 90 anos.

Vários factores foram tidos em conta para que fosse o Djibouti a receber esta primeira base ou “instalação logística”. Primeiro, este pequeno país africano com cerca

⁸¹Kostecka nota que é estranho que muitos analistas militares deixem de parte o porto de Singapura quando se fala em “lugares” de interesse no Índico para a Marinha chinesa, uma vez que o porto de Changi está situado numa localização estratégica no Estreito de Malaca, havendo relações amigáveis entre a China e Singapura. Por exemplo, em 2007 e 2009 navios chineses pararam em Changi. E em 2010, o Primeiro-Ministro de Singapura, após a assinatura de um acordo de defesa com os chineses, assinalou que a sua nação continuaria a estreitar laços militares com a China (Kostecka, 2011: 73). Mas este analista nota que será difícil um acordo formal como o que existe entre Singapura e os EUA uma vez que estes ficariam alarmados.

⁸² Por exemplo, a Reuters: <https://www.reuters.com/article/us-china-djibouti/china-formally-opens-first-overseas-military-base-in-djibouti-idUSKBN1AH3E3> [27/10/2018].

de 800.000 habitantes, está situado estrategicamente no Golfo de Áden, junto do Estreito de Bab-el-Mandeb, que liga o Mar Vermelho ao Oceano Índico, e por onde passa entre 12,5 e 20% do comércio global (Wang, 2018). Em segundo lugar, muitos outros países possuem instalações militares no Djibouti, caso dos EUA, que têm em Camp Lemonnier a única base em continente africano, da França e até do Japão, onde estão baseadas algumas das suas forças de segurança. Este facto é importante de forma a que a China possa continuar a advogar um dos seus princípios da coexistência pacífica, a não interferência mútua nos assuntos internos de cada país. Em terceiro, o Djibouti é distante o suficiente de um dos principais competidores da RPC, a Índia, pelo que nesta perspectiva uma base em Gwadar, no Paquistão, levantaria muito mais preocupações em Nova Deli. E em quarto, permite à China reivindicar de forma credível que uma “instalação logística” era necessária para poder continuar a levar por diante as missões navais de combate à pirataria no Golfo de Áden.

Monica Wang defende que o Djibouti foi apenas “uma experiência” na qual a RPC misturou interesses comerciais com interesses militares, e a qual irá replicar “outra vez e em breve” noutro local. “A China está a testar uma estratégia emergente usando influência económica para promover interesses de segurança”, defende a investigadora (2018). E dá alguns exemplos: dois meses depois da inauguração do porto polivalente de Doraleh, financiado pela China Merchants Group, uma empresa-estatal chinesa com sede em Hong Kong, o governo do Djibouti concordou com a construção da base chinesa junto ao novo porto. Segundo alguns relatos a que Monica Wang dá relevância, a RPC terá o uso exclusivo de pelo menos uma doca do porto de Doraleh e é precisamente esta proximidade entre porto comercial (civil) e base militar que leva Wang a sustentar que a integração entre interesses comerciais e militares chineses é parte de “uma estratégia para projectar poder no exterior” (2018).

Foi em 2015 que o governo chinês anunciou a intenção de criar uma base no Djibouti e desde essa altura que o número e a escala dos projectos de infra-estruturas tem aumentado de forma substancial, sendo que todos eles estão inseridos na BRI. É o caso da linha de caminhos-de-ferro electrificada entre o Djibouti e a Etiópia, terminada em 2017 e orçamentada em quatro mil milhões de USD⁸³, e de um sistema de tubulação de água potável da Etiópia para o Djibouti, no valor de mais de 300 milhões de USD⁸⁴ (Wang, 2018). Monica Wang relaciona este facto com o investimento massivo num país

⁸³ Financiado por empresas de construção e bancos chineses.

⁸⁴ Financiado pelo Export-Import Bank of China.

sem quaisquer recursos naturais, como é o Djibouti, para concluir que “se torna claro que os projectos comerciais promovidos na África Oriental através da BRI abriram caminho para a concretização das aspirações do ELP em mares distantes” (2018).

Para além dos lugares anteriormente referidos, o Chinese Naval Research Institute (associado do ELP) sugeriu em 2014, como outros lugares possíveis para a RPC instalar uma base, a Baía de Bengala, Sittwe, em Myanmar (e que, como se verá mais à frente, está a ser desenvolvido pela Índia), e Dar es Salaam, na Tanzânia (Wang, 2018). Mas parece ser perto de Gwadar, em Jiwani, no Paquistão, o lugar que mais insistentemente é falado para uma segunda base da RPC no Índico.

Em Janeiro de 2018, o South China Morning Post, citando o analista militar Zhou Chenming, baseado em Pequim, dava como certo o acordo entre chineses e paquistaneses para a construção de uma base junto a Gwadar, que é um porto civil, cuja operação foi cedida em 2013 à China Overseas Port Holding Company. “É uma prática comum ter instalações separadas para navios de guerra e navios mercantes por causa das suas diferentes operações. Navios mercantes precisam de um porto maior com muito espaço para armazéns e contentores, mas navios de guerra precisam de uma gama completa de serviços de manutenção e suporte logístico”, afirmou. Uma outra fonte, anónima mas próxima do ELP segundo o mesmo jornal, confirmou que a Marinha chinesa iria estabelecer uma base perto do Gwadar semelhante à que já estava em funcionamento no Djibouti.

O que tem de interessante esta localização para a Marinha chinesa? Há que ter em conta as excelentes relações bilaterais entre os dois países. O Paquistão⁸⁵ esteve entre os primeiros países a reconhecer a RPC e ambos se apoiam em matérias de disputas com outros países ou entidades políticas. Por exemplo, a China apoia o Paquistão na disputa por Caxemira e o Paquistão apoia a China nas questões relacionadas com Xinjiang, Tibete e Taiwan, para além de existir um intercâmbio e apoios militares entre ambos os países. As relações económicas e comerciais também são profícuas, principalmente após a assinatura em Novembro de 2006 de um acordo de comércio livre (que entrou em vigor em Julho de 2007), embora a RPC tenha um peso muito maior na economia do Paquistão do que o contrário. Dados referentes a 2016, citados num balanço efectuado pelo Banco Estatal do Paquistão, indicam que a China é o segundo principal destino das exportações paquistanesas (7,7% do total), depois dos EUA (com uma fatia de 16,7%), e que estas são

⁸⁵ País onde o International Crisis Group estima que cerca de 30.000 chineses vivam e trabalhem.

maioritariamente constituídas por algodão (61%) e arroz (14%). Do lado das importações, a China é o primeiro parceiro (com 29%) à qual o Paquistão compra equipamentos eléctricos, máquinas de alta tecnologia, reactores nucleares, ferro e aço, produtos químicos orgânicos, filamentos artificiais, entre outros. Aliás, mais de metade das importações de material eléctrico e maquinaria provêm da China (Kamal e Malik, 2017: 3). Já da parte chinesa, o Paquistão não figura nos principais países para onde a China exporta (apenas 0,63% do total exportado), nem nos principais países de onde importa (0,16% do total), segundo dados de 2016 disponíveis em The Observatory of Economic Complexity. No total, em 2017, o Paquistão tinha um défice comercial com a China de cerca de 12 mil milhões de dólares norte-americanos, de acordo com o International Crisis Group.

Neste campo, é importante destacar o corredor económico China-Paquistão, inserido na BRI, que liga a cidade chinesa de Kashgar, em Xinjiang, ao porto de Gwadar, numa distância de cerca de 3000 quilómetros, e que foi lançado em Abril de 2015. Os líderes políticos do Paquistão acreditam que este projecto é disruptivo para a região, no sentido de que poderá ajudar a revitalizar uma economia frágil. O plano a longo prazo deste corredor económico, apresentado em Dezembro de 2017, indica quatro prioridades no Paquistão: o porto de Gwadar⁸⁶, a energia, as infra-estruturas de transporte e a cooperação industrial, o que aceleraria a industrialização e a urbanização do Paquistão. Apesar da falta de pormenores (uma das críticas é a falta de transparência), de acordo com os prazos pré-definidos, os projectos de curto prazo deverão ser concluídos até 2020; os de médio prazo, incluindo o sistema industrial, deverão ser terminados até 2025; e os de longo prazo deverão estar prontos em 2030, segundo o International Crisis Group.

Em Novembro de 2017, o então ministro dos Portos e das Pescas do governo federal, Hasil Bizenjo, confirmou que a China receberia 91% dos lucros gerados pelo porto de Gwadar em 40 anos e a que Autoridade Portuária de Gwadar, controlada pelo governo federal, os restantes 9%, enquanto o governo provincial do Baluchistão, onde se situa o porto, não receberia nada, de acordo com o International Crisis Group. Esta tem sido outra das críticas apontadas ao projecto, principalmente por parte das populações locais do Paquistão, que vêem a região a ganhar muito pouco, e a contra-parte, a RPC, a

⁸⁶ O porto de Gwadar tornou-se posteriormente parte integrante do corredor económico, com oleodutos e ligações rodoviárias e ferroviárias planeados, que ligam o porto a Xinjiang, beneficiando da transferência dos direitos de locação da Port of Singapore Authority para a China Overseas Port Holding Company-Pakistan.

recolher a maioria dos frutos. Porém, a zona próxima de Gwadar ainda não é muito desenvolvida. Há relatos de escassez ao nível do fornecimento de água e electricidade, para além de problemas de segurança que envolvem nacionalistas do Baluchistão e os militares que respondem a Islamabad. Desta forma, “o potencial comercial aparentemente limitado de Gwadar está a levantar suspeitas sobre as reais intenções da China”, refere o International Crisis Group, referindo-se ainda a alguns analistas de segurança paquistaneses que “acreditam que a China está menos interessada em desenvolver uma rede rodoviária e logística que permita o acesso ao mar da Arábia e ao Golfo Pérsico a partir de Xinjiang, via Gwadar, do que em usar o porto para fins militares”. A utilização deste porto, inserida no corredor económico China-Paquistão, permite ainda aos navios mercantes chineses não terem a necessidade de passar pelo estreito de Malaca.

Myanmar tem fronteira com a China e com a Índia, para além de Tailândia, Bangladesh e Laos. Entre 1962 e 2011, o país foi governado por uma junta militar, considerada autoritária, o que valeu ao país ter sido colocado durante muito tempo à margem no sistema internacional, mas contando sempre com o apoio de Pequim, principalmente a partir de 1988, data da apelidada “revolta 8888”, que colocou em causa o governo. Uma gradual liberalização levou o país a eleições livres em 2015. A RPC é o grande mercado de destino das exportações de Myanmar, com uma quota de 33% do total exportado, num total de 5.2000 milhões de USD, de acordo com dados de 2016 do *The Observatory of Economic Complexity*. A Índia também tem um peso considerável, mas muito menor: 7,2% do total, equivalente a 1.1300 milhões de USD. O petróleo e o gás são os produtos que a RPC mais importa, equivalendo a 50% do total exportado pelo Myanmar, seguido de açúcar cru (20%). Do lado contrário, a China tem igual peso: 36% das importações do Myanmar são dali provenientes, valendo cerca de 8.100 milhões de USD, o que coloca a RPC no topo dos países dos quais o Myanmar importa. A RPC tem ainda sido, desde 1988, um dos maiores fornecedores de armamento a este país.

Consciente da importância geopolítica de Myanmar, que tal como o Paquistão pode ajudar a RPC a ter acesso directo a dois oceanos⁸⁷, nas últimas décadas, Pequim tem ajudado o estado de Myanmar com armamento, treino de militares e na concretização de um conjunto de infra-estruturas, tais como barragens, estradas (nomeadamente ao longo

⁸⁷ Ao estabelecer vias de comunicação entre a capital da província de Yunnan, Kunming, e a costa do Myanmar, a RPC e a sua marinha de guerra poderá encurtar a viagem, ao não ter de passar pelo Estreito de Malaca, em cerca de 3.000 quilómetros, reduzindo a viagem em cinco ou seis dias (Lixin, 2006).

do rio Irrawaddy, conectando a Baía de Bengala a Kunming), oleodutos, gasodutos e portos. Mais recentemente, Myanmar aderiu à BRI. Mas neste ponto, a China tem a concorrência da Índia, que tenta de igual forma ser preponderante neste país, recolhendo daí benefícios. Em Setembro de 2017, o primeiro-ministro indiano Narendra Modi visitou Myanmar, a segunda visita bilateral por um primeiro-ministro indiano àquele país vizinho em 30 anos. Em Janeiro de 2018, a primeira Conselheira de Estado de Myanmar (cargo equivalente ao de primeira-ministra) Aung San Suu Kyi foi uma das dez líderes de países da ASEAN a estar presente na parada do Dia da República.

Ao nível da segurança e defesa, foi em Novembro de 2016 que teve lugar o primeiro Exercício Militar Bilateral Índia-Myanmar (IMBAX 2017), que se focou em operações de manutenção de paz. A Índia também desempenhou um papel no processo interno de paz, actuando como testemunha das cerimónias do Acordo de Cessar Fogo Nacional de Myanmar em Fevereiro de 2018 e Outubro de 2015. Ao nível da cooperação marítima também têm existido desenvolvimentos, com os dois países a conduzirem o primeiro exercício naval bilateral, o IMNEX-18, em Março de 2018, na Baía de Bengala. Em 2017, os dois países assinaram um acordo para melhorar a cooperação em segurança marítima em áreas como a assistência humanitária. A Índia também está a desenvolver o porto de Sittwe, no estado de Rakhine, e a implementar um projeto de transporte em Kaladan de 484 milhões de USD, que ligará o estado de Rakhine ao estado de Mizoram, no nordeste da Índia (Solanki, 2018). Existem ainda outros projectos em carteira, que envolvem vários países, como o de uma auto-estrada a ligar Índia-Myanmar-Tailândia, com possibilidade ainda de ligar o Camboja e o Laos, e um corredor económico Bangladesh-China-Índia-Myanmar (BCIM), embora quanto a este último haja ainda algumas pontas soltas devido à indefinição do que representará este corredor para a BRI chinesa.

A Índia tem ainda tentado servir de mediadora da crise que se abateu sobre a população muçulmana Rohingya de Myanmar (maioritariamente budista), que tem procurado refúgio no Bangladesh. Nova Deli olha para este problema sob um prisma tanto humanitário, como securitário, e, em Dezembro de 2017, aprovou um pacote de 25 milhões de USD a ser transferido ao longo de cinco anos, como ajuda ao desenvolvimento de forma a que o problema possa ser de alguma forma minorado (Solanki, 2018). Este é um ponto no qual a RPC, que apoia a posição do governo de Rangum, não pretende ficar para trás e também se tem envolvido na tentativa de resolução, tendo igualmente proposto medidas para se alcançar a paz e doado verbas para o desenvolvimento do estado de

Rakhine. Como resumiu Collin Koh, um especialista em segurança marítima da Universidade Tecnológica de Nanyang em Singapura, citado pelo South China Morning Post (2017), tanto a Índia como a China estão plenamente conscientes do potencial de influência militar e de cooperação com Myanmar ainda que este, tradicionalmente, não tenha tomado nem o lado chinês, nem o lado indiano, o que deixa em aberto a competição entre os dois rivais por influência.

Em Outubro de 2017, foi noticiado que um consórcio liderado pelo grupo chinês CITIC se preparava para ficar com 70% do porto de águas profundas de Kyaukpyu, no sul do estado de Rakhine, um projecto que previa um investimento inicial de cerca de 7.300 milhões de USD, e que antevia o desenvolvimento de uma zona económica especial na região. Kyaukpyu é um ponto de entrada para um oleoduto de 770 quilómetros que fornece petróleo e gás natural à província chinesa de Yunnan. Mas em Agosto de 2018, novas notícias deram conta de que o Governo de Myanmar, com receio de que este projecto fosse demasiado caro para as possibilidades do país, temendo cair na “armadilha da dívida”, como aconteceu com o projecto chinês no Sri Lanka, voltou atrás e reduziu os custos para 1.300 milhões de USD. Estavam previstos dez ancoradouros de 25 metros de profundidade capazes de receber oito grandes petroleiros, mas o projecto ficou reduzido para já a dois ancoradouros.

O porto de Hambantota, em Colombo, no Sri Lanka, é outra infra-estrutura que tem sido ligada aos interesses da marinha de guerra da RPC. As relações bilaterais entre Sri Lanka e China parecem muito semelhantes às que Pequim mantém com o Paquistão. O Sri Lanka esteve entre os primeiros países a reconhecer a RPC. E mais uma vez, como acontece com o Paquistão, o investimento que a China tem feito naquele país, em infra-estruturas, tem sido substancial. A nível comercial, a dependência de Pequim não é tão grande em Colombo como em Islamabad. Segundo dados de 2016 disponíveis em The Observatory of Economic Complexity, a China não surgia nos primeiros cinco mercados de exportação do Sri Lanka, enquanto Nova Deli, a grande rival de Pequim, era o terceiro mercado mais importante (absorvendo 7% das exportações). A RPC apenas absorvia 2,3% das exportações do Sri Lanka. Porém, Pequim representa um papel importante nas importações do país insular: 20% das importações são provenientes da China, que reparte o pódio com a Índia, em primeiro lugar, com 22%. Mas o Sri Lanka contraiu muitas dívidas para com a China e por não conseguir pagá-las já teve de sofrer as consequências, com proveitos para Pequim. É o caso do porto de Hambantota, construído com recursos

a empréstimos da China, que acabou por ficar 70% em mãos chinesas⁸⁸ durante um período de 99 anos. As preocupações na região com uma possível presença militar chinesa de forma permanente são muitas, principalmente da parte da Índia, mas também dos EUA e do Japão.

Em Maio de 2017, o governo do presidente Maithripala Sirisena recusou um pedido chinês para que dois submarinos aportassem em Colombo, pouco depois do primeiro-ministro indiano Narendra Modi ter visitado a ilha. Já em 2014, outros dois submarinos chineses tinham aportado em Colombo, numa altura em que havia disputas territoriais em Ladakh, no norte da Índia, o que suscitou preocupação em Nova Deli. Em Julho de 2018, o gabinete do primeiro-ministro do Sri Lanka, Ranil Wickremesinghe, garantiu num comunicado que a China já tinha sido informada de que o porto de Hambantota não poderia ser usado para fins militares, numa altura em que o controlo do porto passou para a marinha de guerra (o comando naval do sul) do Sri Lanka (Express, 2018). Em todo o caso, mantém-se em vigor um acordo de 1987 entre a Índia e o Sri Lanka que prevê que os respectivos territórios não serão usados para actividades prejudiciais à unidade, integridade e segurança de cada um.

A República das Maldivas é um Estado-arquipélago constituído por cerca de 1.200 ilhas e que situa a sudoeste do Sri Lanka e da Índia (a apenas cerca de 500 quilómetros da costa sul), com cerca de 400.000 habitantes e que tradicionalmente tem estado na esfera de influência da Índia. Mas nos últimos anos, principalmente durante o mandato do presidente, considerado autoritário, Abdulla Yameen, as Maldivas aproximaram-se da RPC colocando em causa o alinhamento anterior com a Índia. Este país insular, que vive essencialmente do turismo, logrou entrar na BRI em 2014, vendo, dessa forma, avançar infra-estruturas de relevo, como uma ponte que liga a capital Male a uma ilha próxima (Hulhule, onde se situa o aeroporto), e a expansão do aeroporto da capital, ambos os projectos entregues a empresas estatais chinesas. As Maldivas acertaram ainda o arrendamento por 50 anos de uma ilha não habitada (Feydhoo Finolhu) a uma empresa chinesa para desenvolvimento turístico, pelo valor de cerca de quatro milhões de dólares norte-americanos, e em Dezembro de 2017 assinaram um tratado de comércio livre com a RPC.

Contudo, o mandato de Yameen terminou em Novembro de 2018, após alguma turbulência política, e, tendo perdido as eleições em 23 de Setembro de 2018, sucedeu-se

⁸⁸ Neste caso, da China Merchants Port Holdings.

Ibrahim Mohamed Solih, que parece querer voltar a aproximar o país da Índia, que considerou o aliado mais próximo. Esse passo, porém, pode não ser fácil de concretizar, numa altura em que o país se encontra altamente endividado para com a China. Segundo o Centro para o Desenvolvimento Global, um *think-tank* norte-americano, citado pela *The Diplomat* (2018) os empréstimos da China às Maldivas podem ser de cerca de 1,3 mil milhões de USD, ou seja, mais de um quarto do PIB da nação insular. Também o Sri Lanka tentou negociar a dívida e acabou por ter de ceder a gestão do porto de Hambantota por 99 anos.

O arquipélago das Seychelles é constituído por 115 ilhas e a capital, Victoria, fica a cerca de 1.500 quilómetros da costa leste de África (a nordeste de Madagáscar). O país tem cerca de 95.000 habitantes. O turismo é actualmente o principal motor económico do arquipélago, embora o sector das pescas seja também relevante (exportação de atum), seguido do sector agrícola (coco seco, coco, chá, banana, batata doce e baunilha estão entre os recursos mais rentáveis). Em 1976, Seychelles e RPC estabeleceram relações diplomáticas ao nível de embaixadas. Em 30 de Outubro de 2017, e em Setembro de 2018, os dois países assinaram dois memorandos de entendimento para fomentar a abertura comercial, o aprofundamento do investimento e a cooperação industrial. Um dos memorandos é referente à BRI, prevendo-se uma concessão de 7,5 milhões de dólares norte-americanos para a implementação de projectos nas Seychelles, que serão mutuamente acordados pelos governos dos dois países, segundo foi noticiado pela Seychelles News Agency (2018).

Porém, a Índia tem relações próximas ao nível da defesa com as Seychelles. Em Fevereiro de 2018, foi noticiado que a Índia tinha obtido o acordo do governo do arquipélago para instalar uma base militar na ilha de Assunção, situada a mais de 1000 quilómetros da capital Victoria. Essa intenção foi bloqueada pelo parlamento das Seychelles, em Junho de 2018, devido a receios ligados à própria soberania das ilhas. O impasse foi resolvido pouco depois, após ter sido esclarecido que afinal não se tratava de uma base naval da Índia, mas antes de uma instalação conjunta que as Seychelles facilitariam à Índia quando dela necessitasse, o que já não requereria aprovação parlamentar. Por seu lado, a Índia anunciou uma linha de crédito de 100 milhões de USD para as Seychelles aumentarem as suas capacidades de defesa, para além de oferecer um avião Dornier de reconhecimento marítimo, o segundo já oferecido pela Índia (para além de dois helicópteros).

As relações bilaterais entre a RPC e a Tanzânia iniciaram-se em 1964, depois da união de Tanganica e Zanzibar. O país, na costa leste de África, tem fronteiras com Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi, República Democrática do Congo, Zâmbia, Malawi e Moçambique. As relações económicas e comerciais também são muito fortes entre os dois países. De acordo com dados do The Observatory of Economic Complexity, a RPC era, em 2016, o quinto país (5,3% do total) para onde a Tanzânia mais exportava (o primeiro era a Índia, com 13%), enviando principalmente minério de metais preciosos e outras sementes oleosas. No lado oposto, a China ocupava o lugar cimeiro das importações, com 24% do total (seguida da Índia, mas com metade do valor, traduzindo-se em 17% do total), devido principalmente a telefones (10% do total de importações) e algodão claro de tecido puro (7%).

Também ao nível financeiro, a RPC tem sido generosa em empréstimos ao longo dos vários anos. O presidente do país John Magufuli, sob pressão de países doadores que criticavam os direitos humanos na Tanzânia, como por exemplo a Dinamarca, foi citado, em Novembro de 2018, a defender a assistência financeira de Pequim, pois trazia menos condições do que a de outros países. “O que traz felicidade com a ajuda deles é que não está ligada a nenhuma condição. Quando decidem dar [assistência], simplesmente dão” (Mohammed, 2018). São igualmente as empresas chinesas, a maior parte delas estatais, que executam projectos de infra-estruturas no país. Logo em 1975, a RPC ajudou a financiar a construção dos caminhos-de-ferro que ligam a Tanzânia e a Zâmbia (TAZARA) e em 1988 as minas de carvão de Kiwira.

Em 2013, foi assinado um acordo para o desenvolvimento do porto de Bagamoyo, a cerca de 60 quilómetros (para norte) de Dar es Salaam, a maior e mais populosa cidade do país, de forma a que pudesse receber mega-navios e suprir as necessidades e fragilidades do actual porto de Dar es Salaam, a principal porta de entrada de mercadorias na Tanzânia, responsável igualmente por mercadorias com destino aos países vizinhos sem acesso ao litoral. Apesar de, em 2018, as obras ainda não terem arrancado, a agência oficial de notícias da RPC, a Xinhua, dava nota em Maio desse ano que as conversações para as obras arrancarem, entre as várias partes e que incluem responsáveis governamentais da RPC, da Tanzânia, da empresa estatal China Merchants Holdings International e do Fundo Geral Estatal de Reservas de Omã, continuavam. O projecto está orçamentado em 10.000 milhões de USD e para além do mega-porto inclui uma zona económica especial, muito à semelhança do projecto que foi aplicado na cidade chinesa

de Shenzhen, que faz fronteira com Hong Kong. A concretizar-se, poderá tornar-se o maior porto de África.

Foi ainda uma empresa estatal chinesa, a China Harbour Engineering Company, a escolhida para assinar com o governo tanzaniano, em Junho de 2017, um contrato de 154 milhões de USD, obtido através de um empréstimo ao Banco Mundial, de forma a expandir o porto de Dar es Salaam. Os laços militares são igualmente fortes e ao longo dos anos tem havido troca de visitas de responsáveis militares e governamentais com a pasta da defesa, para além de exercícios militares conjuntos. Em Outubro de 2014, por exemplo, ocorreu durante cerca de um mês o primeiro exercício naval conjunto entre os dois países, o *Beyond/Transcend*, a que se seguiram várias visitas de outros navios da marinha de guerra chinesa. Há também a referência à entrega de veículos e materiais militares da parte da China, ao longo dos anos, tais como veículos anfíbios, tanques, morteiros, sistemas aéreos de defesa de curto alcance, lançadores de *rockets*, transportadores de pessoal blindados e aviões de combate, navios de guerra e outros navios. Em Fevereiro de 2018, o presidente da Tanzânia inaugurou o Centro de Treino Compreensivo das Forças de Defesa Popular da Tanzânia, construído com a ajuda da RPC. E já em 1976, também tinha sido a China a ajudar na construção da Academia Militar da Tanzânia.

País da África Oriental, o Quênia faz fronteira com Somália, Etiópia, Sudão do Sul, Uganda e Tanzânia. As relações bilaterais entre RPC e Quênia iniciaram-se pouco depois da independência deste país, em Dezembro de 1963. Segundo dados de 2016 disponíveis no The Observatory of Economic Complexity, a RPC representa para o Quênia apenas 1,9% das exportações (essencialmente, minério de titânio, minério de nióbio, tântalo, vanádio e zircônio, e couros curtidos de equinos e bovinos) mas 35% das importações (o que equivale ao primeiro lugar neste caso quanto aos países de importação, sendo que o item mais importado são fatos de mulheres não-malhados, e que equivale apenas a 3,7% das importações da China). A RPC é, e segundo dados publicados em 2018 pelo Business Daily Africa, a maior credora do Quênia, possuindo 72% da dívida bilateral deste país. Muito deste montante deve-se a investimentos na área da ferrovia de bitola padrão. A linha de comboio entre a capital Nairobi e a cidade costeira de Mombaça, numa distância de cerca de 472 quilómetros, é o maior projeto de infra-estruturas do país desde a independência, foi financiado e construído pela RPC e agora é operado por uma empresa chinesa.

Em Dezembro de 2018, surgiu uma notícia num jornal local, o African Stand, que citava uma auditoria concluída pelo auditor-geral do Quénia, dando conta de que a dificuldade do país em saldar atempadamente as dívidas para com a China, poderia levar os chineses a tomarem conta do porto de Mombaça, um pouco como aconteceu com o porto de Hambantota. O Quénia é, segundo dados do China Africa Research Initiative que representam o período entre 2000 e 2017, o terceiro país de África ao qual a RPC mais emprestou fundos. O presidente do país, Uhuru Kenyatta, contudo, desmentiu aos jornalistas que o país estivesse em risco de perder o porto. Um outro ponto de interesse da RPC no Quénia é a pequena cidade portuária de Lamu, a cerca de 200 quilómetros a norte de Mombaça. Um projecto para a construção de uma central termoelétrica a carvão está na calha para avançar, construído e financiado pela RPC. Uma série de processos judiciais, contudo, têm adiado o projecto.

Já com a África do Sul, os laços diplomáticos foram estabelecidos em 1998, e desde então o relacionamento entre estes dois países não tem parado de se aprofundar, tanto que em Agosto de 2010 assinaram a Declaração de Pequim, que fundou uma parceria estratégia compreensiva. O início deste relacionamento, contudo, não foi fácil, pois o país mantinha boas relações com a República da China. Desta forma, Nelson Mandela optou, em 1994, por fazer um reconhecimento dual, reconhecendo o governo de Pequim sem alienar Taipé, o que acabou por durar apenas até 1998. Em 2016, a RPC era já o maior parceiro comercial da África do Sul, representando 18% das exportações e a mesma percentagem nas importações, equivalendo ambos ao primeiro lugar quanto ao fluxo comercial da África do Sul. O produto mais exportado pela África do Sul é o ouro, e ao nível das importações trata-se essencialmente de equipamento de radiodifusão e computadores pessoais, segundo dados The Observatory of Economic Complexity. Geograficamente, a África do Sul está numa posição privilegiada, tendo uma costa índica e outra atlântica. Faz fronteira com Moçambique, Lesoto, Suazilândia, Zimbabué, Botswana e Namíbia. Ao nível militar e de defesa, os laços também se têm vindo a aprofundar. A parceria estratégica compreensiva já incluía o desenvolvimento das relações a esse nível. Regularmente, os dois lados já se encontram para debater questões ligadas à segurança e à defesa no Comité de Defesa China-África do Sul (em Agosto de 2018 decorreu o oitavo encontro).

Em Junho de 2018, foi notícia a chegada do 28.º Grupo de Escolta (ETG546) chinês à base naval da cidade de Simon, perto da Cidade do Cabo, e a principal na África

do Sul, para uma visita de cortesia, numa paragem que tem sido referenciada como cada vez mais comum por parte de navios de guerra da RPC. A visita de Estado de Xi Jinping a Pretória, também em Junho de 2018, veio reforçar laços por ocasião dos 20 anos do estabelecimento de relações bilaterais, mas não só. Durante a visita, o presidente Cyril Ramaphosa anunciou que a RPC se tinha comprometido com investimentos no país da ordem dos 14.700 milhões de USD.

IV.3. As infra-estruturas como instrumento de política externa chinesa

A descrição feita foi um roteiro muito breve de alguns locais em países amigos da China, no Índico, sobre os quais se tem falado mais insistentemente para o nascimento de uma nova base militar, seja em que moldes for. E se se fala destes países em concreto não é por existirem meros rumores, mas antes devido a um conjunto de factores substantivos que contribuem para que em qualquer deles possa nascer a segunda base chinesa. Seja pelas relações diplomáticas bilaterais fortes, ou seja pelo comércio entre a RPC e esses países, ao qual se veio juntar mais recentemente uma vaga de investimento em infra-estruturas (em muitos casos preponderantes para o desenvolvimento económico e social desses países e que nunca poderiam desenvolver sem o forte envolvimento e investimento chinês), muitas das quais agora inseridas no projecto da BRI. Mas um conjunto muito extenso de portos, em diferentes cidades e vários países, é continuamente alvo de actualização por centenas de académicos e militares chineses que, embora não falando em nome do estado chinês, reflectem as ambições gerais encontradas no discurso doméstico na China sobre esta matéria, e que pode ser resumido na frase: “Seleção meticulosa de locais, implantação discreta, prioridade à cooperação e infiltração lenta” (Thorne e Spevack, 2017: 19).

Num artigo de 2015, publicado num jornal da Universidade da China de Relações Internacionais, o autor descreve o conceito de “primeiro civil e mais tarde militar”, segundo o qual um porto comercial seria construído com o objectivo de mais tarde se tornar num ponto de apoio estratégico:

Use os portos principais como pontos de investimento, utilize os recursos locais, estabeleça uma zona de desenvolvimento económico, complemente as indústrias do aço, construção naval, mineração [e] faça com que estes portos

gradualmente possuam a capacidade de oferecer apoio logístico aos navios chineses e se tornem pontos de apoio da China no sudeste asiático, de forma a criar-se um ambiente externo vantajoso para a ascensão da China (2017: 24).

Como se verificou anteriormente, muitos dos projectos que a China desenvolve agora em vários países amigos estão inseridos na BRI, da qual faz parte a Rota Marítima da Seda do Século 21 (que como referido anteriormente, visa a ligação por mar da China, através do Estreito de Malaca, à Índia, Médio Oriente, África Oriental e Mediterrâneo). Algumas fontes, quer ocidentais, quer chinesas⁸⁹, indicam que para a RPC será fundamental assegurar uma presença militar no Oceano Índico, ao longo do caminho previsto para a Rota Marítima da Seda, seja através da negociação da criação de bases militares de raiz, seja através do acesso facilitado a infra-estruturas portuárias que possam ser também acedidas pela sua Marinha, como forma de tornar seguras essas vias de comunicação e até de, eventualmente, deter algum potencial inimigo.

Morgan Clemens não tem dúvidas ao afirmar que “é claro que a China tem um interesse real numa cada vez maior presença militar ao longo das vias de comunicação marítimas vitais para a economia chinesa” (2015), sendo que “a questão vital” prende-se apenas ao “grau no qual a crescente actividade económica da China ao longo dessas rotas marítimas se traduzirá num aumento da actividade militar” (2015). Clemens acredita que na próxima década “provavelmente a RPC vai desenvolver uma cada vez maior presença militar ao longo de certas zonas do Oceano Índico por onde passa a Rota Marítima da Seda”, mas de uma forma relativamente lenta e sem desenvolver instalações militares de forma explícita, mas antes suportando as actividades militares com recurso a portos comerciais. Este recurso, porém, deverá ser concretizado, segundo Clemens, envolvendo empresas-estatais da RPC ligadas à gestão de instalações portuárias comerciais, principalmente a oeste de Singapura (2015).

Segundo Thorne e Spevack, “os investimentos portuários da BRI estão no cruzamento da promessa de Pequim de promover o desenvolvimento económico e a crescente presença das forças armadas da China no Indo-Pacífico” (2017: 10). Desde pelo

⁸⁹ São os casos de, por exemplo, o director da Administração Oceânica do Estado Liu Cigui, do estrategista e professor da Universidade Nacional de Defesa Liang Fang, ambos citados numa comunicação efectuada numa conferência por Morgan Clemens sobre a Rota Marítima da Seda do Século 21 e o ELP (2015).

menos 2002 que a China tem investido em portos que se estendem da costa leste africana ao Mar da China Meridional. Por um lado, Pequim assegura que os investimentos que promove nestas áreas trazem revitalização financeira aos parceiros. Por outro lado, alguns desses portos têm recebido navios da Marinha chinesa. São as intenções chinesas benignas, como sempre proclama? Ou a utilização dos investimentos não passa de uma estratégia para remodelar a geopolítica global em seu favor? (2017: 10).

Nadège Rolland baseia-se em fontes chinesas para afirmar que o primeiro objectivo de Pequim é acumular influência política e económica com os projectos financiados pela RPC. Mas, Christopher D. Yung e Ross Rustici sustentam que aos portos financiados pela China falta a necessária infra-estrutura de suporte para uma guerra convencional, apesar de não deixarem de poder ser usados como pontos de apoio logístico para patrulhas navais de longo alcance na defesa de interesses no estrangeiro (Thorne e Spevack, 2017: 11). Através da análise de 15 projectos chineses para portos no estrangeiro⁹⁰, Thorne e Spevack sugerem que “a RPC não está nem à procura de vantagens políticas, nem em busca de hegemonia militar regional”. Em vez disso, “Pequim está a moldar o Indo-Pacífico para assegurar que os seus interesses de segurança nacional são adequadamente protegidos através do desenvolvimento de portos comerciais que podem facilitar patrulhas militares de longo alcance e investimentos que podem gerar boa-vontade política ou, se necessário, poder coercivo” (2017: 11).

Em todo o caso, não se pode afirmar que a China investe mesmo que os investimentos não sejam rentáveis, tendo como fim último um eventual uso militar. No geral, os dados compilados por Thorne e Spevack sugerem que a RPC “prefere investimentos rentáveis, mas este retorno financeiro não é um dos factores motivadores decisivos para as empresas chinesas em todos os casos”. Em muitos, a China “pode ter uma visão de longo-prazo, acreditando de forma ostensiva – ou esperando – que os seus portos terão eventualmente viabilidade comercial, merecendo assim ainda mais investimento” (2017: 34-35).

⁹⁰ A selecção de casos, segundo os autores, foi baseada na diversidade geográfica, na importância relativa do projecto nas discussões da BRI e na quantidade de literatura disponível. Os locais analisados são: porto de Chittagong (Bangladesh), porto de Colombo (Sri Lanka), novo porto de Koh Kong (Camboja), porto de Darwin (Austrália), porto multifunções de Doraleh (Djibouti), porto e doca seca de Al Duqm (Omã), porto de Gwadar (Paquistão), porto de Magampura Mahinda Rajapaksa (porto de Hambantota, Sri Lanka), porto de Kuantan (Malásia), porto de águas profundas de Kyaukpyu (Myanmar), projecto em Malaca (Malásia), porto de Muara (Brunei), porto de Payra (Bangladesh), porto de Tanjun Priok (Indonésia) e porto de Klang, porto de Sittwe e porto de Sonadia (Malaysia/Myanmar/Bangladesh).

Num outro estudo conduzido pelos investigadores Christopher D. Yung e Ross Rustici, foi analisado quais, de entre seis, os modelos logísticos que mais se poderiam adequar às necessidades da RPC no Índico, ao nível de futuras missões navais para promover os interesses económicos, políticos e de segurança em expansão no exterior. De entre esses seis modelos avançados, apenas dois se conformam com os princípios da política externa chinesa: o modelo de instalação logística de uso duplo, que compreende uma utilização de instalações portuárias, e outras, a nível comercial, mas também militar, e o modelo “colar de pérolas”, já referido anteriormente. Concluíram que “há pouca evidência física que sugira que a China pretende usar instalações portuárias comerciais associadas [ao modelo] “colar de pérolas” para apoiar operações militares”, facto evidenciado pelos “actuais padrões operacionais de comportamento naval da China que não envolvem nenhum dos supostos locais do “colar de pérolas” (2014: 47). Por outro lado, o modelo de instalação logística de uso duplo foi identificado como tendo uma série de características apelativas e com potencial para ser usado pelos militares chineses no Índico. Segundo este modelo, a China provavelmente instalaria bases em países com os quais mantenha uma relação de amizade duradoura e interesses estratégicos semelhantes, como acontece com o Paquistão (2014: 47).

Ainda assim, são notados alguns possíveis constrangimentos quanto a uma possível presença militar a oeste de Singapura. Clemens começa por enunciar o cuidado que a liderança chinesa pode querer ter de forma a que a RPC não interfira (aparentemente) nos assuntos de outros países, uma marca da sua política externa. “Mesmo que a China seja um poder revisionista, não é tão radical”, afirma, lembrando que na mente dos líderes da RPC estará sempre evitar qualquer conflito com a Índia, que pode percepcionar a presença militar da China no Índico como uma ameaça. Por outro lado, há que contar com a própria relutância de alguns países que se situem ao longo da Rota Marítima da Seda do Século 21 em aceitar uma presença militar explícita da China nos seus territórios. A RPC tem, ainda assim, ferramentas que podem ajudar a ultrapassar estes entraves, como sejam as ajudas económicas e ao desenvolvimento prestadas a alguns países, ainda que estes possam querer cooperar economicamente com a China e em assuntos de segurança com os EUA, Índia e outros países, que não a RPC. Por último, enumera Clemens, a própria presença dos EUA na região, e mesmo de outros países, pode ser dissuasora para a RPC, tanto mais se se tiver em conta que os portos mais usados pelos chineses nas missões de combate à pirataria no Índico, como Áden, Djibouti ou

Salalah, são igualmente usados pelas marinhas de guerra dos EUA e de outros países (2015).

Ainda assim, se uma expansão da Marinha de guerra chinesa coloca desafios às relações estratégicas e militares EUA-RPC, também pode abrir um leque de oportunidades, como aumentar a cooperação em operações de segurança não tradicionais, aumentar o diálogo EUA-RPC-Índia, e eventualmente de outros países, quanto à necessidade de protecção das vias marítimas de comunicação, maior cooperação na área do contra-terrorismo e da segurança marítima, participação em exercícios navais conjuntos entre EUA-RPC-Índia e expansão de oportunidades ao nível da cooperação logística (Yung, 2014: 48).

Para Thorne e Spevack, “a BRI é uma doutrina de política externa que está a impulsionar o investimento chinês em infra-estruturas pelo mundo e que, se completada como previsto irá provavelmente moldar a economia global por muitas décadas” (2017: 65). Apesar de os documentos oficiais referentes à BRI o desmentirem, assim como as declarações de oficiais chineses, na verdade muita da análise não oficial produzida por diversos analistas chineses contradiz a narrativa oficial da benignidade da política seguida. Estes analistas dão prioridade à segurança dos “investimentos principais” da China em lugar do desenvolvimento económico do Indo-Pacífico, ou seja, da estratégia *win-win* que Pequim diz seguir e que beneficiaria tanto a RPC como os países alvo desses investimentos. Assim, são vários os analistas chineses que sugerem que investimentos em portos e infra-estruturas industriais relacionadas podem ser usados para gerar influência política e criar “estados de apoio estratégico”. Os portos são mesmo descritos como potenciais “pontos de apoio estratégico” através dos quais a China pode desenvolver *hubs* logísticos que apoiem uma presença militar expandida. No terreno, observou-se que muitas das infra-estruturas marítimas nas quais a China investiu poderão ter duplo uso e legitimar tanto actividades comerciais como operações militares, sendo constantemente sugerido a Pequim, por vários analistas, que se procure activamente ganhar vantagens geopolíticas dos seus portos (2017: 65). No final, Thorne e Spevack parecem não ter dúvidas da leitura que devem fazer dos dados recolhidos: “se os estados não aprenderem as lições do Indo-Pacífico, a China continuará a seguir uma estratégia de segurança que utiliza investimentos em infra-estruturas para gerar influência política, expandir furtivamente a presença militar de Pequim e criar um ambiente estratégico vantajoso” (2017: 66).

A sobreposição de projectos de infra-estruturas da BRI com o nascimento de bases ou “locais” que sirvam como pontos de apoio estratégico à Marinha da RPC levou Jonathan E. Hillman a apresentar uma investigação sobre como é que os estados têm usado infra-estruturas no estrangeiro (seja como financiador, construtor, proprietário ou operador), em tempo de paz, como ferramenta de política externa, com o objectivo de alcançar objectivos estratégicos:

(...) as apostas vão além da economia, como mostram desenvolvimentos recentes. Os investimentos portuários da China no Oceano Índico fizeram soar alarmes, e a sua tentativa de fazer passar uma estrada perto de uma fronteira disputada com o Butão levou a um impasse militar com a Índia em 2017. Alegando preocupações de segurança, a Austrália está a financiar a sua própria rede de fibra óptica para a Papua Nova Guiné e Ilhas Salomão. O presidente sul-coreano Moon Jae-in propôs a conexão à rede ferroviária da Coreia do Norte como parte da estratégia para a paz regional e a integração económica. Inúmeros outros exemplos, desde propostas de novos oleodutos até mudanças na gestão portuária, destacam a importância estratégica que os projectos de infra-estruturas podem envolver (2019: 1).

E fê-lo tendo em linha de conta infra-estruturas de conectividade em três sectores: transportes, energia e tecnologias da informação e comunicação⁹¹. Depois, num quadro, apelidado de “avenidas da influência”, cruza as diferentes etapas de projectos de infra-estrutura (“financiamento”, “design e construção” e “propriedade e operação”) com os respectivos objectivos estratégicos. Assim, na etapa “financiamento” são encontrados objectivos tais como: concessões políticas, recompensa de apoiantes, definição de padrões/normas, acesso a recursos e controlo de operações. Na etapa “design e construção” os objectivos podem ser: definição de padrões, transferência de tecnologia e recolha de inteligência. Por fim, na etapa “propriedade e operação” podem ser encontrados objectivos de recolha de inteligência, restrição de acesso, adaptação a

⁹¹ Muito recentemente, em Portugal e noutros países europeus, houve uma polémica a rodear a futura instalação da rede 5G, com os EUA a pressionar vários países para não deixarem a empresa chinesa Huawei entrar no desenvolvimento das redes 5G devido a alegados riscos de segurança. Este é apenas um exemplo, recente e concreto, de como projectos de infra-estruturas podem ter repercussões a nível de política externa e relacionamentos bilaterais.

disrupções e monopolização de capacidades e tecnologias (2019: 2). Não se analisará ao pormenor cada uma destas etapas e objectivos estratégicos, mas colocar-se-ão em evidência alguns destes pontos identificados por Jonathan E. Hillman, aqueles que são mais significativos para entender com mais propriedade a estratégia que tem sido seguida pela RPC. “O financiamento de infra-estruturas é o caminho mais amplo para exercer influência”, sublinha o investigador do CSIS, que pormenoriza: a primeira e mais importante fase, a negociação dos termos, permite que se retirem concessões políticas, se moldem projectos específicos e se determinem os termos de reembolso; a segunda fase, a transferência de fundos, permite ao credor recompensar apoiantes, ou reter fundos; e a terceira fase, do reembolso, pode proporcionar uma alavancagem se o devedor estiver excessivamente endividado e for incapaz de cumprir os termos inicialmente acordados (2019: 4). Como exemplos, dá os empréstimos que a China ofereceu ao Camboja e Filipinas para reavaliarem os laços militares com os EUA e os investimentos e promessas de mais investimento da parte da China na Grécia, Polónia e Hungria, na sequência dos quais estes países optaram por suavizar o discurso da União Europeia sobre os direitos humanos na China e as suas pretensões territoriais.

Na fase do “design e construção”, as formas como os estados podem promover os seus interesses estão, como na fase anterior, intimamente ligadas. O estabelecimento de padrões pode ser determinado durante a fase do financiamento, mas também durante a fase de design e construção. “O padrão [ou norma] determina se a infra-estrutura do país anfitrião é compatível com a do estado estrangeiro, permitindo ou restringindo o acesso”, refere Hillman. A Mongólia, por exemplo, utiliza na ferrovia a bitola russa (1520 mm) em vez da chinesa (de 1435 mm). Na procura de um equilíbrio entre os seus vizinhos, o debate sobre qual a melhor bitola a utilizar, num país que tem uma indústria mineira que depende do transporte ferroviário, é assumidamente político, estratégico e assume contornos de segurança.

Depois de adoptados, os padrões são muitas vezes difíceis de alterar, mesmo que uma tecnologia mais prática ou avançada fique disponível. “Decisões sobre padrões podem ter impacto em questões de segurança mesmo que elas não sejam estrategicamente motivadas”, defende Hillman. Isto não se aplica apenas aos caminhos-de-ferro, naturalmente. Redes de electricidade, a composição e qualidade do petróleo e gás natural, ou sistemas de navegação podem ajudar a promover a interconectividade entre estados ou, em sentido inverso, dificultá-la, propositadamente ou não. Como sublinha Hillman, a China fez da expansão do sistema de navegação por satélite BeiDou, nos países aderentes

da BRI, uma prioridade (2019: 12). Por outro lado, a influência dos estados também se faz sentir através da transferência de tecnologia. Um acordo para a construção de uma central nuclear tem tipicamente agregado um pacote de contratos de longo-prazo para operar, manter e até reabastecer a infra-estrutura. Há, contudo, uma diferença entre transferência e difusão de tecnologia: a primeira promove a dependência de um estado em relação a outro, enquanto a segunda pode ser usada para fortalecer parcerias entre estados, como sinal de solidariedade e de entendimento bilateral.

Por fim, através da etapa de “design e construção”, os estados podem recolher muita informação sobre outros estados. “Designers e empreiteiros têm acesso a informação pormenorizada que se pode tornar valiosa durante alturas de contingência”, aponta Hillman, completando: “informação pormenorizada sobre um projecto pode fornecer uma perspectiva para as intenções e capacidades de um adversário”. Assim, todo este conhecimento pode ser usado para melhorar a operação de sistemas estrangeiros ou para travar um potencial inimigo (como destruir ou inutilizar infra-estruturas como pontes, *hubs* de caminhos-de-ferro ou centrais eléctricas, que são muitas vezes os primeiros alvos num conflito). Já no campo na tecnologia, como as telecomunicações, um envolvimento mais activo de um estado no desenho de um sistema de comunicações pode permitir a criação de alçapões que o ajudem a suplantar os normais protocolos de segurança. Novamente, o 5G e toda a recente polémica associada à eventual instalação de redes pela empresa chinesa Huawei em países da UE, é um bom exemplo do tipo de preocupações levantadas neste campo (2019: 11-16).

Já na fase de “propriedade e operação”, Hillman recorda que “há uma longa história de países que usaram portos comerciais para operações de inteligência, quer para a obtenção de informação, quer para esconder o movimento de pessoas e bens”, pelo que a proximidade de um porto às principais vias de navegação, instalações militares ou outros alvos de grande valor “pode aumentar a sua utilidade para efeitos de inteligência” (2019: 17). Por outro lado, os estados podem tentar tomar conta de determinada infra-estrutura, que pode não ter vantagens económicas, apenas para negar a um competidor que eventualmente adquira essa vantagem, ou seja, trata-se de uma lógica de restrição de acesso. Um exemplo recente: o interesse da Índia em operar aquele que é conhecido como o aeroporto mais parado do mundo, o aeroporto de Mattala, no Sri Lanka. Apesar de construído e financiado pela RPC, esta infra-estrutura, que já não recebe voos comerciais, interessa a Nova Deli uma vez que dista do porto de Hambantota, financiado e operado

pela China, apenas cerca de 18 quilómetros, não interessando à Índia que Pequim também se aproprie deste aeroporto (2019: 18).

Quando um estado assume a propriedade e o controlo operacional de infra-estruturas, pode obter dois tipos de amplas vantagens de rede: uma política e uma logística que, porém, trazem riscos. Um estado estrangeiro pode garantir vantagens políticas se demonstrar com sucesso que a sua forma de conduzir negócios é apelativa. Mas projectos que não resultem trazem associados riscos reputacionais. Mais uma vez, o porto de Hambantota é um mau exemplo: *layoffs* e promessas por cumprir geraram protestos que por vezes se tornaram violentos. Do porto do Pireu, em Atenas, propriedade da China Ocean Shipping (Group) Company (COSCO) há ecos de um ressentimento local criado por cortes nos salários dos trabalhadores e demissão de outros, para além do aumento das taxas portuárias. Desta forma, acredita Hillman, “se a China estivesse principalmente interessada em gerar boa vontade política a partir daquele projecto, poderia fazer acordos mais generosos com os grupos de trabalhadores locais”. Por isso, “a longo prazo, a menos que o estado estrangeiro esteja disposto a fornecer subsídios sem fim, o sucesso comercial torna-se essencial para o projecto continuar em operação” (2019: 19).

Ao nível logístico, contudo, os estados que possuem e operam redes de infra-estruturas globais podem usufruir de maior mobilidade e resiliência a rupturas. “As infra-estruturas de transportes são críticas para a mobilidade militar. Como um especialista resumizou: ‘a mobilidade global consiste em possuir portos marítimos e aeroportos, linhas de comunicação e centros de sustentação que forneçam um alcance, velocidade e capacidade globais para a movimentação de forças para as áreas de necessidade, movimentações de apoio às operações e movimentação de forças para outras áreas operacionais e que propiciem o regresso dessas mesmas forças aos pontos de origem após a conclusão da missão’” (2019: 20). Hillman recorda um exemplo da I Guerra Mundial para abordar a situação da RPC na actualidade. Em 5 de Agosto de 1914, um dia depois de declarar guerra à Alemanha, o Reino Unido cortou os cabos de telégrafo da Alemanha que ligavam o país directamente a outros países fora do continente europeu. Estes cabos permaneceram desactivados durante a duração da guerra ficando a Alemanha com um único cabo indirecto que passava por Londres e permitia aos serviços secretos britânicos interceptar as mensagens alemãs. “À medida que as suas empresas estatais constroem uma crescente percentagem da rede mundial submarina de cabos de fibra óptica, a China poderá desfrutar de vantagens similares no futuro” (2019: 20-21).

Parece, assim, certo que os estados podem usar projectos de infra-estruturas no estrangeiro para alcançarem objectivos não económicos. Hillman defende que “projectos de infra-estruturas têm impacto directo em questões tradicionais de política externa, incluindo diplomacia, inteligência e operações militares” e que, enquanto “alguns destes impactos são intuitivos, outros requerem uma compreensão mais pormenorizada de como os projectos de infra-estruturas são concebidos, financiados, construídos e operados” (2019: 23). O cruzamento destas várias dimensões aqui analisadas permite colocar em evidência um padrão que a RPC tem vindo a seguir no Indo-Pacífico. A BRI talvez seja o mais ambicioso plano de infra-estruturas e interconectividade algumas vez planeado e que pode, segundo algumas estatísticas, levar a RPC a investir mais de 1 trilião de USD em projectos de transporte marítimo e terrestre, energia e logística. Mas o que pode ser um plano eminentemente económico pode trazer de forma dissimulada vantagens estratégicas. Em plena expansão e concretização no Indo-Pacífico, pode esta estratégia ser aplicada no Atlântico, nomeadamente na África atlântica? Os EUA admitem que sim, acreditando que a China poderá obter algumas vantagens militares através do investimento em projectos relacionados com a BRI “caso necessitasse de acesso a portos estrangeiros seleccionados para pré-posicionar o apoio logístico necessário para sustentar instalações navais em águas tão distantes quanto o Oceano Índico, Mar Mediterrâneo e Oceano Atlântico para proteger os seus interesses crescentes” (Office of The Secretary of Defense, 2018: 111).

V. O Atlântico e a Expansão Chinesa

V.1. O Retorno Chinês a África

Um breve encontro, foi esta a forma utilizada por Chris Alden para descrever a chegada a África de Zheng He, que viveu entre 1371 e 1433 (ou 35 segundo outros relatos). Almirante e diplomata, Zheng ajudou a estender a influência marítima e comercial da China pelas regiões que bordejam o Índico, incluindo territórios africanos. Comandou sete expedições navais cerca de um século antes de os portugueses terem alcançado a Índia através da dobragem do cabo da Boa Esperança. Quase 500 anos depois deste primeiro encontro no século XV, o mesmo Alden fala de um *flirt* da RPC com os territórios coloniais nos anos 60 do século XX, desta vez com a diferença de que Pequim alcançava zonas de África onde não tinha chegado com Zheng He. Em muitos casos, esta aproximação chinesa acabou por ter muita importância no subsequente desenvolvimento das relações sino-africanas num passado recente e no presente, ainda que após os anos das revoluções e lutas anticoloniais em África, e da Revolução Cultural na China, e até pelo menos 1990, essa relação não tenha tido um grande desenvolvimento, pelo menos no plano económico.

Talvez há dez ou 20 anos fosse impensável observar uma presença chinesa regular no Atlântico africano, mas hoje, com o investimento chinês nesta região do mundo, com o desenvolvimento das novas rotas da seda marítimas e os laços políticos e económicos profundos entre Pequim e quase todos os governos dos países africanos, parece natural que a defesa deste novo espaço possa estar nos planos dos estrategas e líderes da RPC. Actualmente, a RPC é o maior parceiro comercial de África (Cf. Anexo III), o que acontece desde 2009. Segundo dados do China Africa Research Initiative, da Universidade John Hopkins (EUA), o valor das trocas comerciais entre a RPC e África (incluindo o norte⁹²) alcançou em 2017 os 148 000 milhões de USD, depois de um pico de 215 000 milhões de USD em 2014. Angola, África do Sul e República do Congo foram, em 2017, por ordem, os três principais países exportadores para a China. Em sentido

⁹² Muitos dados são compilados tendo em conta apenas as trocas comerciais entre a RPC e a África subsariana.

inverso, África do Sul, Nigéria e Egito foram os três principais compradores de bens a Pequim.

Para Chris Alden (2005) “a crescente presença da China em África introduz uma nova dinâmica nas relações do continente com o mundo exterior. Motivada pela procura de recursos vitais e novos mercados para dinamizar a sua economia, a par de um compromisso com o multilateralismo, Pequim embarcou numa ofensiva comercial e diplomática abrangente que está a desafiar a preeminência ocidental na região”, pouco depois de os resultados do investimento chinês em África começarem a ser visíveis. A resposta dos governos de vários países a esta nova fonte de investimento e ajuda foi “entusiástica”, embora a cooperação entre os dois blocos tenha permanecido limitada “pela natureza assimétrica das relações” (2005).

Mas como se explica esse entusiasmo? Alden refere que no centro da entrada rápida da China nos mercados africanos esteve “a promoção deliberada de uma política externa sem ‘cordelinhos’ políticos que, quando acoplada à vontade de Pequim para providenciar ajuda e conceder empréstimos, provou ser tremendamente atraente para os líderes africanos” (2010). Um marco significativo no desenvolvimento das relações sino-africanas deu-se em 1993 quando a China deixou de ser exportadora de petróleo para o continente passando a importadora. Com o reconhecimento pela liderança chinesa pós-Deng Xiaoping de que para manter o ritmo de crescimento do país em dois dígitos seria necessário encontrar fontes seguras de energia, assim como de outros recursos críticos, África passou a ser uma das prioridades. “Desde que o líder chinês Jiang Zemin visitou o continente africano em 1996 e estabeleceu oficialmente relações de marca não ideológica com ênfase na aquisição de recursos, o desafio da política externa da China para com África consistiu em enquadrar esta nova abordagem em termos que se tornassem apelativos a governos africanos cépticos”, aponta Chris Alden (2010).

Mas os países africanos tiveram primeiramente interesse para a RPC não só por causa das matérias-primas. Durante a Guerra Fria, o continente africano era visto sobretudo como palco de competição ideológica com a URSS e os EUA, assim como com as influências europeias. Foi importante o apoio a movimentos de libertação ideologicamente comprometidos com o maoísmo. Por outro lado, os estados africanos independentes eram a chave para a remoção de Taiwan do seu estatuto oficial de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Mais tarde, os países africanos provaram ainda a sua importância à China sendo essenciais para várias conquistas diplomáticas, como a organização dos Jogos Olímpicos de 2008, que decorreram em Pequim, ou para

o bloqueio de condenações na ONU por violação dos Direitos Humanos. Em Outubro de 2000 foi constituído o Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC) que acabou por ser “o culminar da diplomacia regional da China para o continente africano”, sublinha Alden (2010). A ajuda ao desenvolvimento também tem sido usada por Pequim para cimentar laços e novas conquistas e aliados diplomáticos. Ao contrário de outros investigadores, Deborah Brautigam mostra-se mais optimista e não acredita que a China seja um doador desonesto. “Os chineses estão a ligar negócios e ajuda de forma inovadora” na esperança de que “a motivação pelo lucro tornará estes esforços sustentáveis, aliviando o governo chinês de ter de ressuscitar uma e outra vez os seus programas de ajuda” (2009: 310).

Pode a replicação da estratégia que tem estado a ser seguida no Indo-Pacífico, como forma de Pequim assegurar os seus investimentos e acesso a matérias-primas, mercados e linhas de navegação, ter resultados no Atlântico africano? Tal como efectuado no capítulo anterior, uma análise mais pormenorizada das relações com alguns países africanos pode fornecer algumas pistas. As relações bilaterais entre a Namíbia e a RPC datam do dia após a independência deste país do sul de África, em Março de 1990, momento a partir do qual os laços económicos e comerciais não têm parado de ser aprofundados. A RPC foi o quinto maior destino das exportações da Namíbia (cerca de 5% do total), em 2017, segundo dados recolhidos pelo World Integrated Trade Solution, e o quarto maior mercado de importação (5,15% do total). A partir de 2013, as relações intensificaram-se, e um conjunto de dignitários dos dois lados visitaram cada um dos países, tendo sido assinados nesse ano dois acordos importantes de cooperação económica e técnica. Em Setembro de 2018, por ocasião da Cimeira do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), que decorreu em Pequim, e onde o presidente da Namíbia Hage Geingob se encontrou com Xi Jinping, foi anunciada uma “parceria estratégica cooperativa abrangente”. Hage Geingob, na ocasião, não só reiterou a adesão do seu país à política de “Uma China”, como elogiou o programa de investimentos chinês no âmbito da BRI, acreditando que a iniciativa é benéfica para a conectividade entre países asiáticos, africanos e europeus, assim como para a industrialização de África.

Em Janeiro de 2015, a imprensa da Namíbia deu eco à possibilidade de a China constituir uma base na cidade portuária de Walvis Bay, com base numa carta confidencial trocada entre o embaixador da Namíbia na China e o ministro dos Negócios Estrangeiros do país africano. Mais tarde, esta possibilidade foi desmentida. O activo mais valioso de Walvis Bay é o porto de águas profundas, que desempenhou um papel importante na I e na II Guerras Mundiais. A África do Sul só devolveu este porto com Nelson Mandela, em

1994, e quatro anos após a independência da Namíbia. O advogado Robert C. O'Brien⁹³ sublinha que um eventual avanço da RPC sobre o porto de Walvis Bay é “estratégia geopolítica e naval inteligente” pois desde meados da década de 80 do século passado que pararam as patrulhas das águas “azuis oceânicas” do Atlântico Sul pelas duas potências regionais que o haviam feito então – a Argentina e a África do Sul. Esse papel ficou a cargo do Reino Unido e da respectiva marinha de guerra, nomeadamente da Atlantic Patrol Tasking que mantém uma presença constante de unidades e navios britânicos no Atlântico Sul (2015). Os territórios ultramarinos de Santa Helena, Ascensão, Tristão da Cunha e das Ilhas Falklands ficam nesta geografia e o Reino Unido tem todo o interesse em proteger estes locais estratégicos no Atlântico Sul, também usados pelos EUA.

Mas a crise económica e financeira global de 2007/2008 também veio interferir nestes patrulhamentos atlânticos pelo Reino Unido, tanto que os media têm dado eco a uma presença britânica cada vez mais frágil nesta zona do globo. Juntando a isto uma vontade de Pequim em manter uma eventual presença nesta região, ao facto de existirem relações amigáveis entre a Namíbia e a China, e à localização estratégica do porto de Walvis Bay, que permitiria à marinha de guerra chinesa mais facilmente navegar entre portos de países amigos e patrulhar os pontos estratégicos do Cabo da Boa Esperança e do Cabo Horn, a RPC pode tentar concretizar uma presença mais efectiva. Actualmente, o terminal de contentores do porto de Walvis Bay está a ser alvo de uma expansão, a cargo de uma empresa de construção chinesa, sendo que dados de Fevereiro de 2019 divulgados pela Xinhua davam nota de que a obra está completa em cerca de 85%.

Já as relações diplomáticas entre Angola e a RPC datam de 1983 e em mais de 30 anos de contactos oficiais não têm parado de se aprofundar, existindo trocas bilaterais e cooperação em várias áreas. Em 2010, foi firmada uma Parceria Estratégica, mas os contactos entre ambos os países existem desde antes da independência de Angola, tendo crescido após o final da guerra civil, em 2002, com a RPC a prestar um importante auxílio a Luanda. Segundo dados da China Africa Research Initiative, Angola foi o país africano que mais financiamentos recebeu da RPC entre 2000 e 2017, num total de cerca de 42.800

⁹³ Serviu como representante dos EUA para as Nações Unidas e foi um conselheiro sénior do governador norte-americano Mitt Romney.

milhões de USD⁹⁴. Já segundo o governo angolano, no final de 2017 o país devia à China mais de 20.000 milhões de dólares, o equivalente a mais de 60% de toda a dívida externa do país (Euronews, 2018). Na primeira visita de Estado do presidente João Lourenço à China, em Outubro de 2018, foi conseguido um novo empréstimo no valor de 2000 milhões de USD.

A China é o maior parceiro comercial de Angola e para Pequim a compra de petróleo angolano faz com que o país seja o segundo maior parceiro africano, atrás da África do Sul. Segundo dados referentes a 2017 do Observatory of Economic Complexity, 88% do total das exportações do país eram petróleo, sendo que este hidrocarboneto perfazia nesse ano 97% do total das exportações para a China, enquanto no caminho inverso eram importados um conjunto vasto de produtos, sendo o mais representativo o calçado de borracha, em 8,1% do total importado daquele país. Ao nível da defesa, as relações também têm progredido e, em Agosto de 2018, o Jornal de Angola noticiou que delegações da Defesa de Angola e da China prepararam em Luanda o lançamento das bases para a indústria militar, reequipamento e requalificação das infra-estruturas das Forças Armadas Angolanas (FAA), sendo possível a criação de uma *joint-venture* na área da indústria militar. Ao mesmo tempo, o secretário de Estado para os Recursos Materiais e Infra-estruturas das FAA, tenente-general Afonso Neto, solicitou, no quadro da cooperação e visão estratégica de longo prazo com a China, mais financiamentos destinados a projectos e programas do sector da Defesa (Fragoso, 2018). Também em Angola, país com uma posição central em relação ao Golfo da Guiné e ao Cabo da Boa Esperança, a RPC demonstrou interesse em infra-estruturas portuárias. O Banco de Exportação e Importação da China ajudou a financiar o porto de águas profundas do Caio, em construção em Cabinda (principal área de produção de petróleo em Angola) desde 2014, fruto de uma parceria público-privada, e que estava previsto abrir em 2019, embora tenha sofrido um atraso. A construção deste porto está avaliada em cerca de 832 milhões de USD⁹⁵, inserida na Linha de Crédito da China. Para a primeira fase da obra, que consiste na construção das infra-estruturas portuárias e implementação de uma área de serviços de carga de 100 hectares e um cais com 775 metros de comprimento, foi contratada para o efeito a empresa China Road and Bridge Corporation.

⁹⁴ O organismo salvaguarda que na apresentação destes dados, os valores emprestados “não devem ser reportados como valores de dívida atual, uma vez que muitos países têm pago prontamente as suas dívidas e efectuaram pagamentos substanciais sobre esses empréstimos”.

⁹⁵ Corresponde a 85% do valor da obra.

Só muito recentemente São Tomé e Príncipe, situado estrategicamente no Golfo da Guiné, e no limite do Atlântico Sul e Norte (São Tomé e a ilha de Príncipe ficam a norte enquanto o ilhéu das Rolas é atravessado pela linha do Equador), reconheceu a RPC como o legítimo governo da China (em detrimento de Taiwan). A mudança deu-se oficialmente em Dezembro de 2016, após anos de pressão da parte de Pequim, incluindo através de meios mais dissimulados: por exemplo, não reconhecendo o governo de Pequim, São Tomé e Príncipe era o único país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que não tinha acesso ao Fundo da Cooperação para o Desenvolvimento. Este fundo contém um valor de 1000 milhões de USD, injectado pela RPC, para promoção de projectos de empresas chinesas nos mercados lusófonos e vice-versa. A operação e gestão cabe ao Fundo de Desenvolvimento China-África, na dependência do Banco de Desenvolvimento da China. A nível comercial, as relações entre os dois países ainda se encontram subdesenvolvidas: a China representou em 2017 apenas 0,76% das exportações e 6,9% das importações, segundo dados do Observatory of Economic Complexity. Mas recentemente, em Fevereiro de 2019, destacaram-se algumas notícias que davam conta de que a RPC se preparava para construir um porto comercial multifuncional neste país. “É um projecto que está a ser analisado com a cooperação chinesa e com algumas empresas chinesas”, adiantou o ministro das Obras Públicas e Infra-Estruturas Osvaldo d’Abreu à imprensa, embora as negociações envolvam igualmente alguns parceiros multilaterais, como sejam o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (Macau Hub, 2019).

A empresa China Road & Bridge Corporation e a Macau Legend Development Ltd. já tinham manifestado em Janeiro de 2017 e em Agosto de 2018, respectivamente, interesse em participar num projecto que visava a construção de um porto de águas profundas em Fernão Dias, distrito de Lobata, a norte de São Tomé, o local novamente indicado para albergar o projecto do porto comercial “multifuncional” anunciado pelo ministro (Macau Hub, 2019). E mesmo anteriormente, ainda antes de São Tomé reconhecer o governo de Pequim, por altura da inauguração em 2013 da sede de ligação (de âmbito comercial) entre São Tomé e Príncipe e a China Popular, há registo na imprensa do interesse chinês no desenvolvimento de um porto do género neste país. Já em 2002 houve notícias do interesse norte-americano em constituir uma base naval em São Tomé e Príncipe, tendo em conta a posição estratégica no Golfo da Guiné, e como forma de os EUA poderem monitorizar o tráfego de petroleiros e proteger as plataformas petrolíferas na zona. Na altura, o presidente do país confirmou à RTP Internacional que

o projecto estava a ser estudado pelo Pentágono (BBC, 2002). A intenção não chegou, porém, a concretizar-se.

A Nigéria, a maior economia e país mais populoso de África, e a RPC estabeleceram laços diplomáticos em 1971 e desde então que o apoio económico, político e militar chinês tem sido constante. Em 2005, a RPC avançou para uma “Parceria Estratégica”. A relação tem sido tão especial que chegou ao ponto de a RPC apoiar a Nigéria como candidata a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, enquanto “país em desenvolvimento líder” e, reciprocamente, a Nigéria apoiou as pretensões territoriais de Pequim na região da Ásia-Pacífico. Uma sondagem da BBC World Service em 2014 mostrava a Nigéria como o país do mundo mais pró-China, com 85% dos cidadãos a percepcionarem a influência de Pequim no mundo de uma forma positiva. Para isto, muito contribuiu o desenvolvimento de laços culturais, que incluem programas de intercâmbio de estudantes e desenvolvimento de projectos de media chineses na Nigéria (Ramani, 2016). A nível comercial, a China é um dos maiores parceiros, mesmo não sendo o país para o qual a Nigéria mais exporta, representando apenas 3,2% do total (a Índia, por exemplo, representa 18%), mas a RPC é o principal local de importação, representando 28% do total (o segundo lugar é ocupado pela Bélgica e Luxemburgo, com 8,9% do total), de acordo com dados de 2017 do Observatory of Economic Complexity.

Tal como Angola, a maior fatia das exportações da Nigéria é relativa ao petróleo (76% do total, em 2017), sendo o maior produtor africano do mundo, e a segunda ao gás de petróleo (14%). As companhias estatais chinesas China National Offshore Oil Company, PetroChina e Sinopec têm investimentos neste país, quer a controlar participações em certos poços ou possuindo certas instalações e postos de gasolina. Mas as empresas chinesas estão ainda presentes noutros sectores. No final de 2018, estavam em vias de começar a executar contratos de mais de 20.000 milhões de USD referentes a caminhos-de-ferro, incluindo a ligação entre Abuja e Lagos. A barragem hidroelétrica de Mambilla, no valor de 5.800 milhões de USD, estava em vias de arrancar, construída pela China Civil Engineering Construction Corporation (CCECC) e financiada maioritariamente pelo China Export Import (Exim) Bank. Outros investimentos chineses significativos, em diferentes estádios de evolução, compreendem o aeroporto internacional Nnamdi Azikiwe (no valor de 200 milhões de USD, em construção pela CCECC e financiado pelo Exim), o gasoduto Ajaokuta-Kaduna-Kano (um dos segmentos irá ser construído por um consórcio que junta a China Petroleum Pipeline Bureau e a

Brentex, uma empresa nigeriana), a central eléctrica abastecida a gás de Sagamu (a construir pela China Energy Engineering Corporation, um projecto de 550 milhões de USD) e o porto de Lekki (em Lagos, de águas profundas, destinado a descongestionar o porto de Lagos, cuja construção ficou a cargo da China Harbor Engineering Company, orçamentado em 1500 milhões de USD, e que prevê uma zona de comércio livre) (Page, 2018; 5-7).

Do ponto de vista militar, as relações também são as melhores. Em Maio de 2018, por exemplo, a RPC participou pela primeira vez num exercício naval conjunto no Golfo da Guiné, liderado pela Nigéria, – o exercício *Ekú Kúgbé* – no qual participaram Camarões, Gana, Togo, França e Portugal. Este foi um treino de combate à pirataria, que também afecta as águas do Golfo da Guiné. E já em 2014, tinha sido contratada a China Shipbuilding and Offshore International Company para actualizar o estaleiro naval em Port Harcourt de forma a tornar-se uma fábrica de classe mundial, capaz de construir navios de patrulha *offshore* (OPVs) e realizar manutenção de navios.

Mas tem havido alertas para a grande dependência do país em relação a Pequim. “É hora de os africanos acordarem para as realidades do seu romance com a China”, escreveu já em Março de 2013, em editorial do Financial Times, o então governador do Banco Central da Nigéria, Lamido Sanusi, denunciando: “a China usa as nossas matérias-primas e vende-nos bens manufacturados. Isto era também a essência do colonialismo”. O que quer a RPC de África? “Tudo”, responde o académico Panos Mourdoukoutas num artigo da Forbes (2019): recursos naturais, mercados e localizações estratégicas. Se no Djibouti garantiu um ponto estratégico para a sua Marinha, noutros países está em vias de garantir muito mais. Apesar de tudo, os EUA ainda permanecem um forte parceiro comercial e aliado, sendo o maior contribuinte em investimento directo estrangeiro na Nigéria.

Num estudo de Junho de 2019, elaborado para o CSIS por Judd Devermont, Amelia Cheatham e Catherine Chiang, no qual foram analisados 46 portos (Cf. Gráfico I) na África subsariana, apontou-se claramente para “riscos potenciais à influência americana, assim como à soberania africana” nesta parte do mundo. Nesses 46 portos identificados, foram encontradas evidências de que a RPC tinha estado ou está envolvida no financiamento, construção e/ou operação dessas infra-estruturas. Esta não é, porém, uma lista exaustiva do envolvimento chinês nos portos africanos. “Formando a coluna da BRI marítima da China, investimentos em portos africanos propiciam uma porta de entrada para o comércio e o desenvolvimento económico da região, capacitam a China

com influência política e capacidade de persuasão no continente e fornecem uma base para as actividades da Marinha do EPL”, concluem os autores.

Mas não só: segundo este estudo, os 46 portos identificados estão alinhados com objectivos militares, comerciais e políticos chineses mais amplos, embora seja necessário distinguir, de entre essas infra-estruturas, quais as que têm uma dimensão mais ligada à segurança, daquelas que apenas procuram ganhos comerciais, sendo que nem todas colocam riscos de segurança aos EUA. “Há sinais de que Pequim tenciona usar o investimento nestes portos para aumentar o seu alcance militar e político. (...) Pelo menos seis destes portos identificados nos dados foram visitados por navios da Marinha chinesa ou são de duplo-uso, civil e militar. Sete dos onze portos operados por entidades chinesas são de águas profundas, abrindo a possibilidade para atracagem de maiores navios comerciais, mas também vasos militares”, sublinham.

Os investigadores identificaram a fase de operação/propriedade como “o risco mais imediato aos interesses dos EUA, seguido do financiamento e construção”: assim, na primeira fase, operação/propriedade, apontam que entidades chinesas operam 11 dos 46 portos da África subsariana, sete na costa oeste e quatro na este; na fase de financiamento, entidades chinesas foram responsáveis por 27 dos 46 portos analisados, operando 75% dos portos financiados e tendo construído 90% destas infra-estruturas; e na fase de construção, supervisionaram projectos em 41 dos 46 portos. Outros dados, de 2017, do World Port Index, referidos neste estudo, indicam que o investimento chinês esteve presente em cerca de 17% dos 172 portos da África subsariana, posicionados ao longo de cada costa, “promovendo o acesso chinês às principais rotas marítimas e pontos de estrangulamento”.

Não é, porém, apenas o Atlântico africano que se encontra sob o olhar atento de Pequim.

V.2. O flanco sul-americano do Atlântico e a China

Enquanto os EUA se concentravam na Ásia, procurando, de certa forma, conter a RPC naquela zona geográfica, parecem ter dado menos importância ao seu “quintal”, celebrenemente defendido desde que foi declarada a “doutrina Monroe”, em 1823. A China publicou, em 2008, pela primeira vez um documento de política para a América do Sul e Caraíbas no qual argumentava que os países daquela área geográfica estavam no mesmo

estádio de desenvolvimento da RPC. Esta foi a mesma altura em que um conjunto de presidentes de esquerda liderava países como Brasil, Argentina, Venezuela, Equador, Uruguai e Bolívia, e que se agudizou a crise financeira global, deixando-os fragilizados. Em 2011, Pequim voltou a ser decisivo junto destes países, quando os preços do petróleo de outros produtos subiram exponencialmente, fechando acordos que, por um lado, permitiram a esses países manter-se à tona, e, por outro lado, cimentando o papel da RPC na região como um actor de peso.

O comércio entre a RPC e os países da América Latina e Caraíbas alcançou os 244 mil milhões de USD em 2017, segundo dados citados pelo The New York Times provenientes da Boston University's Global Development Policy Center, e desde 2015 que a China ultrapassou os EUA como principal parceiro comercial (Londoño, 2018). A Foreign Policy, por seu lado, aponta que desde 2005 a RPC já cedeu mais de 150.000 milhões de USD em empréstimos aos países da América Latina e, citando o Comando Sul dos EUA, destacou que, em 2019, 17 dos 31 países da América Latina tinham aderido à BRI chinesa, sendo que daquele total 23 países receberam projectos de infra-estruturas chinesas que incluem 56 portos em toda a região.

Numa visita à Colômbia em Novembro de 2018, o Chefe do Estado Maior da Força Aérea dos EUA, David Goldfein, afirmou que a Administração Trump estava a fazer um esforço no sentido de reforçar as alianças com os países da América Latina, de forma a conter a cada vez maior influência chinesa, mas também russa, na região. Em entrevista à Foreign Policy, colocou a hipótese de os países da América Latina deixarem de fazer parte de operações norte-americanas e aliadas no caso de deixarem de comprar material militar aos EUA, mudando-se para outros mercados, devido a dificuldades de ligação e partilha entre sistemas diferentes (Sligman, 2018). Citando especialistas, aquela publicação refere que, silenciosamente, tanto a China como a Rússia têm estado a exercer influência militar e económica na América Latina, sublinhando que Pequim é “mestre em alavancar o comércio e direccionar o investimento económico para ganhos geopolíticos”, de olho nas vastas reservas petrolíferas da região, mas também com o pensamento em aumentar o sentimento anti-americano naquela região. É referido o apoio que ambos os países têm dado a regimes que antagonizam os EUA, como são os casos de Nicarágua, Bolívia e Venezuela.

A Venezuela é, aliás, um exemplo paradigmático. Sendo um regime ferozmente anti-americano, tem contado com o apoio russo e chinês. Com a RPC, a Venezuela tem uma parceria compreensiva estratégica, firmada em 2014, contabilizando desde então

cerca de 790 projectos de investimento (que passam por infra-estruturas, petróleo, mineração, indústrias leves e de montagens) e cerca de 50.000 milhões de USD de empréstimos até 2017 (Hermoso e Fermín, 2019). Poderá vir ainda a integrar a BRI, o que foi discutido aquando da visita a Pequim do presidente venezuelano Nicolás Maduro, para a XVI Comissão Mista de Alto Nível China-Venezuela, em Setembro de 2018. Em Dezembro de 2018 foi noticiado, e depois desmentido, que a Rússia iria ter uma base militar na ilha de La Orchila, no mar das Caraíbas, a cerca de 200 quilómetros a nordeste de Caracas. As notícias surgiram após a paragem de dois bombardeiros nucleares russos, de longo alcance, Tupolev Tu-160, um avião de transporte Antonov An-124 e um avião de longo alcance Ilyushin IL-62, naquilo que foi lido como uma resposta à decisão dos Estados Unidos de se retirarem do Tratado das Forças Nucleares de Nível Intermédio. Segundo *media* venezuelanos, em 2009 já teriam existido visitas da parte de responsáveis militares russos, tendo Hugo Chávez, o então presidente, colocado à disposição do homólogo russo, Dimitri Medvedev, aquela ilha. Porém, no mesmo dia em que a notícia foi conhecida, a Assembleia Constituinte da Venezuela, pelo presidente Diosdado Cabello, veio desmentir essa possibilidade. Mas a eventualidade da concretização de uma base militar russa, ou mesmo chinesa, na Venezuela não pode ser excluída, principalmente enquanto a instabilidade no país continuar e este depender de Rússia e China (em relação à qual a Venezuela tem uma dívida substancial) para fazer frente aos EUA.

O Chile foi o primeiro país da América Latina a estabelecer relações diplomáticas com a RPC, em 15 de Dezembro de 1970, embora até 2005, data da assinatura de um tratado de comércio livre (também o primeiro acordo do género com um país da América Latina), as relações entre ambos não tenham conhecido um grande aprofundamento. Um melhoramento do acordo começou a ser negociado em 2016 por Xi Jinping e entrou em vigor em 1 de Março de 2019 (sendo apenas o segundo melhoramento de um acordo deste género que a RPC fez, enquanto o primeiro foi um acordo com a ASEAN). Em 2015, foi também assinado um acordo para evitar a dupla tributação (o 100.º que a China assinou). Em Novembro de 2018, foi ainda anunciado que o Chile ia aderir à iniciativa BRI, de forma a aumentar a cooperação económica e política. Ao nível da Defesa, porém, os contactos têm sido mínimos, havendo a registar um encontro entre os ministros da Defesa dos dois países em Junho de 2015. O Chile poderá ter um interesse geoestratégico duplo para a RPC no sentido em que tem acesso uma vasta costa oceânica para o Pacífico mas também acesso ao Atlântico Sul.

Com o Uruguai, as relações diplomáticas foram estabelecidas em Fevereiro de 1988. Em Outubro de 2016, os países decidiram avançar para uma parceria estratégica, em Agosto de 2018 foi assinado um memorando de entendimento quanto à integração do Uruguai na BRI (o primeiro país do Mercosul e do Atlântico Sul a aderir) e, em Março de 2019, num encontro em Montevideu entre o vice-primeiro ministro chinês Hu Chunhua e a vice-presidente Lucía Topolansky, foi reforçada a intenção de se aprofundarem os laços bilaterais e a cooperação.

Em Junho de 2017, o Panamá trocou Taipé por Pequim, e desde então foram assinados pelo menos 28 acordos diplomáticos e de investimento (Youkee, 2018), o que tem criado desconforto em Washington. É pelo canal do Panamá que passam dois terços dos navios com destino ou origem nos EUA. A sua importância é tão grande para os EUA que entre 1903 e 1977⁹⁶ a Zona do Canal do Panamá, um território que compreendia o canal e terras adjacentes, dentro do próprio Panamá, foi controlada pelos EUA, que construiu e financiou a construção desta infra-estrutura. Desde aquela data, a China viu ainda ser-lhe atribuídos contratos para a construção de um porto, um centro de convenções e de uma ponte sobre o canal. O governo panamense está a negociar um acordo de comércio livre com a RPC e esta já é o segundo país que mais utiliza o canal. Em 2013, chegou a ser pensada uma alternativa ao Canal do Panamá, através da construção de um canal na Nicarágua (que não reconhece o governo de Pequim, mas o de Taipé), país que há muitos anos deseja uma ligação deste género entre o Oceano Pacífico e o Mar das Caraíbas. Nesse ano, a Assembleia Nacional da Nicarágua aprovou um projecto de lei para garantir uma concessão de 50 anos para exploração de um futuro canal a uma empresa privada chinesa, a HK Nicaragua Canal Development Investment, do bilionário Wang Jing. As obras arrancaram em 2016, mas desde então o projecto não avançou, existindo rumores de que a China, que estaria por detrás de Wang Jing, embora nunca se tenha provado a ligação, teria perdido para já o interesse na Nicarágua face ao melhoramento das relações com o Panamá. Para além do Panamá, também a República Dominicana, em Maio de 2018, e El Salvador, em Agosto de 2018, trocaram o reconhecimento de Taiwan pela RPC. A área geográfica da América Latina e das Caraíbas sempre foi importante para Taiwan, sendo que nove dos 17 países que reconhecem ainda

⁹⁶ Entre 1977 e 1999 a administração do Canal foi conjunta, entre EUA e Panamá, tendo passado para controlo panamense nesse ano.

Taiwan são desta região. Após estas mudanças, os EUA temem que em breve Belize, Guatemala, Honduras e Nicarágua também possam alterar a sua posição.

A Argentina e a RPC estabeleceram laços diplomáticos em Março de 1972. Em Dezembro de 2014, na sequência de um aprofundamento do relacionamento nas últimas décadas, os dois países firmaram uma parceria estratégica compreensiva, e quatro anos depois o presidente argentino Mauricio Macri declarou em Pequim estar interessado em fortalecer a cooperação e comunicação no contexto da BRI (MNE da RPC, 2018). A nível comercial, a RPC é um importante parceiro da Argentina: representou em 2017, segundo dados do Observatory of Economic Complexity, 7,4% das exportações argentinas (o terceiro lugar, após Brasil e EUA), e 19% das importações (o segundo lugar, logo após o Brasil). Vários projectos conjuntos têm sido levados a cabo na área dos caminhos-de-ferro, minas, infra-estruturas e obras públicas, petróleo e gás, energia hidroelétrica, nuclear e solar, biodiesel, transportes, telecomunicações e electrónica (MNE da Argentina, 2017). Após o início da crise financeira mundial, a Argentina estava em sérias dificuldades em 2009, com a inflação em alta e a pior seca em 50 anos, que afectava o sector agrícola do qual o país depende fortemente. A RPC entrou então em cena e os dois países acordaram nesse ano uma troca de moeda no valor de 10,2 mil milhões de USD, para além da promessa chinesa de 10.000 milhões de USD para investimento nos degradados caminhos-de-ferro argentinos. Valor idêntico foi acordado em Julho de 2017⁹⁷.

Em Novembro de 2012, a China acordou com o governo argentino o uso de um terreno em Quintuco, na província de Neuquén, na Patagónia, por 50 anos e isento de renda, para uma estação de controlo de satélites e de missões espaciais construída pelas forças armadas chinesas⁹⁸ e que será central na conquista da Lua pela China. Sem qualquer ligação a nenhum oceano há, porém, a desconfiança de que a base possa ser usada para fins não pacíficos, apesar de ter ficado especificado de que não poderia ser usada para fins militares. As autoridades locais e deputados são alguns dos críticos, a par dos norte-americanos, que temem as consequências estratégicas de uma base daquele género. Como foi notado num artigo da *The Diplomat* (2016), a base fica na mesma linha

⁹⁷ O acordo permite que os bancos centrais da Argentina e da China façam pagamentos numa moeda na quantia equivalente da outra moeda para facilitar os pagamentos comerciais bilaterais e fornecer apoio de liquidez aos mercados financeiros. Ambos os países evitam assim o uso do dólar norte-americano, para além de ajudar à estabilização do peso.

⁹⁸ O projecto foi levado a cabo pela *China Harbour Engineering Company*, uma subsidiária da *China Communications Construction Company* controlada pelo Estado chinês, e que tem estado na construção de infra-estruturas no Mar da China Meridional.

longitudinal da costa leste dos EUA e à mesma distância que Washington D.C. fica dos satélites geoestacionários posicionados equatorialmente e que servem o Leste norte-americano. Talvez não por acaso, os EUA começaram a financiar um centro de resposta a emergências no valor de 1,3 milhões de USD, também em Neuquén, o primeiro projecto do género dos EUA em toda a Argentina. Os EUA desmentiram, porém, que este centro estivesse relacionado com a base chinesa.

De entre os vários países da América Latina, o Brasil, a maior economia região, tem-se destacado nas relações com a RPC. As relações diplomáticas foram estabelecidas em Agosto de 1974 e desde então que se têm complexificado: em 1993, os países estabeleceram uma “Parceria Estratégica” e, em 2004, criaram a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN); em 2010, foi assinado o Plano de Acção Conjunta 2010-2014 (PAC), que define objectivos, metas e orientações para as relações bilaterais⁹⁹. Em 2012, por ocasião da visita ao Brasil do então primeiro-ministro Wen Jiabao, as relações foram elevadas ao nível de Parceria Estratégica Global”, estabeleceu-se o Diálogo Estratégico Global entre Ministros dos Negócios Estrangeiros, e firmou-se o Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (Ministério das Relações Exteriores). A partir de 2004, os dois países intensificaram as trocas de visitas de alto nível: do lado brasileiro, visitaram a China os presidentes Lula (2004 e 2009) e Dilma Rousseff (2011) e os vice-presidentes José Alencar (2006), Michel Temer (2013) e Jair Bolsonaro (2019). Do lado chinês, visitaram o Brasil os presidentes Hu Jintao (2004 e 2010) e Xi Jinping (2014), os vice-presidentes Xi Jinping (2009) e Li Yuanchao (2015), e os primeiros-ministros Wen Jiabao (2012) Li Keqiang (2015).

A nível comercial, a China já se posiciona como o maior parceiro do Brasil (desde 2009, segundo o Itamaraty), sendo responsável por uma quota de 22% das exportações brasileiras e 19% das importações, de acordo com dados de 2017 do Observatory of Economic Complexity. Por outro lado, de acordo com dados citados pela Agence France-Presse (2018), da Comissão Económica para a América Latina e as Caraíbas da ONU, o Brasil recebeu 55% de todo o investimento efectuado por empresários chineses na América Latina. A RPC figura ainda entre as principais fontes de investimento estrangeiro directo no Brasil, com destaque para os sectores de energia e mineração, siderurgia e agropecuária, segundo o Itamaraty. Tem existido, também, diversificação dos investimentos chineses no país para segmentos como telecomunicações, automóveis,

⁹⁹ Uma versão actualizada do Plano, com vigência de 2015 a 2021, foi firmada pela presidente Dilma Rousseff e pelo primeiro-ministro Li Keqiang em Maio de 2015.

máquinas, serviços bancários e infra-estruturas. Em sentido inverso, há investimentos brasileiros na China, em sectores como aeronáutica, mineração, alimentos, motores, autopeças, siderurgia, papel e celulose, e serviços bancários. Destaca-se, em Março de 2018, o início das obras do porto de São Luís, no Maranhão, por um consórcio liderado pela China Communications Construction Company, com o objectivo de reforçar a capacidade de exportação de cereais (a China é o maior importador de soja do Brasil, que usa para alimentar porcos e é um dos poucos produtos em relação ao qual a RPC confia noutro país para fornecer).

O Brasil é o país com maior costa atlântica no hemisfério sul e, no âmbito da Defesa, tem uma actuação importante em fóruns multilaterais de âmbito regional, como o Conselho de Segurança Sul-Americano (CDS)¹⁰⁰ e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul¹⁰¹, além de participação em tratados e regimes internacionais com reflexos para a Defesa. A parceria estratégica global entre ambos tem como um dos propósitos desenvolver as relações entre as Forças Armadas. Para além do intercâmbio de militares e encontros bilaterais ao nível de Defesa, os projectos comuns (no sector técnico-científico espacial) resumem-se, até ver, ao projecto Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres¹⁰², ferramenta para monitorizar o imenso território brasileiro com satélites próprios de sensoriamento, capazes de detectar ou recolher informações geológicas, climáticas ou afins sobre a superfície da Terra com auxílio de sensores. Neste caso, as imagens captadas são usadas em importantes campos, como o controlo do desmatamento e queimadas na Amazónia Legal, a monitorização de recursos hídricos, áreas agrícolas, crescimento urbano, ocupação do solo, em educação e em outras aplicações¹⁰³.

¹⁰⁰ Instituído em Dezembro de 2008, por decisão dos 12 países que integram a União de Nações Sul-Americanas (Unasul), o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) tem como objectivo consolidar a América do Sul como uma zona de paz, criando condições para a estabilidade política e o desenvolvimento económico-social, bem como construir uma identidade de defesa sul-americana, gerando consensos que contribuam para fortalecer a cooperação no continente.

¹⁰¹ A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi criada pelas Nações Unidas em 1986, com o objectivo de evitar a introdução de armamentos nucleares e outros de destruição em massa na região, bem como, por meio do multilateralismo, aproveitar todo o potencial sócio-económico da área. Além do Brasil, outros 23 países são signatários da ZOPACAS: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai.

¹⁰² Em julho de 1988, os governos do Brasil e da China assinaram um acordo para o desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto. Graças à união de recursos financeiros e tecnológicos, foi criado um sistema de responsabilidades divididas (30% brasileiras e 70% chinesas), com o intuito de implantar um sistema completo de captação de imagens de nível internacional.

¹⁰³ O lançamento do CBERS 04A está previsto para o segundo semestre de 2019 a partir do Centro de Lançamento de Satélites de Tayuan (TSLC), localizado na província de Shanxi, a 700 km a sudoeste de Pequim, através do veículo lançador Longa-Marcha 4B (LM-4B).

Num encontro em 2015, o titular da pasta da Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa da China, Xu Dazheseu, reconheceu o interesse da RPC em expandir a cooperação em programas brasileiros de protecção aos recursos naturais, como o Sistema de Gerenciamento da Amazónia Azul¹⁰⁴, além de dar continuidade à parceria espacial. Com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil, em Outubro de 2018, assiste-se actualmente a um impasse na política externa brasileira. Durante a campanha, e após, Bolsonaro foi identificando a cada vez maior influência da China no Brasil como uma ameaça, e anunciou a vontade de se aproximar mais aos EUA. Ainda durante o mandato da presidente Dilma Rousseff, o escândalo de espionagem ao mais alto cargo da nação brasileira por parte da norte-americana National Security Agency, afundou as relações diplomáticas entre ambos os países e levou ao cancelamento de uma visita de Dilma aos EUA em 2013. A visita acabaria por ocorrer em 2015.

Na primeira entrevista após a tomada de posse, em Janeiro de 2019, Bolsonaro elogiou Donald Trump e afirmou que a aproximação aos EUA poderá vir a ser económica, mas também militar, não descartando uma base militar norte-americana em território brasileiro. Em São Paulo, funciona já desde 2008 o Destacamento de Apoio Naval dos Estados Unidos, dos Fuzileiros Navais. O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência do Brasil, Augusto Heleno, desmentiu depois essa intenção da parte de Bolsonaro, e a Reuters interpretou o aparente recuo devido à oposição das forças armadas em manter em território brasileiro uma presença militar estrangeira (2019). Em Outubro de 2019, o presidente brasileiro visitou durante três dias a China.

V.3. O Atlântico Norte: Portugal, a Base das Lajes e Sines

Portugal reconheceu o governo da RPC a 6 de Janeiro de 1975, numa nota oficiosa do MNE, como “o único representante legítimo do povo chinês” e Taiwan como “parte integral” do território chinês, tendo as relações diplomáticas entre ambos os países sido estabelecidas em 8 de Fevereiro de 1979. A transferência bem-sucedida do território de Macau, em 20 de Dezembro de 1999, ajudou a manter um bom nível nas relações

¹⁰⁴ O Sistema de Gerenciamento da Amazónia Azul (SisGAAz) tem a missão de monitorizar de forma contínua e integrada, as Águas Jurisdicionais Brasileiras e as áreas internacionais de responsabilidade brasileira para realização, quando necessário, de operações de Socorro e Salvamento. O SisGAAz, quando implantado, integrará uma rede de sensores terrestres e marítimos, centros de comando e controle, monitoramento aéreo e ambiental de forma a prover capacidade de controle da mobilidade estratégica das áreas e pronta resposta no caso de ameaça, emergência, desastre ambiental, agressão ou ilegalidade.

bilaterais entre os dois Estados, que foram reforçadas em 2005 quando foi estabelecida uma “Parceria Estratégica Global”. Em Abril de 2019, aquando da visita do presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, à China, o primeiro-ministro chinês Li Keqiang afirmou que a parte chinesa estava disposta a reforçar a cooperação em todos os sectores, pelo que foi assinado um memorando de entendimento de forma a ser estabelecido um “diálogo estratégico”, com contactos anuais.

A crise financeira económica e financeira mundial de 2007/2008, que obrigou Portugal a solicitar um resgate ao Fundo Monetário Internacional, levou a RPC, através de várias empresas estatais, a adquirir empresas bandeira, muitas ligadas a sectores estratégicos, bem como empresas com elevado valor tecnológico, noutros países europeus e em Portugal. Em Dezembro de 2011, a China Three Gorges comprou 21,35% da EDP; em Fevereiro de 2012 a State Grid adquiriu 25% da REN; em Dezembro de 2012 a CTG comprou 49% da EDP Renováveis; em Maio de 2014, a Fosun adquiriu 80% do grupo Fidelidade e esta comprou depois, em 2014, 96% da Espírito Santo Saúde (Campos & Vicente, 2015). Em Dezembro desse ano, a Haitong anunciou a compra de 100% do BES Investimento. Isto fez de Portugal o país da UE com maior peso de investimento chinês em 2014, correspondendo a 1,06% do PIB português (Villalobos, 2015). Um estudo elaborado pela espanhola ESADE, com dados referentes a 2016, mostrava que Portugal era um dos principais países receptores de investimento directo chinês, a par de outros países do sul da Europa, como Espanha, Grécia e Itália. Ainda assim, posicionava-se longe de Alemanha, Finlândia e Reino Unido em termos de valores absolutos (Casaburi, 2018: 15).

Se se tiver em linha de conta um período de tempo mais longo, e o investimento chinês for medido tendo em conta a percentagem do PIB do país receptor, dados recentes, referentes ao período 2000-2017, compilados pela consultora Rhodium Group e pelo Mercator Institute for China Studies (um *think tank* de Berlim), indicam que Portugal apenas ficou atrás da Finlândia, com o investimento chinês a valer 3,1% do PIB nacional (num total de seis mil milhões de euros de investimento): o da Finlândia equivaleu a 3,2% do PIB (num total de 7.100 milhões de euros) e o do Reino Unido, em primeiro lugar quanto a valores recebidos (um total de 42.200 milhões de euros), a valer 1,8% do PIB. Ainda em termos de valores absolutos, e apenas para referência, em segundo lugar fica a Alemanha, ao ter recebido 20.600 milhões de euros (0,6% do PIB), em terceiro a França, com 12.400 milhões de euros (0,5% do PIB), em quarto a Itália, com 13.700 milhões de euros (0,8% do PIB), em quinto a Holanda, com 9000 milhões de euros (1,2% do PIB) e

em sexto a Espanha, com 3.400 milhões de euros (a equivaler 0,3% do PIB) (Ferreira, 2018). Em termos meramente bilaterais, quanto a relações económicas e comerciais, a China foi destino, em 2017, de 2,4% das exportações portuguesas, figurando longe dos principais parceiros de trocas comerciais: Espanha (21%), França (12%) e Alemanha (11%). Ao contrário, as importações de Portugal à China, no mesmo ano, equivaleram a 3% (também longe dos principais parceiros de trocas comerciais ao nível de importações: a Espanha, com 31%, a Alemanha, com 14%, e a França, com 7,3%), segundo o The Observatory of Economic Complexity.

Respondendo às críticas de que Portugal tem estado, nos últimos anos, à mercê do investimento chinês, com possíveis consequências geopolíticas, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, desdramatizou, numa entrevista ao Observador, fazendo menção aos dados anteriormente referidos, ao nível do investimento em valores brutos efectuado pela RPC noutros países europeus, que é muito superior ao que foi feito em Portugal. “Diz-se muitas vezes que Portugal olha hoje muito para a China, que há um peso que alguns acham excessivo do investimento chinês em Portugal, mas eu pergunto: quais são os cinco países europeus em que há mais investimento chinês? O Reino Unido, a Alemanha, a França, a Itália, e só muito depois vem Portugal.” E para não deixar quaisquer dúvidas do tipo de relacionamento com a China, rematou: “A China é nossa parceira, mas não é nossa aliada” (Avillez, 2019).

Portugal tem na base aérea das Lajes (oficialmente, Base Aérea n.º 4, da Força Aérea Portuguesa, subordinada ao Comando da Zona Aérea dos Açores), na Ilha Terceira, um activo geoestratégico de grande valor. A base tem servido de casa igualmente à Força Aérea dos EUA, desde 1943. Os norte-americanos começaram por beneficiar do acordo luso-britânico dos Açores, assinado a 17 de Agosto de 1943, e que, no contexto da II Guerra Mundial, deu ao Reino Unido “facilidades sem restrições para o reabastecimento de combustível, água, frescos e reparações (...) no porto da Horta, a utilização do porto de Ponta Delgada (...), a utilização pela aviação britânica do aeródromo das Lajes, na Ilha Terceira, e do campo de Rabo de Peixe, na ilha de São Miguel, como campo de recurso” (Rodrigues, *apud* Sá, 2016: 376). Mais tarde, após intrincadas negociações entre Washington e Lisboa, foi assinado a 28 de Novembro de 1944 o Acordo de Santa Maria, pelo qual o Estado português veio a construir naquela ilha um aeródromo que veio a ser usado pelas forças armadas norte-americanas, e a 27 de Março de 1945 o acordo do Air Transport Command (ATC), que admitia explicitamente a utilização de Santa Maria pelos aviões do ATC “a título excepcional” (Sá, 2016: 401). Com a inserção de Portugal no

“bloco norte-americano”, já no contexto da Guerra Fria, os Açores passaram a assumir uma importância ainda maior para os EUA, que foram continuamente solicitando o prolongamento da estadia em Santa Maria, inicialmente prevista apenas até ao fim da guerra, e depois tentando aumentar através de acordo a permanência em território português. Quase um ano depois do Reino Unido anunciar que iria retirar das Lajes, estudos estratégicos levados a cabo pelo Joint Chiefs of Staff, em meados de 1946, concluíam que existiam seis bases “essenciais”, das quais três assumiam uma “importância excepcional”: Açores, Gronelândia e Islândia (Sá, 2016: 417). Foi após o acordo de Maio de 1946 mas, principalmente, Dezembro de 1947, que os EUA passaram a ter como base principal as Lajes, ficando Santa Maria reservada à aviação civil.

A importância geoestratégica dos Açores, e das Lajes em concreto, fica patente, se não fosse evidente, no convite a Portugal, única ditadura do grupo inicial, para entrar como membro fundador da NATO, organização internacional que nasceu a 4 de Abril de 1949. Como destaca Tiago Moreira de Sá, no novo sistema de segurança protagonizado pelos EUA, a URSS era o alvo a conter e “as bases no arquipélago eram essenciais para o reabastecimento económico e militar da Europa, assim como para o controlo das rotas marítimas e aéreas do Atlântico Norte” (2016: 439). Finalmente, a 6 de Setembro de 1951, Portugal e EUA assinaram um acordo, mais sólido e prolongado, sobre a Base das Lajes, o qual foi substituído por um Acordo ainda mais amplo em 1995, o mais recente (aprovado em Junho pela Assembleia da República Portuguesa), e que inclui o Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, o Acordo Técnico e o Acordo Laboral.

Mas em 2015, os EUA aprovaram a European Infrastructure Consolidation que visava a reorganização das bases militares na Europa e que em muitos casos se traduzia numa redução da presença militar: era o caso dos Açores. O arquipélago ficava a perder devido, como explica Tiago Moreira de Sá, por um lado “ao predomínio da escola de pensamento declinista nos EUA e adopção da orientação estratégica de ‘retraimento’ e ‘rebalanceamento’ para a Ásia” (2016: 568) e, por outro lado, devido a meras questões tecnológicas: com os mais recentes aviões, capazes de percorrer mais longas distâncias sem necessidade de abastecimento, as Lajes perdem importância. Em sentido contrário, a Base de Morón de la Frontera, em Sevilha, ganhou uma importância acrescida. Pelo menos entre 2008 e 2012, os EUA foram sinalizando que já não davam tanta importância aos Açores, fosse através de entrevistas como a do embaixador norte-americano em Lisboa (no caso, Thomas Stephenson), fosse em encontros oficiais entre os responsáveis

pelas pastas da Defesa (nomeadamente, José Pedro Aguiar-Branco e Leon Panneta), até que em 24 de Novembro de 2012 a Administração Obama comunicou oficialmente a Lisboa a redução do efectivo militar nas Lajes (Sá, 2016: 571-572). Mas passados quase sete anos, e apesar da redução de efectivos, o desinvestimento norte-americano nos Açores não é consensual nos próprios EUA, existindo, nomeadamente no Congresso, um *lobby*, no qual se destaca o luso-descendente Devin Nunes, que defende que se devem dar novos usos à base açoreana.

A contribuir para este interesse não é alheio o suposto interesse da China pelas instalações na Terceira. Em Outubro de 2016, o primeiro-ministro português, António Costa, admitiu em Macau que a base aérea das Lajes poderia ser usada pela China se os Estados Unidos não renovassem o acordo de exclusividade, embora apenas para fins científicos e não militares (Carrapatoso, 2016). “A base nos Açores é muito importante em termos militares, mas também em termos de logística e tecnologia e pesquisa nas águas profundas e de alterações climáticas”, disse António Costa que, após insistência de um jornalista da Bloomberg sobre a utilização da base aérea pela China, admitiu: “Claro que é uma boa oportunidade para criar uma plataforma de pesquisa científica e estamos abertos a cooperação com todos os parceiros, incluindo a China”. Ainda assim, na mesma entrevista, declinou que pudesse ser usada para qualquer outro efeito: “o uso militar da base não está em cima da mesa, o que está em cima da mesa é reutilizar a infra-estrutura para fins de pesquisa”. Na sequência destas declarações, os EUA, através da Embaixada em Lisboa, optaram por, publicamente, não fazer qualquer comentário, como deu nota o Expresso numa notícia de 15 de Outubro de 2016. No mesmo artigo, referia-se que o Governo português estava a colaborar com universidades norte-americanas, assim como com a Administração, no sentido de instalar nos Açores um grande centro científico, no qual a Agência Espacial Europeia estava a colaborar. Mas havia a ideia de abrir o projecto a outros parceiros, como Brasil e, eventualmente, a RPC.

Entre 2012 e 2016 foram várias as comitivas chinesas que aterraram nas Lajes. Primeiro, em 2012, o então primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, e uma comitiva de mais de cem pessoas, fez uma escala de cinco horas. O mesmo aconteceu em 2014, desta vez com o presidente Xi Jinping, que se reuniu com o então vice-primeiro-ministro português, Paulo Portas. E, em 2016, foi a vez de Augusto Santos Silva, ministro dos Negócios Estrangeiros, receber o primeiro-ministro Li Keqiang, numa escala de dois dias. Miguel Monjardino apontou em Setembro de 2016 na sequência destas viagens: “Pequim parece estar interessada no Atlântico, mas Lisboa e os Açores têm interpretações

diferentes das vantagens de uma presença chinesa no corredor azul”. Em Outubro do mesmo ano, o investigador voltou a sublinhar:

Tudo indica que o processo de ajustamento conceptual dos EUA a uma China muito mais ambiciosa e cada vez mais confiante do seu lugar na política internacional promete ser longo e difícil para Washington e para a sociedade norte-americana. Este é um ponto que temos de ter em conta à medida que Pequim se interessa cada vez mais pelo Atlântico e faz questão de passar regularmente pelos Açores. A China tem sido exímia no uso do seu poder económico e comercial para melhorar a sua posição estratégica a nível internacional.

Enquanto não há nenhum desenvolvimento da parte dos EUA quanto às Lajes, e sem qualquer informação oficial da parte da RPC quanto a um qualquer interesse, está em desenvolvimento um projecto científico na Terceira, denominado “The Atlantic International Research Centre”, ou Centro AIR, que se autodenomina como “uma rede de cooperação internacional ao longo e através do Atlântico, com uma abordagem integradora para o avanço e partilha de conhecimento sobre o espaço, atmosfera, oceanos, mudanças climáticas, energia e ciência de dados, bem como suas interações”, e que se debruça essencialmente sobre a cooperação Norte-Sul, Sul-Norte, Leste-Oeste e Oeste-Leste. O Centro AIR foi criado a 20 de Novembro de 2017 no Brasil, na sequência da assinatura da Declaração de Florianópolis e tem oito países fundadores: Portugal, Brasil, Espanha, Angola, Cabo Verde, Nigéria, Uruguai, São Tomé e Príncipe, juntamente com o governo regional dos Açores. São ainda observadores o Reino Unido e a África do Sul. A França é outro possível parceiro de futuro. Integram-no várias universidades e centros de investigação, nomeadamente UROcean, PLOCAN, *Barcelona Super Computing Centre*, Centro de Engenharia e Desenvolvimento de Produto - CEiiA, Universidade do Texas em Austin, Universidade de Cabo Verde, Instituto Marinho da Irlanda, SINTEF, WavEc, Associação RAEGE dos Açores, INESC TEC, o INESC Brasil, o Instituto de Biodiversidade e o Instituto Espanhol de Oceanografia (Tavares, 2017).

A China não participa mas, em Dezembro de 2018, o jornal SOL, que teve acesso ao memorando de entendimento assinado entre Lisboa e Pequim, aquando da visita do chefe de Estado chinês, Xi Jinping, sobre a nova Rota da Seda, adiantou que na “primeira visita oficial que fez como primeiro-ministro de Portugal à China, António Costa acabou

por tornar possível o acordo de cooperação para o estudo subaquático da plataforma marítima portuguesa”. Mais recentemente, o presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa afirmou: “Eu não sei o que aconteceu às cabeças americanas, que descobriram há alguns anos que os Açores já não eram estrategicamente importantes para os Estados Unidos da América. Eu disse para mim próprio: é uma loucura”. No entanto, adoptou um tom de desdramatização, considerando que “o panorama está a mudar” e que estão a ser encontrados “caminhos para resolver o passado” (Lusa, 2019).

É ainda na Terceira que fica o porto de águas profundas da Praia da Vitória, em relação ao qual também já houve notícias do interesse chinês, embora não haja nada de concreto.

O porto de Sines, construído em 1978, é outra das infra-estruturas em Portugal que tem suscitado o interesse chinês. Este é um porto de águas profundas, líder no país na quantidade de mercadorias movimentadas e que apresenta condições naturais ímpares na costa portuguesa para acolher todos os tipos de navios. É o principal porto na fachada ibero-atlântica, cujas características geofísicas têm contribuído para a sua consolidação como ativo estratégico nacional, sendo, por um lado, a principal porta de abastecimento energético de Portugal (petróleo e derivados, carvão e gás natural) e, por outro, posiciona-se como um importante porto de carga geral/contentorizada com elevado potencial de crescimento para ser uma referência ibérica, europeia e mundial, segundo a descrição que pode ser encontrada no site do porto de Sines. É ainda por esta porta que entra um terço do gás liquefeito exportado pelos EUA para a Europa, sendo Sines um dos poucos portos europeus com a capacidade de armazenamento específica. Em Julho de 2019, o governo português aprovou os diplomas legais que estabelecem as bases da concessão do novo terminal Vasco da Gama e a ampliação do actual terminal XXI. O novo terminal terá uma capacidade de movimentação anual de três milhões de TEU (unidade padrão equivalente a 20 Pés) e um cais com 1375 metros de comprimento, com três posições de acostagem simultânea para os maiores navios do mundo.

Para a construção deste novo terminal será lançado um concurso público. Ao jornal Público (2019), a então ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, confirmou tanto o interesse de operadores chineses como de operadores norte-americanos. A COSCO Shipping Ports, o maior operador de terminais de contentores e um dos operadores globais com mais terminais e maior volume à escala global, é um dos operadores chineses que mostrou interesse. O interesse chinês acentuou-se ainda mais com a visita ao porto de Sines, em Maio de 2019, do ministro dos Recursos Naturais da RPC, Lu Hau. Foi a

própria ministra do Mar que ligou esta infra-estrutura portuguesa à BRI: “nesta fase de arranque da iniciativa Faixa e Rota, a maior parte do investimento tem sido concentrado no preenchimento do *gap* infra-estrutural e logístico na conectividade comercial entre os países, na construção de estradas, ferrovia, produção e transporte de energia, e portos”, pelo que é natural que “Portugal faça parte integrante da Nova Rota da Seda, na sua dimensão marítima”, afirmou Ana Paula Vitorino, segundo nota no site do ministério (2019).

A ministra referiu ainda que existem outras oportunidades em Portugal para as empresas chinesas, como é o caso dos portos de Leixões e de Lisboa, e recordou a assinatura recente de um memorando de entendimento pelos dois países, visando a cooperação na Nova Rota da Seda. Também em Novembro de 2017 Portugal e a China firmaram uma Parceria Azul que já referia as potencialidades de sinergia económica, científica, comercial e de inovação entre a economia do mar e a Nova Rota da Seda Marítima (2019). “O objectivo de Portugal é tirar o máximo partido da confluência entre a linha terrestre da Rota da Seda e a sua linha marítima, potenciada pela geografia do país e pelas potencialidades do porto de Sines, um dos raros portos de águas profundas europeus na confluência entre continentes (onde os grandes navios contentores podem acostar)”, analisou a jornalista Teresa de Sousa, numa antevisão à visita de Xi Jinping a Portugal, em Dezembro de 2018.

A utilização de Sines pela China abre a possibilidade de novas ligações com o continente africano e com a América Latina fazendo da utilização do novo Canal do Panamá pela China a via mais rápida e mais barata de atingir os mercados atlânticos. Sines pode ser, de facto, o ponto confluyente entre a rota terrestre e a rota marítima da BRI. Também o porto espanhol de Algeciras, no Mediterrâneo, suscitou o interesse chinês e na visita de Xi Jinping a Espanha, em Novembro de 2018, foi assinado um “memorando de entendimento” entre o porto de Algeciras e o porto chinês de Ningbo, o maior porto do mundo em volume de actividade. Também no Mediterrâneo, o porto grego do Pireu, em Atenas, já permite à China explorar as ligações terrestres com o Médio Oriente e África.

V.4. A rota Ártica e considerações finais

O degelo do Ártico é uma realidade, fruto das alterações climáticas, tanto que em Junho de 2019 o degelo nesta região atingiu valores recordes (Albuquerque, 20; 2019). Mas sendo este um fenómeno conhecido e observado há várias décadas, vários países, nomeadamente a RPC, começaram a tomar posição em relação ao Ártico por, entre outros motivos, o degelo que ocorre durante uma cada vez maior parte do ano abrir a possibilidade de navegação pelo círculo polar.

As duas principais rotas que se abrem são a do Nordeste e a do Noroeste. A primeira passa pelo Estreito de Bering e segue junto à costa da Rússia e depois da Noruega. A segunda passa igualmente pelo Estreito de Bering divergindo depois para junto da costa dos EUA (Alasca) e Canadá. Segundo contas do The Wall Street Journal, a distância entre o porto de Xangai e o de Roterdão, na Holanda (o maior da Europa em carga), pode diminuir das 13.000 milhas marítimas para 8.000, e cortar em duas semanas a viagem em relação à rota através do Canal do Suez, que poderia durar outras duas semanas. Esta rota poderia entrar então em competição com o comboio de carga que parte da China de Leste em direcção à Europa, e tem uma duração de cerca de 14 dias, embora os custos de comboio sejam superiores aos de navio (Noack, 2018). Ainda assim, especialistas em navegação marítima salvaguardam que a natureza imprevisível do gelo do Ártico, a total ausência de infra-estruturas na região, águas relativamente rasas, falta de mapeamentos modernos e custos de seguros mais elevados podem dissuadir as companhias de navegação a utilizar esta rota (Blanchard, 2016).

Em Janeiro de 2018 a China publicou um Livro Branco sobre o Ártico, no qual declarou que “é uma parte interessada nos assuntos do Ártico” e ainda que “geograficamente é um Estado quase-ártico” (Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC, 2018), reforçando assim a ideia, já divulgada anteriormente, de abrir uma “Rota da Seda do Gelo”, a qual já mereceu a concordância da Rússia (desde 2013 que ambos os países trocavam informações sobre a matéria), que se juntou ao projecto para desenvolver essa rota. O secretário de Estado norte-americano Mike Pompeo não deixou de comentar ironicamente que a distância mais curta entre a RPC e o Ártico é de 900 milhas (Niiler, 2019). Entretanto, a RPC possui já dois navios quebra-gelo e instalações de pesquisa na Noruega e Islândia. Este mais recente vector estratégico da política externa da RPC não deixou de ser notado pela primeira vez no relatório ao Congresso dos EUA

de 2019, e que é elaborado todos os anos pelo Pentágono. Neste mesmo relatório, é ainda sublinhado que “a pesquisa civil poderá apoiar uma presença militar chinesa fortalecida no Oceano Ártico, que pode incluir a implantação de submarinos na região como um impedimento contra ataques nucleares” (2019:114), uma ideia que não é desenvolvida. Ao mesmo tempo, a RPC desenvolveu um interesse específico pela Gronelândia, uma região autónoma da Dinamarca. Várias empresas chinesas desenvolvem projectos de mineração, produção de ferro e obras públicas naquele território, havendo ligação directa entre o governo da Gronelândia e as empresas. Em 2017, ficou conhecido o desconforto provocado na Dinamarca pela possibilidade de investidores chineses poderem vir a financiar a expansão dos aeroportos de Nuuk e Ilulissat, para além da construção de uma nova infra-estrutura em Qaortoq. Em Novembro de 2018, o Parlamento da Gronelândia acabou por votar favoravelmente o investimento nos três aeroportos, com fundos adicionais a serem transferidos da Dinamarca. Yang Jiang, investigadora sénior do Danish Institute for International Studies, lembrou que “alguns académicos chineses comentaram a importância geoestratégica da Gronelândia, advogando que a RPC deveria considerar a independência da Gronelândia nos próximos dez anos, de forma a que a China possa fazer os investimentos certos a nível económico e estratégico” (2018). Sublinhou, contudo, que “o Governo chinês tem tentado não dar a impressão de que apoia a independência da Gronelândia, essencialmente porque é contra a independência de Xinjiang, Tibete e Taiwan”. Desembocando no Atlântico Norte, o Ártico pode vir a ser mais uma via-rápida a ser usada pela RPC, principalmente a nível comercial, mas também a nível militar, aumentando os pontos de interesse a defender por Pequim.

Em suma, uma análise mais próxima, país a país, nomeadamente daqueles que têm relações muito estreitas com a China, permite admitir que o modelo seguido no Indo-Pacífico poderá ser transposto para o Atlântico. E se a utilização do músculo económico e financeiro num vasto conjunto de países de África, América do Sul e Latina, e da Europa, pode, por um lado, levar ao controlo por Pequim de um conjunto variado de infra-estruturas essenciais e diversificadas de país para país (veja-se o exemplo já referido do porto de Hambantota, no Sri Lanka), naquilo que é já conhecido como a “armadilha da dívida”, pode, por outro lado, dar a justificação e motivação para a constituição de “lugares” (termo mais inofensivo e neutro do que “bases”), nos moldes abordados anteriormente, como forma de assegurar a segurança de investimentos e de cidadãos chineses no estrangeiro.

Os interesses geoestratégicos da China ultrapassaram há muito as imediações do mar da China Meridional e do Indo-Pacífico. Como actor global, e potência em ascensão, a RPC tem procurado explorar as fraquezas da potência dominante, principalmente numa altura de retraimento dos EUA. O Indo-Pacífico foi um passo natural e o Atlântico parece surgir, de forma também natural, no seguimento, principalmente o Atlântico africano, onde predominam os interesses económicos chineses. São muitos os portos ao longo da imensa costa africana que podem tornar-se pontos de apoio à Marinha do EPL. Mas não só: ao longo da costa Sul e Latino Americana essa perspectiva não pode deixar de ser posta de parte, fruto das fortes relações económicas e políticas entre os vários governos e Pequim, que parece alimentar em muitos casos uma moderna relação de suserania com vários estados.

Estas movimentações não passam despercebidas aos líderes norte-americanos e os alertas sobre esta matéria começam a ser cada vez mais frequentes. Os militares são, habitualmente, os mais contundentes. O capitão James E. Fanell, retirado da Marinha dos EUA desde Janeiro de 2015, com um carreira de cerca de 30 anos como oficial de inteligência naval especializado nos assuntos da Indo-Pacífico e da Ásia, deu conta perante o Comité Permanente de Inteligência da Câmara dos Representantes dos EUA, em 2018, da sua preocupação. “Durante a década passada, vimos a Marinha do EPL operar de forma rotineira e empregar vasos de guerra tão longe como o Oceano Índico e os mares Mediterrâneo, Báltico e Ártico. De facto, em 2015 a China estava a movimentar-se para adquirir espaço de atracagem nos Açores – que fica a cerca de 1/3 do caminho para a costa leste dos EUA desde Portugal – assim como para operar navios de pesquisa hidrográfica no Atlântico Sul – um prenúncio de futuras operações submarinas da Marinha do EPL no Atlântico Norte” (2019: 17).

Na óptica deste militar, a China utiliza o comércio e a economia como o porta-estandarte que lhe permite selar acordos de longo-prazo para infra-estruturas portuárias em todo o mundo e que incluem países aliados próximos dos EUA, como a Austrália (uma empresa chinesa garantiu o arrendamento por 99 anos do porto de Darwin, usado com frequência pelos militares australianos e norte-americanos). Depois, utiliza esses mesmos portos, ou capacita-os, para poderem fornecer atracagem e suporte logístico crítico tanto à marinha mercante chinesa como à Marinha do EPL, incluindo reabastecimento, provisões e manutenção.

James E. Fanell recorda ainda o responsável pelo Comando Sul dos EUA que perante o Congresso dos EUA testemunhou que “‘Vale a pena prestar atenção’ à

possibilidade de a China poder construir uma instalação naval no Hemisfério Ocidental. Ao passo actual, essa instalação não é uma questão de se, mas de quando” (2019: 18). O mesmo Fanell alerta que a China está a empurrar os seus militares “para o Pacífico, incluindo Guam e o Havai, e para as ilhas atlânticas dos Açores”, mostrando-se convencido de que em 2025 a Marinha do EPL pode começar a operar submarinos no Atlântico Norte (2019: 32).

Conclusão

O objecto de estudo da presente dissertação é a expansão marítima chinesa no contexto da BRI , analisado a partir do contexto interno e regional deste país. Ao longo desta dissertação, procurou-se traçar um quadro mais teórico que evidenciasse o trajecto estratégico da RPC e a forma como se tem vindo a posicionar no mundo. Procurou-se ainda colocar em evidência a expansão que está a ser concretizada no Indo-Pacífico, utilizando a BRI como ponta de lança de uma estratégia que parece visar garantir o financiamento, construção e/ou operação de infra-estruturas portuárias em vários países, junto dos quais mantém relações muito estreitas. A concretização de uma presença militar mais efectiva, mesmo que dissimulada sob outra capa, como científica ou comercial, pode ocorrer. Procurou-se também, de forma análoga, verificar de que forma a estratégia que tem estado a ser seguida no Indo-Pacífico pode ser concretizada no Atlântico, nomeadamente na costa africana.

A investigação arrancou com a pergunta: que papel desempenha a Nova Rota da Seda na Expansão Marítima da RPC, desde 2013? Antes de mais, sublinha-se a falta de documentação oficial ou sequer de literatura científica desenvolvida sobre esta questão. Neste momento, o Índico e o Pacífico são os oceanos “quentes” para a RPC e existem, essencialmente, três razões para a China querer ter uma presença no Atlântico: projectar-se como um poder global; proteger as suas vias de comunicação marítima através das quais faz transportar muitos dos recursos naturais dos quais é extremamente dependente, principalmente petróleo; e explorar recursos naturais.

Para responder à pergunta de investigação, elaboraram-se quatro perguntas derivadas, ligadas a uma dimensão externa, interna, histórica e a um contexto regional, e que foram sendo desenvolvidas ao longo de cinco capítulos, e às quais se procurou responder: qual a relevância do contexto internacional para a política externa de Pequim? O contexto interno da RPC propiciou o nascimento de uma nova estratégia geopolítica virada para o Atlântico? A mais recente política externa da RPC tem paralelo no passado da governação comunista do país? O contexto regional do Indo-Pacífico pode influenciar o prosseguimento de uma política de expansão para o Atlântico?

Ao longo dos vários capítulos, procurou-se explorar os antecedentes que levaram Pequim ao Indo-Pacífico e como se tem estado a projectar para o Atlântico. No Capítulo II foi analisada a política externa da China Popular desde o seu nascimento, em 1949.

Com Deng Xiaoping, o país entrou numa nova fase, interna e externamente, nomeadamente através da política de “Reforma e Abertura” e promoção do desenvolvimento económico. Ao nível da política externa, a prioridade foi criar um ambiente pacífico para o desenvolvimento da China através da acumulação discreta de poder, resumido na “estratégia de 28 Caracteres”. Em relação aos EUA, Deng seguiu a linha de Mao até à normalização das relações em Janeiro de 1979, com o reconhecimento de Pequim por Washington. Com a queda do bloco comunista e consequente final da Guerra Fria, nasceu um novo sistema internacional, o qual os EUA passaram a dominar (o chamado “momento unipolar”). Foi também nesta altura que se começou a falar da “ascensão da China” como potência rival dos EUA e futura superpotência. O perfil discreto da RPC nas relações internacionais foi mantido desde o início dos anos 90 até Xi Jinping apresentar em 2013 a estratégia de “esforço pelo sucesso”. Um dos objectivos era permitir à China recuperar o estatuto de potência preponderante na Ásia. Com Xi, que pela primeira vez alcançou as posições de poder quase ao mesmo tempo, a China assumiu no campo internacional uma postura mais assertiva e proactiva, o que fez aumentar tensões com países vizinhos. Xi coloca grande importância no grande “sonho chinês do renascimento nacional” como forma de alcançar o objectivo nacional dos dois centenários, ou seja, o país deverá tornar-se uma sociedade moderadamente próspera até 2021, centenário da fundação do PCC, através da duplicação do PIB entre 2010 e 2020, e um país socialista moderno que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso até 2049.

No Capítulo III, no qual se analisaram seis desafios considerados preponderantes para compreender a estratégia chinesa no âmbito deste trabalho, concluiu-se que Taiwan é a questão de política interna e externa mais importante para a RPC, pelo que qualquer alteração ao status quo actual tem repercussões imediatas. Esta é uma questão de “honra nacional” e de legitimação do PCC mas Taiwan também abarca uma dimensão geoestratégica importante, fechando o geobloqueamento da China, para além de ser um importante nó das linhas de comunicação marítimas do Pacífico Ocidental. Por outro lado, e em relação ao Mar da China Meridional, onde a RPC tem vindo a reclamar terra em zonas de atóis, recifes e bancos de areia, observa-se uma militarização da zona, com restrição de acesso pelas forças armadas chinesas. É ponto assente que Pequim precisa de dominar este mar, o que para já parece estar a conseguir fazer, antes de se estabelecer com segurança noutras águas. Sobre os EUA, destacou-se o retraimento de várias zonas do globo mas o regresso ao Pacífico com Obama e o seu pivô-asiático, destinado a conter

a China. Com Trump na presidência, esse retraimento parece ser mais radical, mas os EUA não querem abandonar o Indo-Pacífico e há quem leia na vontade do actual presidente o objectivo de tornar a zona Indo-Pacífica livre e aberta através do estabelecimento de um conjunto de parcerias entre estados fortes e independentes, com os EUA à cabeça.

Outro ponto abordado é a BRI, a mais abrangente e visível iniciativa chinesa de âmbito comercial e económico mas que traz acoplada uma dimensão geopolítica grande. Há estados que esperam beneficiar dos investimentos feitos sob o signo chinês da BRI mas há muitos outros que demonstram preocupação precisamente porque desconfiam das motivações geopolíticas de Pequim e temem a “armadilha da dívida”. Por fim, atestou-se como a China construiu um conjunto de “instituições-sombra”, principalmente após a crise financeira de 2008, que convenceu Pequim de que se estava a dar uma mudança na estrutura do sistema internacional. A RPC começou então a desenvolver as suas próprias instituições como forma de prosseguir com os seus próprios interesses económicos e sem interferências dos EUA, tendo ganho forma o “Consenso de Pequim”.

No Capítulo IV é focado o Indo-Pacífico e concluiu-se que a China tem apostado na modernização das forças armadas, nomeadamente da sua Marinha, com um investimento muito grande em porta-aviões e submarinos, que podem proporcionar a projecção de poder longe da costa. Pequim inaugurou a primeira base militar fora do continente chinês, apesar de não denominar assim as instalações no Djibouti, e poderá abrir mais instalações do género no Indo-Pacífico, como por exemplo no Paquistão. Os locais falados para novas bases militares da China coincidem com cidades ou localidades por onde a BRI marítima passa e situam-se em países para os quais o investimento chinês é absolutamente preponderante. Nestes países verifica-se ainda que a China tem investido noutros projectos de infra-estruturas, como auto-estradas, infra-estruturas de telecomunicações, aeroportos ou portos), o que levanta a suspeita de Pequim usar este tipo de projectos como instrumentos de política externa, como outras potências o fizeram no passado.

Finalmente, no Capítulo V colocou-se em evidência o regresso chinês a África, com a novidade de uma presença cada vez mais evidente na sua costa atlântica. Verificou-se que a RPC é o maior parceiro comercial de África e que muitas das tácticas usadas em países do Indo-Pacífico têm sido usadas nos países africanos com costa atlântica. Num estudo do CSIS, no qual foram analisados 46 portos na África subsariana nos quais a China tinha estado envolvida de uma forma ou de outra (através de financiamento,

construção e/ou operação), concluiu-se que nos países receptores dessas infra-estruturas existem riscos à influência norte-americana e à soberania africana. É cada vez mais claro que investimentos em portos africanos propiciam uma porta de entrada para o comércio e desenvolvimento económico da região e capacitam a China com influência política e capacidade de persuasão no continente, ao mesmo tempo que são fornecidos pontos de apoio à Marinha do EPL para a condução das suas actividades. Num estudo do World Port Index de 2017 aponta-se que 17% dos 172 portos da África subsariana, em cada uma das costas, promove o acesso chinês às principais rotas marítimas e pontos de estrangulamento. Também os países da América do Sul e Latina interessam a Pequim, e o mesmo modo de actuação tem sido observado. Em Portugal, chamou a atenção recentemente o interesse chinês pela Base das Lajes, porto de águas profundas da Praia da Vitória e porto de águas profundas de Sines. Se a base açoriana parece à partida fora de mão para Pequim, algo que Washington dificilmente permitiria, já o porto da costa continental portuguesa não se afigura como um objectivo difícil de atingir, embora apenas com contornos comerciais.

Por último, concluiu-se que o Ártico, um dos interesses mais recentes de Pequim, pode tornar-se mais uma via-rápida para o Atlântico e que se a China se auto-proclama, num documento de carácter oficial, como um “Estado quase-Ártico”, apesar de o ponto mais próximo da sua costa distar cerca de 900 milhas do Ártico, nada a impede de no futuro também se considerar um “Estado quase-Atlântico”.

Tendo isto em conta, e em relação à primeira questão, que visa uma dimensão externa, conclui-se que o contexto internacional assume para a política externa de Pequim um papel preponderante, a começar pela posição dos EUA. Em relações internacionais não há vazios de poder, pelo que se Washington se retrai e mais nenhum poder ocupa o vazio, é certo que Pequim o fará, como se tem visto, aliás, no Indo-Pacífico e na África do Atlântico. Por outro lado, e como se demonstrou, a actuação de Pequim pós- crise financeira de 2008 reflecte o quão atentos estão os decisores chineses ao ponto de se alterar o posicionamento do país. Ao mesmo tempo, o receio de se perder o acesso a vias de comunicação e a matérias-primas consideradas essenciais foi quanto bastou para a China se lançar numa ambiciosa empreitada global de dinamização de infra-estruturas, como é a BRI, que assegura ganhos geoeconómicos mas também geopolíticos. Por fim, o Atlântico será instrumental para a China se afirmar como uma potência que projecta poder a nível global e que pode substituir a actual potência dominante do sistema internacional, os EUA.

Quanto à segunda pergunta derivada, verificou-se que o contexto interno da RPC propiciou o nascimento de uma nova estratégia geopolítica virada para o Atlântico, com um enfoque muito maior na costa africana. O crescimento económico e a estabilidade de preços (inflação baixa), são pré-condições para a estabilidade política e a garantia de que o PCC se mantém no poder e evita grandes tumultos na sociedade. A performance do partido é definida essencialmente por melhores e mais seguras condições materiais para a sua vasta população e para garantir isso a China está extremamente dependente do exterior: depende de um conjunto grande de matérias-primas para a sua indústria, e não só petróleo; depende das linhas de comunicação marítimas, através das quais lhe chega a maioria dos materiais que importa; e depende do sucesso em escoar um excesso de produção, associado à desaceleração da economia mundial, quebra de lucros e endividamento das empresas, muitas das quais estatais, que colocam sob grande pressão e vulnerabilidade o sistema financeiro chinês. Foi por isso, também, que Pequim se lançou para o Mar da China Meridional, para o Indo-Pacífico e, em última análise para o Atlântico africano.

Sobre a terceira pergunta derivada, demonstrou-se que a mais recente política externa da RPC não tem paralelo no passado da governação comunista do país. A actual assertividade e proactividade nos assuntos internacionais corresponde a uma manifestação da nova fase da política externa do país. Se antes, a China não baseava forças militares em países estrangeiros, o que comprovaria o seu “desenvolvimento pacífico”, a necessidade de crescimento económico e interesses geopolíticos está a levar Pequim a tomar uma abordagem com mais nuances quanto ao uso e emprego da sua força militar, como se comprova através da instalação da primeira base militar no Djibouti. A China soube mais uma vez adaptar-se, ajustando a sua definição de não-interferência de forma a adequar-se à dinâmica de segurança internacional, o que deu justificação às operações de manutenção de paz da ONU, que o país chegou a criticar.

Foi Xi quem lançou o conceito de “novo tipo de relação entre grandes poderes”, com o objectivo de moldar o ambiente externo em favor do país mas essencialmente para gerir a ligação com os EUA numa base mais igualitária. A figura de Xi Jinping é essencial para se perceber a razão pela qual não há paralelo recente na governação comunista, e a recente emenda constitucional que permite ao líder chinês prolongar-se indefinidamente no poder é um exemplo claro. Nunca desde Mao Zedong alguém na China tinha sido tão influente e acumulado tanto poder.

Em relação à quarta e última pergunta derivada, atestou-se que o contexto regional do Indo-Pacífico pode influenciar o prosseguimento de uma política de expansão para o Atlântico, nomeadamente junto à costa africana. O modelo que tem estado a ser aplicado no Indo-Pacífico, se tiver sucesso, poderá ser replicado no Atlântico, nomeadamente na costa africana. Verificam-se um conjunto de factores semelhantes numa e noutra zona geográfica: um conjunto de Estados-clientes de Pequim, dispostos a conceder favores à RPC, ou a isso obrigados, porque altamente endividados e impossibilitados do pagamento dos empréstimos contraídos nas obras de infra-estruturas, as quais teriam poucas hipóteses de ver a luz do dia não fosse a moeda chinesa. A RPC tem sabido aproveitar-se da “armadilha da dívida”, e tal como ocorreu em Hambantota, mesmo que esse não seja o objectivo principal, não hesitará em obter alguma vantagem geoestratégica se puder.

Christopher D. Yung e Ross Rustici identificaram o modelo de instalação logística de duplo uso, civil e militar, como tendo uma série de características apelativas para Pequim (2014:47). E se as lições não forem aprendidas, como sublinham Thorne e Spevack, “a China continuará a seguir uma estratégia de segurança que utiliza investimentos em infra-estruturas para gerar influência política, expandir furtivamente a presença militar de Pequim e criar um ambiente estratégico vantajoso” (2017:66).

Por outro lado, Donald Trump parece querer uma zona Indo-Pacífica livre e aberta, não dominada pelos EUA, mas antes controlada através de um conjunto de parcerias com estados fortes e independentes, capazes de jogar pelas regras, e que, acima de tudo, ouçam o aliado norte-americano. A forma como a Índia e a Austrália, mas também como outros países, ainda que próximos de Pequim, como o Myanmar ou o Paquistão, reajam no Indo-Pacífico pode condicionar o projecto Atlântico.

Respondidas estas questões, torna-se viável responder à pergunta de investigação que motivou este trabalho. A nova Rota da Seda, nomeadamente a sua vertente marítima, tem desempenhado um papel fundamental na expansão marítima da RPC, primeiro no Indo-Pacífico e depois no Atlântico, nomeadamente na África atlântica. No Indo-Pacífico essa expansão marítima já não é apenas de âmbito comercial, mas também militar, o que é visível na constituição da primeira base militar fora do continente chinês, no Djibouti. No Atlântico, a presença ainda não é militar mas existem indícios de que a China tem estado a actuar na costa atlântica africana da mesma forma como tem vindo a actuar no Indo-Pacífico: gerando dependência, providenciando financiamento, garantindo infra-estruturas.

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

Banco Mundial (2018). “Military expenditure (% of GDP)”. Washington. Disponível em <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS> [09 de Setembro de 2018].

Banco Mundial (2019). “Tracking GDP in PPP terms shows rapid rise of China and India”. Washington. Disponível em <https://blogs.worldbank.org/opendata/tracking-gdp-ppp-terms-shows-rapid-rise-china-and-india> [20 de maio de 2020].

Banco Mundial (2020). “China Overview”. Washington. Disponível em <https://www.worldbank.org/en/country/china/overview> [20 de maio de 2020].

CIA (2015). “World Fact Book”. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html> [9 de Janeiro de 2016].

Comissão Europeia (2017a). “Presidente Jean-Claude Juncker. Discurso sobre o Estado da União 2017”. Disponível em http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-17-3165_pt.htm [22 de Julho de 2018].

Comissão Europeia (2017b). “Estado da União 2017 — Pacote de medidas comerciais: Comissão Europeia propõe quadro para o escrutínio de investimentos diretos estrangeiros”. Disponível em http://europa.eu/rapid/press-release_IP-17-3183_pt.htm [22 de Julho de 2018].

Comissão Europeia (2018). “Countries and Regions – China. Disponível em <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/china/> [25 de Abril de 2018].

Comissão de Relações Externas do Senado dos EUA (2014). “Re-Balancing The Rebalance: Resourcing U.S. Diplomatic Strategy In The Asia-Pacific Region. Washington DC”. Disponível em <https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/872692.pdf> [14 de Dezembro de 2015].

Comunicado Conjunto dos EUA e da RPC – Comunicado de Xangai (1972). Disponível em <http://www.china.org.cn/english/china-us/26012.htm> [28 de Janeiro de 2017].

Constituição da República Popular da China (1982). Revista Administração n.º 48. - Edição Serviços de Administração e Função Pública de Macau. Disponível em <http://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/constituicao/index.asp> [2 de Fevereiro de 2017].

Constituição da República Popular da China (2004). Disponível em http://english.gov.cn/archive/laws_regulations/2014/08/23/content_281474982987458.htm [25 de Abril de 2017].

Fundo Monetário Internacional (2014). “Transcript of the IMF Managing Director Press Conference, Washington, D.C. October 09, 2014”. Disponível em <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/54/tr100914> [20 de maio de 2020].

Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC (2018). “China’s Arctic Policy”. Disponível em http://english.gov.cn/archive/white_paper/2018/01/26/content_281476026660336.htm [05 de Julho de 2019].

Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC (2015). “China’s Military Strategy”. Disponível em http://english.gov.cn/archive/white_paper/2015/05/27/content_281475115610833.htm [14 de Outubro de 2016].

Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC (2011). “China’s National Defense in 2010”. Disponível em http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284525.htm [18 de Novembro de 2016].

Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC (2019). “China’s National Defense in the New Era”. Disponível em http://www.xinhuanet.com/english/2019-07/24/c_138253389.htm [23 de Outubro de 2019].

Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC (2019). “China and the World in the New Era”. Disponível em http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201909/27/content_WS5d8d80f9c6d0bcf8c4c142ef.html [01 de Outubro de 2019].

Gabinete de Informação do Conselho de Estado da RPC (2011). “China’s Peaceful Development”. Disponível em http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284646.htm [05 de Setembro de 2017].

Governo da RPC (2015). “Plano de Acção sobre a Iniciativa Faixa e Rota”. Disponível em

http://english.gov.cn/archive/publications/2015/03/30/content_281475080249035.htm
[07 de Abril de 2018].

Hu Jintao (2005). Build Towards a Harmonious World of Lasting Peace and Common Prosperity. Statement by Hu Jintao President of the People's Republic of China at the United Nations Summit. Nova Iorque.

Marinha dos EUA (2018). “Status of the Navy”. Disponível em:
https://www.navy.mil/navydata/nav_legacy.asp?id=146 [08 de Setembro de 2018].

Marinha dos EUA (2018). “CNO Announces Establishment of U.S. 2nd Fleet”. Disponível em https://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=105453 [27 de Julho de 2019].

Ministério do Mar da República Portuguesa (2019). “Porto de Sines pode representar uma nova era na relação entre Portugal e China”. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=porto-de-sines-pode-representar-uma-nova-era-na-relacao-entre-portugal-e-china> [02 de Novembro de 2019].

Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argentina (2017). “45th Anniversary of diplomatic relations between Argentina and China”. Disponível em <https://www.cancilleria.gob.ar/en/news/newsletter/45th-anniversary-diplomatic-relations-between-argentina-and-china> [10 de Março de 2019].

Ministério dos Negócios Estrangeiros da RPC (2018). “China, Argentina eye new era of partnership”. Disponível em https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1618246.shtml [10 de Março de 2019].

Ministério das Relações Exteriores do Brasil (s/d). República Popular da China. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4926-republica-popular-da-china> [20 de Março de 2019].

Missão Permanente da China na ONU (2009). CML/17/2009. Disponível em http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/mysvnm33_09/chn_2009re_mys_vnm_e.pdf [16 de Janeiro de 2016].

Missão Permanente da China na ONU (2009). CML/18/2009. Disponível em http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/vnm37_09/chn_2009re_vnm.pdf [16 de Janeiro de 2016].

Missão Permanente da China na ONU (2011). CML/8/2011. Disponível em http://www.un.org/depts/los/clcs_new/submissions_files/mysvnm33_09/chn_2011_re_phl_e.pdf [16 de Janeiro de 2016].

Office of The Secretary of Defense (2015). Annual Report to Congress – Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China 2015.

Office of The Secretary of Defense (2018). Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China Growing Global Presence 2018.

Office of The Secretary of Defense (2019). Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People’s Republic of China Growing Global Presence 2019.

Office of the Under Secretary for Personnel and Readiness (2016). Population Representation in the Military Services: Fiscal Year 2016 Summary Report.

Organização Hidrográfica Internacional – IHO (1953). Limits of Oceans and Seas.

Organização das Nações Unidas (1958). Série de Tratados. Vol. 299.

Revista Administração n.º 48. - Edição Serviços de Administração e Função Pública de Macau (disponível em <http://bo.io.gov.mo/bo/i/1999/constituicao/index.asp>) - Consultado em 31 de Março de 2017.

The Observatory of Economic Complexity (2016). “China”. Disponível em https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/chn/#Trade_Balance [28 de Outubro de 2018].

The White House (2010). “National Security Strategy”. Washington DC. Disponível em <http://nssarchive.us/NSSR/2010.pdf> [27 de Janeiro de 2017].

The White House (2017). “National Security Strategy”. Washington DC. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2017/12/NSS-Final-12-18-2017-0905.pdf> [27 de Dezembro de 2017].

The White House (2018). “Joint Statement of President Donald J. Trump of the United States of America and Chairman Kim Jong Un of the Democratic People’s Republic of Korea at the Singapore Summit”. Disponível em <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/joint-statement-president-donald-j-trump-united-states-america-chairman-kim-jong-un-democratic-peoples-republic-korea-singapore-summit/> [22 de Julho de 2018].

Tribunal Permanente de Arbitragem (2016). “PCA Case N° 2013-19 In the Matter of the South China Sea Arbitration”. Disponível <https://www.pcacases.com/pcadocs/PH-CN%20-%2020160712%20-%20Award.pdf> [22 de Janeiro de 2017].

Fontes secundárias

Livros:

Alden, C. (2010). *China in Africa*. Londres: Zed Books.

Brautigam, D. (2009). *The Dragon's Gift, The Real Story of China in Africa*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Bull, H. (2002). *A Sociedade Anárquica – Um estudo da Ordem Política Mundial*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais.

Carr, E. H. (1964). *The Twenty Years' Crisis, 1919 - 1939: An Introduction to the Study of International Relations*. Nova Iorque: Harper & Row.

Carriço, A. (2015). *Harmonizando o Poder – Imagem, Diplomacia Pública e Diplomacia militar da China*. Lisboa: Letras Itinerantes.

Cunha, L. (2012). *A Hora do Dragão - Política Externa da China*. Lisboa: Zebra Publicações.

Gaspar, C. (2016). *O Pós-Guerra Fria*. Lisboa: Tinta da China.

Kissinger, H. (2012). *Da China*. Lisboa: Quetzal Editores.

Lampton, D. M. (2008). *The three faces of Chinese power: Might, money, and minds*. Berkeley: University of California Press.

Lampton, D. M. (2014). *Following the Leader: Ruling China, from Deng Xiaoping to Xi Jinping*. Oakland: University of California Press.

Ramo, J. C. (2004). *The Beijing Consensus*. Londres: The Foreign Policy Centre.

Sá, T. M. (2015). *Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Sá, T. M. (2016). *História das Relações Portugal-EUA (1776-2015)*. Alfragide: D. Quixote.

Shambaugh, D. (2013). *China Goes Global. The Partial Power*. Oxford: Oxford University Press.

Shambaugh, D. (2016). *China's Future*. Malden, MA: Polity Press.

Shirk, S. (2007). *China Fragile Superpower*. Nova Iorque: Oxford University Press.

Vasconcelos, T. (2009). *A Ascensão da China, Acomodação Pacífica ou Grande Guerra?*. Coimbra: Almedina.

Vaz-Pinto, R. (2010). *A Grande Muralha e o Legado de Tiananmen: A China e os Direitos Humanos*. Lisboa: Tinta da China.

Vogel, E. F. (2011). *Deng Xiaoping and the Transformation of China*. Cambridge, Massachusetts e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press.

Artigos:

Albert, E. (2016). “China-Taiwan Relations”. Council On Foreign Affairs. Disponível em <https://www.cfr.org/backgrounder/china-taiwan-relations> [8 de Abril de 2017].

Alden, C. (2005) “China in Africa”. *Journal Survival, Global Politics and Strategy*, Volume 47, 3, 147-164. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396330500248086> [25 de Outubro de 2019].

Cabestan, J.P. (2009). “China’s Foreign and Security policy Decision-making Processes under Hu Jintao”. *Journal of Current Chinese Affairs*. 38, 63-97.

Carriço, A. (2013). “Grande estratégia e o ‘sonho da China’ de Xi Jinping”. *Relações Internacionais*. 38, 23-33.

Clemens, M. (2015). “The Maritime Silk Road and the PLA. A paper for China as a ‘Maritime Power’ Conference”. Virginia.

Clinton, H. (2011). “America's Pacific Century”. *Foreign Policy*. Disponível em <http://foreignpolicy.com/2011/10/11/americas-pacific-century/> [23 de Novembro de 2015].

Economy, E. (2014). “China’s Imperial President – Xi Jinping Tightens His Grip”. *Foreign Affairs*. Novembro/Dezembro.

Fanell, J. E. (2019). “Asia Rising: China’s Global Naval Strategy and Expanding Force Structure”. *Naval War College Review*: Vol. 72: No. 1 , Article 4. Disponível em <https://digital-commons.usnwc.edu/nwc-review/vol72/iss1/4> [02 de Novembro de 2019].

- Friedberg, A. L. (2014). "The Sources of Chinese Conduct: Explaining Beijing's Assertiveness". *The Washington Quarterly*. 37, 133-150.
- Godehardt, N. (2016). "No End of History – A Chinese Alternative Concept of International Order?". SWP Research Paper. Berlim. Disponível em https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/research_papers/2016RP02_gdh.pdf [23 de Julho de 2017].
- Henry, J. (2016). "China's military deployments in the Gulf of Aden: anti-piracy and beyond". Disponível em https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/chinas_military_deployments_in_the_gulf_of_aden_anti-piracy_and_beyond_0.pdf [29 de Setembro de 2018].
- Hughes, C. R. (2010). "In Case You Missed It: China Dream". *The China Beat*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/43177934_In_Case_You_Missed_It_China_Dream [23 de Agosto de 2018].
- Huntington, S. (1999). *The Lonely Superpower*. Foreign Affairs. Março/Abril. [Consultado em 11/08/2017]. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1999-03-01/lonely-superpower>.
- Jakobson, L. e Manuel, Ryan (2016). *How are Foreign Policy Decisions Made in China?*. Camberra: Asia and the Pacific Policy Studies.
- Jian Zhang (2015). China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'?, *Global Change, Peace & Security*. Vol. 27, N.º 1, 5–19.
- Kamal, J. e Malik, M. (2017). *Dynamics of Pakistan's Trade Balance with China*. SBP Staff Notes 04/17.
- Kostecka, D. J. (2011). Places and Bases: the Chinese Navys' Emerging Support Network in the Indian Ocean. *Naval War College Review*. 64, 59-78.
- Krauthammer, C. (1991). The Unipolar Moment. *Foreign Affairs*. 70, 23-33. [Consultado em: 21/06/2016]. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/1991-02-01/unipolar-moment>
- Lewis, John W. e Xue Litai (2003). Social Change and Political Reform in China: Meeting the Challenge of Success. *The China Quarterly*. N.º 176, 926-942.
- Lixin G. (2006). "Sino-Myanmar Relations: Analysis and Prospects". *The Culture Mandala*, Vol. 7 n.º 2. Disponível em <http://www.international-relations.com/CM7-2WB/Sino-Myanmar.htm> [11 de Novembro de 2018].

Manning, Robert A. e Stern, Paula (1994). The Myth of the Pacific Community. Foreign Affairs. Novembro/Dezembro. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/1994-11-01/myth-pacific-community> [24 de Março de 2018].

Mearsheimer, J. (2010). The gathering storm: China's challenge to US power in Asia. Oxford University Press: Chinese Journal of International Politics. 3.

Miller, A. (2016). “Core” Leaders, “Authoritative Persons,” and Reform Pushback. China Leadership Monitor, n.º 50.

Mulvenon, J. (2011). Xi Jinping and the Central Military Commission: Bridesmaid or Bride?. China Leadership Monitor. n.º34. Disponível em: <http://media.hoover.org/sites/default/files/documents/CLM34JM.pdf> [07 de Dezembro de 2017]

Neves, Miguel Santos (2013). “A China e a Índia no Atlântico Sul”.

Roy, N. (2015). “Dragon-Elephant relationship in the South China Sea Imbroglio”. Journal of Third World Studies. 32.

Schweller, R. L., Xiaoyu P. (2011). “After Unipolarity – China’s Visions of International Order in an Era of U.S. Decline”. In International Security. Cambridge. Vol. 36, No. 1.

Seligman, L. (2018). “U.S. Military Targets Growing Russian and Chinese Influence in Latin America”. Foreign Policy. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2018/11/19/us-military-targets-growing-russian-and-chinese-influence-in-latin-america/> [06 de Abril de 2019].

Seligman, L. (2019). “China’s Foothold in Venezuela”. Foreign Policy. Disponível em <https://foreignpolicy.com/2019/04/08/us-military-wary-of-chinas-foothold-in-venezuela-maduro-faller-guaido-trump-pentagon/> [01 de Maio de 2019].

Shambaugh, D. (2001). “The Dynamics of Elite Politics during the Jiang Era”. The China Journal. 101-111.

Stanzel, A. (2017). “China’s Belt and Road – New Name, Same Doubts?”. European Council on Foreign Affairs. Disponível em https://www.ecfr.eu/article/commentary_chinas_belt_and_road_new_name_same_doubts [24 de Outubro de 2017].

Szczudlik-Tatar, Justyna (2013). “China’s New Silk Road Diplomacy”. In Policy Paper. Varsóvia. Nº 34.

Wang J. (2011). “China's Search for a Grand Strategy”. Foreign Affairs, n.º 2, pp. 68 – 79.

Wang M. (2018). “China’s Strategy in Djibouti: Mixing Commercial and Military Interests”. Council on Foreign Relations. Disponível em <https://www.cfr.org/blog/chinas-strategy-djibouti-mixing-commercial-and-military-interests> [27 de Outubro de 2018].

Yan X. (2001). “The Rise of China in Chinese Eyes. Journal of Contemporary China”. 10 (26), pp. 33–39.

Yan X. (2014). “From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement”. Chinese Journal of International Politics. 7.

Zheng B. (2005). “China's ‘Peaceful Rise’ to Great-Power Status”. Foreign Affairs. New York. Vol. 84, 18-24.

Zheng W. (2014). “The Chinese Dream: Concept and Context”. Journal of Chinese Political Science. S.L. Vol. 19, Nº 1.

Estudos:

Baumert, K. e Melchior, B. (2014). “China: Maritime Claims in the South China Sea”. Washington DC: Department of State. Disponível em <https://www.state.gov/wp-content/uploads/2019/10/LIS-143.pdf> [15 de Agosto de 2015].

Cai, P. (2017). “Understanding China’s Belt and Road Initiative”. Lowy Institute For International Policy.

Casaburi, I. (2018). “Chinese Investment Trends in Europe – Report 2018. ESADE”. Disponível em <https://www.esade.edu/itemsweb/wi/Prensa/ESADE-ChineseInvestmentTrendsInEurope2018-ExecutiveSummary.pdf> [05 de Maio de 2019].

Center for Strategic & International Studies - CSIS (2017). “How much trade transits the South China Sea?”. China Power Project. Disponível em <https://chinapower.csis.org/much-trade-transits-south-china-sea/> [13 de Outubro de 2019].

Cheatham, A., Chiang, C., Devermont, J. (2019). “Assessing the Risks of Chinese Investments in Sub-Saharan African Ports”. CSIS. Disponível em <https://www.csis.org/analysis/assessing-risks-chinese-investments-sub-saharan-african-ports> [23 de Setembro de 2019].

China Africa Research Initiative. “Data: Chinese Loans to Africa”. Disponível em <http://www.sais-cari.org/data> [17 de Fevereiro de 2019].

Cordesman, A. H. (2019). “China’s New 2019 Defense White Paper: An Open Strategic Challenge to the United States, But One Which Does Not Have to Lead to Conflict”. Center for Strategic and International Studies. Disponível em https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/190724_China_2019_Defense.pdf [24 de Agosto de 2019].

Eder, T. S. (s/d). “The Mercator Institute for China Studies – MERICS”. Disponível em: <https://www.merics.org/en/bri-tracker> [03 de Maio de 2019].

EY (2019). “FDI Intelligence and EY Africa Attractiveness Report”. Disponível em [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-africa-attractiveness-2019/\\$FILE/ey-africa-attractiveness-2019.pdf](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-africa-attractiveness-2019/$FILE/ey-africa-attractiveness-2019.pdf) [05 de Novembro de 2019].

Franke, U. E. (2016). “Why emerging countries are hedging against the global system”. Connectivity Wars. Londres: European Council on Foreign Relations.

Hillman, J. E. (2019). “Influence and Infrastructure - The Strategic Stakes of Foreign Projects”. Disponível em <https://www.csis.org/analysis/influence-and-infrastructure-strategic-stakes-foreign-projects> [01 de Setembro de 2019].

International Crisis Group. “China-Pakistan Economic Corridor: Opportunities and Risks”. Report n.º 297 / Asia. Disponível em <https://www.crisisgroup.org/asia/south-asia/pakistan/297-china-pakistan-economic-corridor-opportunities-and-risks> [29 de Outubro de 2018].

Leonard, M. (2012). China 3.0. Londres: European Council on Foreign Relations.

Moritz, R. (2016). “China’s Shadow World Order”. Connectivity Wars. Londres: European Council on Foreign Relations.

O’Rourke, R. (2018). China Naval Modernization: Implications for U.S. Navy Capabilities—Background and Issues for Congress. Congressional Research Service.

Page, M. (2018). The Intersection of China’s Commercial Interests and Nigeria’s Conflict Landscape – Special Report. United States Institute of Peace.

Reilly, J. (2016). “China: Turning Money Into Power”. Connectivity Wars. Londres: European Council on Foreign Relations.

Rinehart, I. (2016). The Chinese Military: Overview and Issues for Congress. Congressional Research Service.

Schweller, R. (2015). “Rising Powers and Revisionism in Emerging International Orders”. Valdai Papers. Disponível em <http://valdaiclub.com/files/11391/> [5 de Maio 2016].

Solanki, V. (2018). “India boosts relations with Myanmar, where Chinese influence is growing”. IISS. Disponível em <https://www.iiss.org/blogs/analysis/2018/05/india-myanmar-china-relations> [11 de Novembro de 2018].

Thorne, D. e Spevack, B. (2017). “Harbored Ambitions. How China’s Port Investments are strategically reshaping the Indo-Pacific”. Disponível em <https://static1.squarespace.com/static/566ef8b4d8af107232d5358a/t/5ad5e20ef950b777a94b55c3/1523966489456/Harbored+Ambitions.pdf> [14 de Outubro de 2019].

Wijeratne, D., [et al] (2017). “PwC Growth Markets Centre – Realising opportunities along the Belt and Road”. PwC. Disponível <https://www.pwc.com/gx/en/growth-markets-centre/assets/pdf/pwc-gmc-repaving-the-ancient-silk-routes-web-full.pdf> [13 de Março de 2018].

Yang J. (2018). “China in Greenland. Companies, Governments, and Hidden Intentions? Danish Institute for International Studies”. Disponível em <https://www.diis.dk/en/research/china-in-greenland> [27 de Julho de 2019].

Yung, C. D. (2014). ““Not an idea we have to shun””: Chinese overseas basing requirements in the 21st century. Disponível em <http://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratperspective/china/ChinaPerspectives-7.pdf> [10/10/2018].

Imprensa e media online:

Agence France-Presse (2018). “Chinese money pours into Brazil as US trade war bites, with US\$54 billion across 100 projects”. Disponível em <https://www.scmp.com/news/china/economy/article/2156536/china-turns-brazil-amid-trade-battle-us> [17 de Março de 2019].

Albuquerque, R. (2019). “Como o clima já está a destruir o planeta”. Expresso. N.º 2434.

Avillez, M.J. (2019). “Augusto Santos Silva: ‘A China é nossa parceira, mas não é nossa aliada’”. Observador. Disponível em <https://observador.pt/especiais/augusto-santos-silva-a-china-e-nossa-parceira-mas-nao-e-nossa-aliada/> [05 de Maio de 2019].

Babb, C. (2018). "US Navy's Top Admiral Cites Increased Threat in Ocean Nearest Washington". Voice of America. Disponível em <https://www.voanews.com/usa/us-navys-top-admiral-cites-increased-threat-ocean-nearest-washington> [27 de Julho de 2019].

BBC (2002). "US naval base to protect Sao Tome oil". Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/2210571.stm> [03 de Março de 2019].

Blanchard, B. (2016). "China wants ships to use faster Arctic route opened by global warming". Reuters. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-china-arctic/china-wants-ships-to-use-faster-arctic-route-opened-by-global-warming-idUSKCN0XH08U> [22 de Junho de 2019].

Bonnellame, B. (2018). "Seychelles and China sign agreements as president of island nation continues visit". Seychelles News Agency. Disponível em <http://www.seychellesnewsagency.com/articles/9678/Seychelles+and+China+sign+agreements+as+president+of+island+nation+continues+visit> [04 de Novembro de 2018].

Buckley, C. (2016). "Xi Jinping Is China's 'Core' Leader: Here's What It Means". The New York Times. Disponível em <http://www.nytimes.com/2016/10/31/world/asia/china-xi-jinping-communist-party.html> [30 de Dezembro de 2016].

Business Daily Africa. "Sh534bn China debt now 72pc of bilateral loans pile". Disponível em: <https://www.businessdailyafrica.com/economy/Sh534bn-China-debt-now-72pc-of-bilateral-loans-pile/3946234-4642122-743gtxz/index.html> [06 de Janeiro de 2019].

Caeiro, A. (2018). Jogos de guerra, 'ameaças sérias'. Expresso. N.º 2373.

Campos, A. e Vicente, I. (2015). "Corrupção atinge maior grupo privado chinês em Portugal". Expresso, Economia. N.º 2250.

Carrapatoso, M.S. (2016). "Costa admite que China pode vir a usar base das Lajes". Observador. Disponível em <https://observador.pt/2016/10/12/costa-admite-que-china-pode-vir-a-usar-base-das-lajes/> [01 de Junho de 2019].

Chan, M. (2018). "First Djibouti ... now Pakistan port earmarked for a Chinese overseas naval base, sources say". South China Morning Post. Disponível em <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2127040/first-djibouti-now-pakistan-port-earmarked-chinese> [27 de Outubro de 2018].

Cronin, P. M. (2017). "Trump's Post-Pivot Strategy". The Diplomat. Disponível em <https://thediplomat.com/2017/11/trumps-post-pivot-strategy/> [24 de Março de 2018]

DN/Lusa (2016). “Congressista alertou EUA sobre ‘provável’ uso das Lajes pela China”. Disponível em <https://www.dn.pt/sociedade/interior/congressista-alertou-eua-sobre-provavel-uso-das-lajes-pela-china-5414114.html> [27 de Julho de 2019].

Euronews. “China concede mais um empréstimo a Angola”. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2018/10/10/china-concede-mais-um-emprestimo-a-angola> [17 de Fevereiro de 2019].

Express (2018). “Is China building a secret military base in the Indian Ocean?”. Disponível em <https://www.express.co.uk/news/world/983125/China-secret-military-base-Indian-Ocean-sri-lanka-hambantota-asia-europe> [27 de Outubro de 2018].

Expresso (2016). “Mar do Sul da China. Britânicos recusam limites à navegação”. Disponível em <http://expresso.sapo.pt/internacional/2016-01-07-Mar-do-Sul-da-China.-Britanicos-recusam-limites-a-navegacao> [7 de Janeiro de 2016].

Ferreira, A. (2018). “Investimento chinês: só a Finlândia nos passou à frente”. Expresso. Disponível em <https://expresso.pt/economia/2018-12-04-Investimento-chines-so-a-Finlandia-nos-passou-a-frente#gs.9xyxhy> [05 de Maio de 2019].

Forbes (2018). Global 2000: The World’s Largest Public Companies. Disponível em <https://www.forbes.com/global2000/#61f2710335d8> [22 de Julho de 2018].

Fragoso, G. (2018). “Angola e China preparam bases da indústria militar”. Jornal de Angola. Disponível em http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/angola_e_china_preparam_bases_da_industria_militar [17 de Fevereiro de 2019].

Friedberg, A. L. (2011) “Hegemony with Chinese Characteristics”. Disponível em <http://nationalinterest.org/article/hegemony-chinese-characteristics-5439> [4 de Julho de 2017].

Gaspar, C. (2018). “Pas de deux”. Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/06/13/mundo/analise/cimeira-trumpkim-pas-de-deux-1834111> [13 de Junho de 2018].

Hermoso, J. e Fermín, M. (2019). “Venezuela-China, Explained: The Belt And Road”. Disponível em <https://supchina.com/2019/01/14/venezuela-china-explained-2/> [06 de Abril de 2019].

Huang, C. (2013). “Just what is Xi Jinping's ‘Chinese dream’ and ‘Chinese renaissance’?”. South China Morning Post. Disponível em

<http://www.scmp.com/news/china/article/1143954/just-what-xi-jinpings-chinese-dream-and-chinese-renaissance> [16 de Junho de 2016].

Ivanovitch, M. (2018). “Germany's problem with China goes well beyond trade issues”. CNBC. Disponível em <https://www.cnbc.com/news/2018/04/16/germanys-problem-with-china-goes-well-beyond-trade-issues/> [25 de Abril de 2018].

Jacobs, A. e Perlez, J. (2017). “U.S. Wary of Its New Neighbor in Djibouti: A Chinese Naval Base”. The New York Times. Disponível em: https://www.nytimes.com/2017/02/25/world/africa/us-djibouti-chinese-naval-base.html?_r=0 [25 de Abril de 2018].

Lee, V. (2016). “China Builds Space-Monitoring Base in the Americas”. The Diplomat. Disponível em: <https://thediplomat.com/2016/05/china-builds-space-monitoring-base-in-the-americas/> [16 de Março de 2019].

Lendon, B. (2018). “China boosts military spending 8% amidst ambitious modernization drive”. CNN. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2018/03/04/asia/chinese-military-budget-intl/index.html> [05 de Setembro de 2018].

Londoño, E. (2018). “From a Space Station in Argentina, China Expands Its Reach in Latin America”. The New York Times. Disponível em <https://www.nytimes.com/2018/07/28/world/americas/china-latin-america.html> [10 de Março de 2019].

Kiling Lo (2017). “Beijing shrugs off worries about Rohingya crisis to seek closer ties”. South China Morning Post. Disponível em <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2121298/china-eyes-closer-military-cooperation-myanmar-it-looks> [11 de Novembro de 2018].

LUSA, in Transportes e Negócios (2016). “Porto de Sines na rota da nova Rota da Seda”. Disponível em: <http://www.transportesenegocios.pt/porto-de-sines-na-rota-da-nova-rota-da-seda/> [21 de Junho de 2016].

LUSA, in Público (2019). “Marcelo desafia EUA a concorrerem a presença no Porto de Sines”. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/06/01/economia/noticia/marcelo-desafia-estados-unidos-america-concorrerem-presenca-porto-sines-1875015> [02 de Junho de 2019].

Macau Hub (2019). “Negociações com a China para a construção de um porto em São Tomé e Príncipe estão ‘avançadas’”. Disponível em: <https://macauhub.com.mo/pt/2019/02/11/pt-negociacoes-com-a-china-para-a->

[construcao-de-um-porto-em-sao-tome-e-principe-estao-avancadas/](#) [03 de Março de 2019].

Mohammed, O. (2018). “Under pressure from Western donors, Tanzanian leader prefers Chinese aid”. Reuters. Disponível em <https://af.reuters.com/article/tanzaniaNews/idAFL8N1Y250N> [29 de Dezembro de 2018].

Monjardino, M. (2016). “O Corredor Azul”. Expresso. N.º 2290.

Monjardino, M. (2016). “A Quem Possa Interessar”. Expresso. N.º 2292.

Monjardino, M. (2018). “Taiwan”. Expresso. N.º 2373.

Mourdoukoutas, P. (2019). “What China Wants From Africa? Everything”. Forbes. Disponível em <https://www.forbes.com/sites/panosmourdoukoutas/2019/05/04/what-china-wants-from-africa-everything/#2c6a7d27758b> [29 de Junho de 2019].

Ng'wanakilala, F. (2017). “Tanzania signs \$154 million contract with Chinese firm to expand main port”. Reuters. Disponível em <https://www.reuters.com/article/us-tanzania-ports/tanzania-signs-154-million-contract-with-chinese-firm-to-expand-main-port-idUSKBN1910RU> [30 de Dezembro de 2018].

Niiler, E. (2019). “China’s Scientists are the New Kids on the Arctic Block”. Wired. Disponível em <https://www.wired.com/story/chinas-scientists-are-the-new-kids-on-the-arctic-block/> [22 de Junho de 2019].

Noack, R. (2018). “Climate change cuts the shipping route between China and Europe by 5,000 miles”. The Washington Post. Disponível em https://www.washingtonpost.com/world/2018/08/24/climate-change-cuts-shipping-route-between-china-europe-by-miles/?utm_term=.4225aa787c93 [22 de Julho de 2019].

O'Brien, Robert C. (2015). “China's Next Move: A Naval Base in the South Atlantic?”. Real Clear Defense. Disponível em: https://www.realcleardefense.com/articles/2015/03/25/chinas_next_move_a_naval_base_in_the_south_atlantic_107803.html [16 de Fevereiro de 2019].

Pinto, L. (2019). “EUA entram na corrida ao Porto de Sines contra a China”. Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2019/09/21/economia/noticia/estados-unidos-china-corrida-terminal-vasco-gama-1887338> [02 de Novembro de 2019].

- Ramachandran, S. (2018). “The Maldives’ New Government: Mission Impossible?”. The Diplomat. Disponível em <https://thediplomat.com/2018/10/the-maldives-new-government-mission-impossible/> [03 de Outubro de 2018].
- Ramani, S. (2016). “China-Nigeria Relations: A Success Story for Beijing's Soft Power”. The Diplomat. Disponível em <https://thediplomat.com/2016/07/china-nigeria-relations-a-success-story-for-beijings-soft-power/> [24 de Fevereiro de 2019].
- Reuters (2016). “China installs weapons systems on artificial islands: U.S. think tank”. Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-southchinasea-china-arms-idUSKBN1431OK> [2 de Janeiro de 2017].
- Reuters (2019). “Brazilian offer of U.S. base in doubt, opposed by military”. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-usa-base/brazilian-offer-of-u-s-base-in-doubt-opposed-by-military-idUSKCN1P214H> [30 de Março de 2019].
- Sá, T. M. (2017). “Eu quero falar com o Presidente Trum”p. Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2017/11/08/mundo/analise/eu-quero-falar-com-o-presidente-trump-1791651> [29 de Julho de 2018].
- Sanusi, L. (2013). “Africa must get real about Chinese ties”. Financial Times. Disponível em <https://www.ft.com/content/562692b0-898c-11e2-ad3f-00144feabdc0> [17 de Março de 2019].
- Sengupta, S. (2018). “Why Build Kenya’s First Coal Plant? Hint: Think China”. The New York Times. Disponível em <https://www.nytimes.com/2018/02/27/climate/coal-kenya-china-power.html> [13 de Janeiro de 2019].
- SOL (2018). “Chineses já controlam mar dos Açores”. Disponível em <https://sol.sapo.pt/artigo/638056/chineses-ja-controlam-mar-dos-acoress> [02 de Junho de 2019].
- Sousa, T. (2018). “Costa oferece a Xi a visão europeia da Rota da Seda para fortalecer cooperação”. Público. Disponível em <https://www.publico.pt/2018/12/01/politica/noticia/costa-seduz-china-porto-sines-1853107> [02 de Novembro de 2019].
- South China Morning Post (2018). “Sri Lanka to base navy’s Southern Command at Chinese-run Hambantota port”. Disponível em <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2153246/sri-lanka-base-navys-southern-command-chinese-run> [27 de Outubro de 2018].

Stein, J. (2018). “U.S. military budget inches closer to \$1 trillion mark, as concerns over federal deficit grow”. The Washington Post. Disponível em https://www.washingtonpost.com/news/wonk/wp/2018/06/19/u-s-military-budget-inches-closer-to-1-trillion-mark-as-concerns-over-federal-deficit-grow/?noredirect=on&utm_term=.1f7b01118f04 [06 de Setembro de 2018].

Tagotra, N. (2017). The US National Security Strategy and Great Power Relations. The Diplomat. Disponível em <https://thediplomat.com/2017/12/the-us-national-security-strategy-and-great-power-relations/> [24 de Março de 2018].

Tatsumi, Y. (2017). “The US National Security Strategy: Implications for the Indo-Pacific”. The Diplomat. Disponível em <https://thediplomat.com/2017/12/the-us-national-security-strategy-implications-for-the-indo-pacific/> [24 de Março de 2018].

Tavares, P.S. (2017). “Açores no centro da segurança e investigação no Atlântico”. Disponível em <https://www.dn.pt/portugal/interior/acoes-no-centro-da-seguranca-e-investigacao-no-atlantico-8929092.html> [02 de Junho de 2019].

The New York Times (2018). “China’s Economic Growth Looks Strong. Maybe Too Strong”. Disponível em <https://www.nytimes.com/2018/01/18/business/china-gdp-economy-growth.html> [20 de Janeiro de 2018].

The Washington Post (2016). “Trump’s Taiwan phone call was long planned, say people who were involved”. Disponível em https://www.washingtonpost.com/politics/trumps-taiwan-phone-call-was-weeks-in-the-planning-say-people-who-were-involved/2016/12/04/f8be4b0c-ba4e-11e6-94ac-3d324840106c_story.html?hpid=hp_hp-top-table-main_trump-taiwan-835pm%3Ahomepage%2Fstory&utm_term=.9f2dc41c3556 [7 de Abril de 2017].

Tiezzi, S. (2016). “Trump's Taiwan Phone Call: China Reacts”. The Diplomat. Disponível em <http://thediplomat.com/2016/12/trumps-taiwan-phone-call-china-reacts/> [07 de Abril de 2017].

Tisdall, S. (2016). “Has the Brics bubble burst?”. The Guardian. Disponível em <https://www.theguardian.com/business/2016/mar/27/brics-bubble-burst-brazil-russia-india-china-south-africa> [25 de Abril de 2018].

Villalobos, L. (2015) “Portugal foi o país da UE com maior peso de investimento chinês em 2014”. Público. Disponível em <http://www.publico.pt/economia/noticia/portugal-foi-o-pais-da-ue-com-maior-peso-de-investimento-chines-em-2014-1693637> [20 de Dezembro de 2015].

Yang J. (2013). “Implementing the Chinese Dream”. The National Interest. Disponível em <https://nationalinterest.org/commentary/implementing-the-chinese-dream-9026> [25 de Março de 2016].

Youkee, M. (2018). “Panama the new flashpoint in China's growing presence in Latin America”. The Guardian. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2018/nov/28/panama-china-us-latin-america-canal> [07 de Abril de 2019].

Xinhua (2017). “Full text of resolution on amendment to CPC Constitution.” Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/2017-10/24/c_136702726.htm [20 de Janeiro de 2018].

Xinhua (2018). “China-Tanzania talks over Bagamoyo port project in progress: envoy”. Disponível em http://www.xinhuanet.com/english/2018-05/20/c_137191773.htm [30 de Dezembro de 2018].

Zheng, S. (2017). “China’s Djibouti military base: ‘logistics facility’, or platform for geopolitical ambitions overseas?”. South China Morning Post. Disponível em: <http://www.scmp.com/news/china/diplomacy-defence/article/2113300/chinas-djibouti-military-base-logistics-facility-or> [25 de Abril de 2018].

ANEXOS

Anexo I

“A China adopta uma política externa independente; proclama os cinco princípios do respeito mútuo pela soberania e pela integridade territorial, de não agressão mútua, de não ingerência nos assuntos internos, de igualdade e reciprocidade de vantagens e de coexistência pacífica como princípios das relações diplomáticas e das trocas económicas e culturais com outros países; opõe-se firmemente ao imperialismo, ao hegemonismo e ao colonialismo; trabalha com vista ao reforço da unidade com os povos dos outros países; dá todo o apoio às nações oprimidas e aos países em desenvolvimento na justa luta por alcançar e preservar a independência nacional e desenvolver as suas economias; e esforça-se por salvaguardar a paz mundial e promover a causa do progresso humano.”

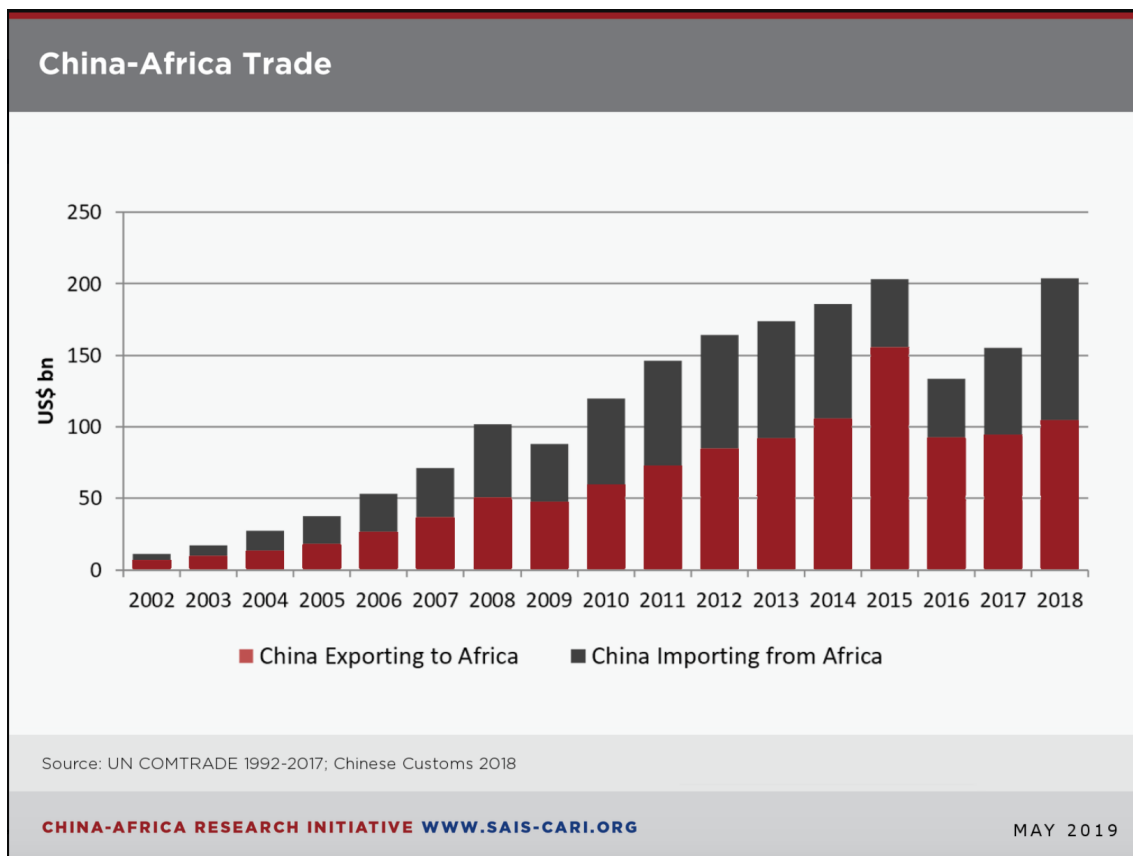
Excerto da Constituição da RPC (1982). Disponível em
<https://www.gov.mo/pt/conteudo/leis/diplomas-constitucionais/constituicao-da-republica-popular-da-china/> [12 de Agosto de 2019]

Anexo II

“O Partido Comunista da China deve defender a sua liderança absoluta sobre o Exército de Libertação Popular e outras forças armadas populares; implementar o pensamento de Xi Jinping sobre o fortalecimento das forças armadas; fortalecer o desenvolvimento do Exército de Libertação Popular, reforçando sua lealdade política, fortalecê-lo através de melhorias e de tecnologia, e executá-lo de acordo com a lei; construir forças populares que obedecem ao comando do Partido, que possam lutar, vencer e manter uma excelente conduta; assegurar-se que o Exército de Libertação Popular conclui as suas missões e tarefas na nova era; promover um forte sentido de comunidade para a nação chinesa; apoiar a justiça ao perseguir interesses comuns; trabalhar para construir uma comunidade que partilhe o futuro com a humanidade; siga o princípio de alcançar o crescimento partilhado através da discussão e colaboração; e não deixe cair a *Belt and Road Initiative*.

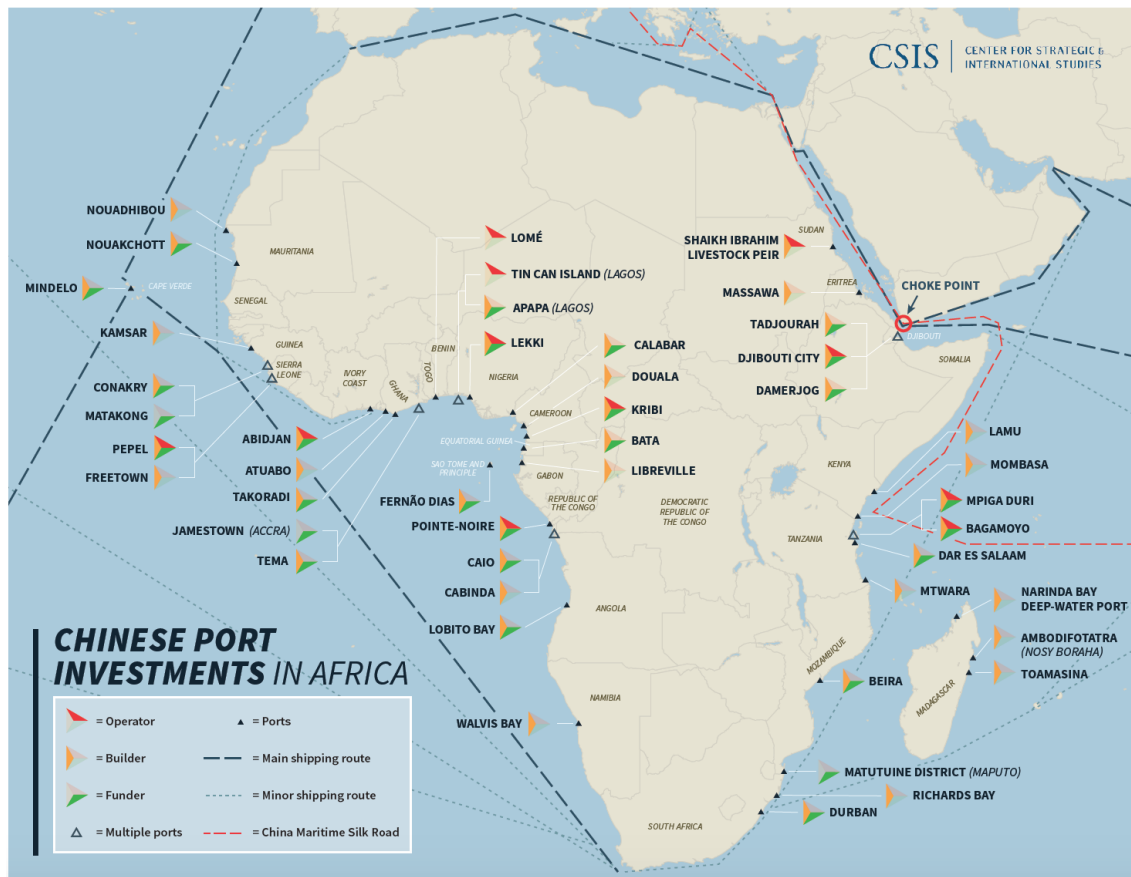
Xinhua (2017). Disponível em http://news.xinhuanet.com/english/2017-10/24/c_136702726.htm [20 de Janeiro de 2018].

Anexo III



China Africa Research Initiative. “Data: Chinese Loans to Africa”. Disponível em <http://www.sais-cari.org/data-chinese-loans-and-aid-to-africa> [17 de Fevereiro de 2019].

Gráfico I



Cheatham, A., Chiang, C., Devermont, J. (2019). “Assessing the Risks of Chinese Investments in Sub-Saharan African Ports”. CSIS. Disponível em <https://www.csis.org/analysis/assessing-risks-chinese-investments-sub-saharan-african-ports> [23 de Setembro de 2019].